



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

CRISTIANO FROTA DE OLIVEIRA

**A COOPERAÇÃO NUMA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA DE ANÁLISE: UM
ESTUDO DE CASO NA CÂMARA SETORIAL DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO DE FORTALEZA/CE**

FORTALEZA – CEARÁ

2016

CRISTIANO FROTA DE OLIVEIRA

A COOPERAÇÃO NUMA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA DE ANÁLISE: UM
ESTUDO DE CASO NA CÂMARA SETORIAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DE FORTALEZA/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Administração. Área de Concentração: Gestão, Organização e Ambientes.

Orientadora: Prof^a. Dr. Ana Cristina Batista dos Santos

FORTALEZA – CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Oliveira, Cristiano Frota de .

A cooperação numa perspectiva foucaultiana de análise: um estudo de caso na câmara setorial de tecnologia da informação de Fortaleza/CE [recurso eletrônico] / Cristiano Frota de Oliveira. - 2016 .
1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 163 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Administração, Fortaleza, 2016 .

Área de concentração: Gestão, Organização e Ambientes..

Orientação: Prof.ª Dra. Ana Cristina Batista dos Santos.

1. Governamentalidade. 2. Rede Interorganizacional. 3. Cooperação. 4. Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. I. Título.

CRISTIANO FROTA DE OLIVEIRA

A COOPERAÇÃO NUMA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA DE ANÁLISE: UM ESTUDO DE CASO NA CÂMARA SETORIAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE FORTALEZA/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Administração. Área de Concentração: Gestão, Organização e Ambientes.

Nota: 9,5.

Data de Aprovação: 02/05/2016

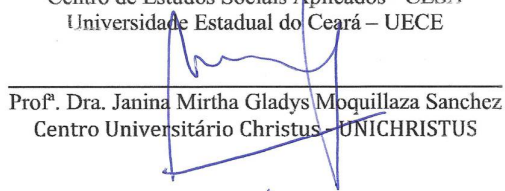
BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Dra. Ana Cristina Batista dos Santos (Orientadora)
Programa de Pós-graduação em Administração
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Samuel Façanha Câmara
Programa de Pós-graduação em Administração
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.^a Dra. Janina Mirtha Gladys Moquillaza Sanchez
Centro Universitário Christus - UNICHRISTUS

À minha família e à Rayssa, minha namorada e amiga, por tudo que fizeram por mim ao longo dessa fase.

AGRADECIMENTOS

Ainda em 2009 não pensava que um dia realmente seguiria no conhecimento acadêmico. Fui de certa forma convidado pela profa. Maria Vilma Faria (orientadora da UNIFOR) a participar do mestrado àquela época, mas decidi por outro caminho. A profa. foi o primeiro contato sério que tive na área da pesquisa em administração e foi quem me mostrou o mundo da pesquisa sob a lente de um dos “construtos teóricos” que utilizo aqui, como redes entre empresas. Após um curto tempo, comecei a olhar com outros olhos a área acadêmica e isso me levou a uma dedicação exclusiva para passar no mestrado da UEL e UEM ainda em 2010. Nessas seleções para o mestrado, li diversos livros interessantíssimos que, inclusive, ensaiavam um material bastante crítico em administração, sendo muito importante para alavancar ainda mais o interesse para o mestrado.

Não passando no mestrado no Paraná, porém em 2011 tendo a oportunidade de cursar como aluno especial da disciplina de Redes e Sustentabilidade do Prof. Ivan de Souza Dutra, só me ajudou a confirmar o que eu queria para minha carreira e, posteriormente, cursando a especialização em Planejamento e Gestão Ambiental na UECE e buscando conhecer o mestrado acadêmico da Universidade Federal do Ceará, tive a oportunidade de conhecer a Vivianne Salas Roldan, que me incentivou muito na pesquisa, inclusive produzindo um artigo juntos. Em 2013, prestei nova seleção para o mestrado em administração do CESA-UECE e ter passado foi uma das mais maravilhosas sensações da minha vida, finalmente eu poderia me dedicar a algo que, já nas aulas, meu corpo falava por tamanho entusiasmo que sentia.

Foi nesse mestrado da UECE que finalmente consolidou-se o interesse pela área acadêmica. Três sujeitos foram importantíssimos para a evolução da minha pessoa durante essa fase, os colegas de sala e os professores, e em especial a Profa. Ana Cristina Batista dos Santos e a minha família. Os colegas do mestrado, além do conhecimento, me ajudaram infinitamente a expor minhas ideias, a de tentar sempre melhorar o diálogo. Especialmente, após a saída da equipe de docentes do prof. Francisco Oliveira, a Profa. orientadora Ana Batista me acolheu da melhor forma possível sempre com carinho, atenção e seriedade e foi de inestimável auxílio a sua técnica, cunhada como categorização temática de conteúdo, e sua experiência que aumentaram a efetividade e a imersão na escrita do texto fazendo jus ao campo empírico tão bem cedido pelos entes do setor de TIC de Fortaleza. Já minha família, em especial à namorada tão atenciosa, Rayssa, que me deram todo o apoio emocional - embora ao longo da vida meu pai sempre esteve presente de forma intelectual -, todas as inúmeras vezes que cheguei cansado dos deveres. A família foi essencial para não somente lembrar que “isso vai

passar...”, mas para dizer “espera, me conta de novo, eu entendo seu ponto de vista”. A família foi, além do tapinha nas costas, um sustentáculo emocional para que o intelectual se construísse da melhor forma.

Agradeço imensamente aos meus amigos a quem pude pedir alguns conselhos e bater alguns papos nesses dois anos. Ao Prof. Francisco Oliveira e ao Marcelo Antonino, a presença de vocês foi importante para manter o espaço do “lazer” nisso tudo. Mesmo distante agora, quero agradecer ao meu mestre de Tae Kwon-do e a todos os bons amigos que fiz nessa arte marcial, pois foi lá que pude aprender e solidificar cerca de 5 princípios básicos que me levaram ao êxito nesse trabalho e na minha vida até o momento, que são cortesia, integridade, auto-controle, perseverança e espírito indômito.

Agradeço aos docentes do Mestrado em Administração por todos os esforços em nos repassar conhecimento de fundamental importância para nossa continuidade acadêmica e que nos servirão à vida, e desejo todas as bênçãos nessa nova conquista: o Programa em Pós-graduação em Administração (PPGA). Em particular, ao Prof. Samuel Façanha por ter gerido tão bem a vossa coordenação do PPGA e à Secretária da Coordenação, Germana Frota Fontenele, por ter facilitado imensamente nossas demandas junto ao Programa.

À Banca, Prof^ª. Jomária Alloufa, presente na qualificação, ao Prof. Samuel Façanha e à Prof^ª. Janine Sanchez que cederem todo um tempo especial para revisarem e aconselharem profundamente todo o texto.

À FUNCAP, extremamente assídua na questão financeira, e no respeito aos futuros pesquisadores e professores. É muito confortável saber que o governo está atendendo às demandas da área educacional.

RESUMO

Os Arranjos produtivos e Inovativos Locais (APILs) têm se tornado úteis para a compreensão da economia local e o desenvolvimento de regiões, envolvendo atores de diversos segmentos para sua consolidação e manutenção, sendo as Câmaras Setoriais uma das vias de acesso à implementação de uma política pública sistêmica de apoio e manutenção desse tipo de rede. A partir da analítica foucaultiana, propôs-se uma coleta e uma análise pormenorizada sobre os laços formados no setor de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) cearense e o que representa as ações dos mesmos no sentido de construir coesão e perpetuar a cooperação como nova forma de organização espacial e econômica desse setor. Prestes Motta e Alcadipani (2004), à luz da descrição sobre governamentalidade de Michel Foucault, revelam que essa analítica poderia ser de grande valia para a discussão das dinâmicas de governo de organizações e dos instrumentos e mecanismos utilizados para fazer a condução de todos e de cada indivíduo ao mesmo tempo, e que essa perspectiva pouco foi posta em prática dentro dos estudos organizacionais. Nesse contexto, o objeto de estudo desta pesquisa ficou delineado como: os mecanismos governamentais nas relações de cooperação entre instituições de um arranjo produtivo e inovativo local. A pesquisa se orienta pela seguinte questão: Qual a influência dos mecanismos governamentais sobre as relações de cooperação, no contexto de um APIL? O objetivo geral da presente pesquisa é compreender a influência dos mecanismos governamentais nas relações de cooperação no contexto de um APIL. Metodologicamente, a pesquisa é orientada por uma abordagem qualitativa, que se dá através de uma coleta de dados por entrevistas semiestruturadas, sendo a análise através da técnica da análise temática de conteúdo. Os resultados indicam que variados mecanismos de disciplina e de segurança (aqui chamados de mecanismos governamentais, numa perspectiva foucaultiana de análise) atuam num contexto de tipologia de rede de uma Câmara Setorial e de um APILs orientando e reorientando a concepção de um espaço colaborativo essencial para o desenvolvimento socioeconômico da região. Discute-se amplamente que esses mecanismos se dão de forma espontânea, mesmo que idealizada, premeditada, e que geram um contínuo de outras ações espontâneas de causa e efeito responsáveis por manter a organização voltada à cooperação nesse tipo de rede.

Palavras-chave: Governamentalidade. Rede Interorganizacional. Cooperação. Arranjos Produtivos e Inovativos Locais.

ABSTRACT

The local productive and innovative arrangements (LPIAs) have become helpful for the understanding of the local economy and the development of regions involving actors from different segments for their consolidation and maintenance, being the sectorial chambers one of access routes to the implementation of a systemic public policy that supports and maintain of this type of network. From the analytical foucaultian perspective, it has proposed a collection and a detailed analysis on the links formed in the ICT sector (Information and Communication Technology) of Northeast brazilian region and the actions developed by the actors to build cohesion and perpetuate cooperation as a new form of spatial organization and economic of the sector. Motta and Alcadipani (2004) in the description about governmentality of Michel Foucault had shown that this analytical perspective could be of great value to the discussion of the dynamics of organizations government and to discussion of the instruments and mechanisms used to conduct a population or a individual, in addition that few studies developed this kind of perspective on organizational studies. In this context, the object of this research was delineated as: governmental mechanisms in relations of cooperation between institutions of a Local Productive and Innovative Arrangement. The search is guided by the following question: Whats is the influence of governmental mechanisms on the relations of cooperation in the context of a APIL? The general aim of this research is to understand the influence of governmental mechanisms in relations of cooperation in the context of a APIL. Methodologically, search is oriented by a qualitative approach, that is by means of a data collection by semi-structured interviews, being their analysis throught the technique of thematic content analysis. The results indicate that different mechanisms of discipline and security (called by governmental mechanisms, in a analytical foucaultian point of view) act in a context of network topology of a Sector Chamber and an APIL guilding and reorienting the conception of a collaborative space that is essential for the socioeconomic development of the region. It is widely discusses that these mechanisms are developed by a spontaneous way, even idealized, premeditated and that generate a continuous of other spontaneous actions of cause and effect that are responsible for keep the organization aimed on cooperation in this type of network.

Key-words: Governmentality. Interorganizational Networks. Cooperation. Local Productive and Innovative Arrangements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Cronologia dos Estudos Foucaultianos.....	34
Figura 2 –	Problematizações e Mecanismos Discutidos.....	125
Quadro 1 –	Quadro de Entrevistados.....	49
Quadro 2 –	Termos Análogos-Hipotéticos Sobre o Campo Empírico.....	49
Quadro 3 –	Variáveis Foucaultianas para Análise do Objeto.....	51
Quadro 4 –	Temas e Subtemas do Objeto de Estudo.....	57
Quadro 5 –	As influências dos mecanismos e técnicas de governo na cooperação.....	126
Quadro 6 –	As influências dos mecanismos e técnicas de governo na cooperação.....	127
Desenho 1 –	Desenho Entrevistado 3.....	59
Desenho 2 –	Desenho Entrevistado 6.....	60
Desenho 3 –	Desenho Entrevistado 7.....	61
Desenho 4 –	Desenho Entrevistado 5.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
APILs	Arranjos Produtivos e Inovativos Locais
APLs	Arranjos Produtivos Locais
ASSESPRO	Associação Brasileira das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet
CESAR	Instituto de Desenvolvimento de Tecnologias da Informação e Telecomunicações de Pernambuco
CITINOVA	Agência de Desenvolvimento da Cidade de Fortaleza-CE
CSTIC	Câmara Setorial do Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação
Fa7	Faculdade 7 de Setembro
FANOR	Faculdades Nordeste
FECOMÉRCIO-CE	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GGTIC	Grupo de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Ceará
ITIC	Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ceará
SEITAC	Sindicato das Empresas de Informática, Telecomunicações e Automação do Ceará
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SECITECE	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
SDE	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (Fortaleza-CE)
SINDpd	Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado do Ceará
SAPILs	Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais
TITAN	Instituto de Desenvolvimento de Tecnologias da Informação e Telecomunicações do Ceará
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNIFOR	Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	17
2.1	REDES DE COOPERAÇÃO.....	17
2.1.1	Contexto histórico.....	17
2.1.2	Conceito, definição, ganhos competitivos e experiências exitosas.....	19
2.2	SISTEMAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....	24
2.2.1	Contexto histórico e noção sistêmica de inovação.....	24
2.2.2	Conceito e definição de sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais.....	26
2.3	CÂMARAS SETORIAIS.....	28
2.4	FOUCAULT E A GOVERNAMENTALIDADE.....	29
2.4.1	Panorama dos estudos.....	30
2.4.2	Biopoder e biopolítica.....	35
2.4.3	População.....	37
2.4.4	A governamentalidade.....	41
3	METODOLOGIA.....	46
3.1	HISTÓRIA DA TIC DE FORTALEZA-CEARÁ	53
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	57
4.1	DESENHOS E REPRESENTAÇÕES DOS ENTREVISTADOS.....	58
4.2	TEMA 1 – CÂMARA SETORIAL COMO INSTÂNCIA DE PROPOSIÇÃO E AGREGAÇÃO.....	62
4.2.1	Subtema – Definição da Câmara Setorial de TIC.....	63
4.2.2	Subtema – Papel da Câmara Setorial de TIC.....	64
4.3	TEMA 2 – FORMAS DE ATUAÇÃO DA CSTIC COMO MEIOS DE CONTROLE.....	67
4.3.1	Subtema – Grupos de trabalho, as reuniões e as formatações “jurídicas”.....	68
4.3.2	Subtema – Papel da sensibilização.....	79
4.4	TEMA 3 – FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E DOS INDIVÍDUOS COMO MEIOS DE CONTROLE.....	98
4.4.1	Subtema – Processos de estruturação da CSTIC.....	98
4.4.2	Subtema – Processo de conscientização individual.....	119

5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	124
5.1	PROBLEMA DO ESPAÇO COLABORATIVO.....	127
5.2	PROBLEMA DA FALTA DE COMUNICAÇÃO.....	130
5.3	PROBLEMA DA FALTA DE INVESTIMENTOS.....	131
5.4	PROBLEMA DA DESARTICULAÇÃO.....	134
5.5	PROBLEMA DA FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO.....	137
5.6	PROBLEMA DA CONCORRÊNCIA.....	138
5.7	PROBLEMA DA CONSCIENTIZAÇÃO INDIVIDUAL.....	141
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
	REFERÊNCIAS.....	147
	GLOSSÁRIO.....	154
	APÊNDICES.....	156
	APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO.....	157
	APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	159
	APÊNDICE C - DOCUMENTO DE CONVITE À ENTREVISTA.....	161
	APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO.....	162
	APÊNDICE E - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	163

1 INTRODUÇÃO

Desde o séc. XIX, transformações industriais fomentaram a expansão da empresa tradicional para a grande empresa com alcance nacional e internacional. Além disso, a incidência de atividades em outros territórios, a expansão de mercados, a inovação por novas fontes de energia, guerras e outros esforços direcionaram o crescimento de empresas restritas a localidades específicas para a presença da grande empresa industrial transnacional (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

Com os avanços econômico, tecnológico e social, constatou-se a constituição de novas orientações e reorientações de gestão que garantiam a manutenção das empresas diante da nova competição. São diversos os tipos de redes de cooperação que se formaram entre empresas. Agrupamentos de empresas que levavam o reconhecimento internacional de uma região e que somente foram capazes de serem percebidos muito tempo depois de seus agrupamentos, foram os chamados clusters (ZACARELLI *et al.*, 2008). Os *clusters* e os *industry networks* são agrupamentos de empresas de um setor particular e que se desenvolvem em uma determinada área geográfica, potencializando a competitividade do conjunto em relação a uma empresa na forma isolada (EBERS; JARILLO, 1998; SCHMITZ; NADVI, 1999; ZACARELLI *et al.*, 2008).

Outro tipo bem particular de relações cooperativas entre empresas são os Arranjos Produtivos e Inovativos Locais ou somente Arranjos Produtivos Locais (APILs-APLs). Neles encontram-se diversos atores, como proprietários rurais, pequenos e médios empreendedores em geral e, para além disso, instituições públicas de fomento, sejam elas educacionais, financeiras, entre outras (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008; VECCHIA, 2008). Os APLs também possuem diversas características similares aos clusters e às redes industriais, porém, Lastres e Cassiolato (2008) colocam duas questões que os Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais se diferenciam dos clusters: (1) uma nova forma de olhar, de entender e orientar o desenvolvimento produtivo e inovativo, e não a indicar uma forma concreta de alcançar o desenvolvimento; e, (2) ter uma definição mais ampla do que o de cluster. A amplitude está na questão de não priorizar apenas os sistemas que estão “economicamente mais estruturados e desenvolvidos” (LASTRES; CASSIOLATO, p. 23, 2008).

As redes entre empresas como os APLs necessitam de políticas públicas que potencializem a comunicação e a ajuda na governança com outras instituições

governamentais. Embora horizontalizadas, as redes também estão sujeitas às relações de poder e controle, devido à troca de interesses envolvidos entre seus atores (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

Alguns dos estudos desenvolvidos sobre APLs, discorrem sobre a interdependência entre atores, sobre a geração de renda e desenvolvimento social, cultural e inovativo para a localidade e sobre políticas públicas que visem à mobilização de atores, a modernização e o direcionamento de ações com foco na dimensão local. A interdependência está ligada aos recursos encontrados especificamente na região e pela especialidade de cada ator dentro do contexto do APL (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003). Além disso, as políticas públicas buscam mobilizar os atores, favorecendo a criação de nós entre os mesmos, a fim de que se consiga potencializar a atuação local e global das pequenas e médias empresas existentes em determinada região (CASSIOLATO; LASTRES, STALLIVIERI, 2008). Embora os resultados desses estudos sejam expressivos, pouco se tem buscado compreender sobre a gênese e a manutenção da interdependência dos atores nos APLs, isto é, a partir dessas novas formas de organização entre empresas, existe algum mecanismo particular que atuam no sentido de construir e manter laços cooperativos?

Portanto, observa-se como importante o fomento de estudos que possam contribuir para entender com sistemicidade a dinâmica de algumas ações existentes no emaranhado de nós entre atores numa rede interorganizacional.

Na esteira de trabalhos que se ocupem com questões ligadas aos estudos da dinâmica de atuação de empresas, tomados como relações de forças entre agentes, é que esta dissertação foi escrita. Neste sentido, considera que, atualmente, no campo da Administração, é crescente o interesse de pesquisadores, especialmente os da área de estudos organizacionais, pelo estudo da analítica de Michel Foucault; mas, ainda se observa que os trabalhos se constituem predominantemente de análises teóricas, geralmente apresentando a importância das ideias de Foucault para o estudo do poder e controle nas organizações como alternativa às abordagens funcionalista e estruturalista (MCGOVERN; MOTTIAR, 1997; ALCADIPANI, 2002; MOTTA; ALCADIPANI, 2004; ALCADIPANI; TONELLI, 2004; LEMOS; SOUZA; MACHADO; BIANCO, 2008; RODRIGUEZ; MONTEIRO, 2011; COSTA; GUERRA; LEÃO, 2012; PEREIRA; OLIVEIRA; CARRIERI, 2012; VILLADSEN, 2014).

Conforme apontam Alcadipani e Tonelli (2004, p. 13), os trabalhos que podem advir de Foucault dizem respeito a uma compreensão da “normalização, a submissão de organizações e de práticas organizacionais a uma mesma lógica, formas de sujeição das

pessoas... como esta lógica ‘imperial’ influencia e age sobre as organizações... por fim... para as discussões sobre resistência”.

Para investir nesse campo teórico, dentre os inúmeros estudos, escolhe-se um conceito particular da analítica foucaultiana que cabe razoavelmente ao estudo em redes interorganizacionais, que seja, a governamentalidade, entendida como o desenvolvimento de uma ciência do governo e uma arte de governar em que se leva em consideração um conjunto particular de procedimentos, análises, cálculos, reflexões, táticas e instituições que permitem regular, normalizar os indivíduos, fim principal do objetivo de governo (FOUCAULT, 2008); donde aqui se infere preliminarmente que a existência de alguns mecanismos disciplinares e de segurança contribuem de certa forma para a formação e a manutenção de arranjos produtivos, principalmente porque é através da rede de relacionamentos em que o poder funciona e se evidencia (SOUZA; BIANCO; MACHADO, 2008). São esses mecanismos disciplinares e de segurança, isto é, os mecanismos governamentais em sentido foucaultiano, que esta dissertação se propôs a investigar para compreender a cooperação no contexto de um APL.

A pesquisa buscou investigar as relações entre as partes de um APL, especificamente no âmbito da Câmara Setorial de TI do Estado do Ceará, e as forças presentes, não apenas dos empresários locais, mas de instituições governamentais e outras de naturezas diversas, sejam elas de fomento, de financiamento, de capacitação, que instigam e mantêm o grupo coeso, através da política, como fontes de poder de cada ator envolvido e os mecanismos foucaultianos (disciplinares e de segurança) existentes, que servem, tanto para o autogoverno, como para o gerenciamento dos atores em conjunto, isto é, a governamentalidade.

Há de ser ressaltado que o formato organizacional de cooperação preliminarmente observado do setor de TI desse Município ainda não se encontra plenamente desenvolvido por motivos de falta de investimentos e baixa coesão com o setor público, e que por isso o *locus* da pesquisa empírica está na Câmara Setorial de TI de Fortaleza, não devendo ter prejuízos de significado ou ambiguidade quando nas diversas citações ao longo do trabalho. Justifica-se que o construto de APIL é importante na medida em que oferece um potencial holístico e tridimensional sobre a estrutura e sistemicidade das relações entre os entes envolvidos, se coaduna com as visões planejadas pelos atores reunidos e pela diversidade desses atores no campo escolhido, sendo de total importância para a compreensão desse campo a perspectiva estruturalista e sistêmica dos APILs. Resumidamente, os laços entre os atores cooperando entre si numa tipologia organizacional ascendentemente a de um APIL, além de serem

descritos, foram analisados de forma detalhada através de uma Câmara Setorial, muito embora ainda estejam para alcançar aquele nível de tipologia organizacional.

Para isso, procurou-se responder com esse estudo a seguinte questão de pesquisa: Qual a influência dos mecanismos governamentais (ou mecanismos de governo) foucaultianos sobre as relações de cooperação, no contexto de um APIL? O objetivo geral da pesquisa foi compreender a influência dos mecanismos de governo nas relações institucionalizadas de cooperação, no contexto de um arranjo produtivo local, numa perspectiva foucaultiana de análise, especificando-se (1) descrever as relações existentes no contexto de um APL; (2) identificar os mecanismos de governo operantes nas relações entre as organizações envolvidas em um APL; e (3) analisar a influência dos mecanismos de governo nas relações entre as organizações envolvidas em um APL.

Este trabalho está estruturado além dessa introdução em 4 capítulos. No capítulo da revisão de literatura abordam-se os dois amplos construtos teóricos, num primeiro momento sobre as redes entre empresas com especificidade aos arranjos produtivos locais e as câmaras setoriais e, num segundo momento, uma revisão sobre o trabalho que embasam a análise foucaultiana com especificidade à governamentalidade. O primeiro subcapítulo da revisão de literatura fala da origem e o percurso que se deu na construção de uma nova conformação na maneira de se organizar e administrar as organizações, bem como o que essa nova forma representa para a contemporaneidade. Em seguida, fala-se sobre os sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais, sua importância para a realidade brasileira e características que servem de análise dessa forma de organização. Na sequência, são apresentadas as especificidades das Câmaras setoriais no contexto do desenvolvimento local mediado pelas relações interorganizacionais. Na segunda parte dessa revisão de literatura, o primeiro subcapítulo explora os estudos foucaultianos, onde se coloca de forma panorâmica o interesse pela Arqueologia do Saber e pela Genealogia do Poder. Após discorrer sobre a perspectiva foucaultiana, são exploradas as noções de Biopoder e Biopolítica, sendo seguido pelo aparecimento da noção da população, da influência do comportamento medido pela estatística do Séc. XVIII e, finalmente, aborda-se sobre a Governamentalidade.

A metodologia é apresentada na terceira parte do trabalho, seguida dos resultados que compõem o quarto capítulo e, finalmente, as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo revisa a literatura em duas partes principais e estruturantes do próprio objeto de estudo, a saber: i) as Redes de Cooperação; ii) Foucault e a governamentalidade.

2.1 REDES DE COOPERAÇÃO

As redes de cooperação são importantes instrumentos propulsores da economia nacional, regional e local. É a partir de um “instinto coletivo”, de coadunar interesses em torno de um só projeto, de um só grupo, que principalmente os menores empresários urbanos e rurais agem para que consigam atingir determinadas vantagens para o desenvolvimento dos seus negócios.

As redes de cooperação, e porque não dizer, as redes interorganizacionais, são capazes de gerar renda e, com isso, levar um maior desenvolvimento social a partir da legitimação e força coletiva, um empoderamento social, perante outras empresas e o próprio Estado.

2.1.1 Contexto Histórico

O surgimento da grande empresa industrial foi estabelecido mediante marcantes transformações econômicas, compreendidas num período entre a segunda metade do Séc. XIX e as primeiras décadas do Séc. XX. Essas transformações ocorreram de forma ampla através da expansão territorial, o crescimento dos mercados e a introdução de novos produtos tecnológicos, como a eletricidade e o motor à combustão (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

A conjuntura econômica que se instalava, promovia a construção de ferrovias e o desenvolvimento de novos instrumentos para a comunicação que, posteriormente, devido à complexidade do ambiente, levou as grandes empresas a constituírem sistemas de gestão capazes de lidar com esses avanços, juntamente com um intenso processo de integração de empresas, através de fusões e aquisições, e a internalização das atividades de gestão (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

Os sistemas de gestão criados e implementados traçaram as primeiras modificações à administração tradicional que se fizeram úteis àquele momento. Esses constituíam instrumentos de gestão mais capazes de lidar com a ampliação da escala de produção, de acordo com a necessidade de atender à crescente demanda dos mercados e a possibilidade de

reduzir custos. Já a integração de empresas trouxe a centralização do controle decisório capaz de dirigir a diversidade de funções e de departamentos da grande empresa do Séc. XX. A internalização das atividades de gestão levou a um maior controle da rotinização das tarefas e da mão-de-obra (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

As primeiras necessidades e as condições encontradas para o surgimento da empresa industrial do Séc. XX conduziu ao primeiro movimento das formas de organização, que seria passar do modelo familiar e fordista empresarial, também inserido dentro de um contexto onde a competição se dava por vias tradicionais, para um modelo voltado ao capitalismo gerencial, onde a integração, a internalização das atividades e das empresas e os novos instrumentos de gestão eram planejados e dirigidos por gerentes especialistas (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

O capitalismo gerencial, momento caracterizado pelos instrumentos de gestão construídos e operado por gerentes especialistas, trouxe novas necessidades que levou a um segundo movimento das formas de organização. O novo contexto era caracterizado pelo aumento do nível de complexidade da gestão encontrado nas empresas que, juntamente com a estrutura inflexível e sobrecarregada com a integralização e internalização das atividades organizacionais, trouxe novas necessidades para as empresas. Essas, por sua vez, foram levadas a construir estruturas multidivisionais, onde o planejamento estratégico era centralizado, contudo a operacionalização das atividades se davam nos departamentos, esses com distintas divisões e dependência sobre cada um deles (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008). Esse segundo movimento foi caracterizado pela estrutura multidivisional e a descentralização parcial das decisões.

O segundo movimento, sendo a grande empresa departamentalizada, parcialmente descentralizada e atendendo novos mercados, trouxe ainda maiores crescimentos. Esse, por sua vez, construiu um ambiente onde uma nova forma de competição foi identificada. Essa nova competição foi caracterizada por determinar um ambiente instável, de incertezas para as empresas. Por fim, a partir desse contexto, marcando o período do final dos anos 1970 até o início dos anos 1980, ocorreu um terceiro movimento que constituiu as formas organizacionais contemporâneas e o capitalismo atual no qual vivemos atualmente.

O terceiro movimento foi caracterizado pela desintegralização das atividades, pelo *downsizing* organizacional em que o número dos empregados e o tamanho das unidades foram diminuídas e pela aproximação com outras empresas. Esse movimento teve como resultados uma maior flexibilidade da estrutura, uma coordenação e controle da qualidade e levou a

melhores resultados em relação à inovação, vez que a nova organização estava mergulhada em um ambiente hipercompetitivo, onde as inovações ocorriam de forma bem mais rápida, através do desenvolvimento tecnológico de materiais e dos computadores, bem como das demandas mercadológicas (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008). Características essas que Boltanski e Chiapello (2009) discorrem como sendo motivos causais, sobre a estrutura do mercado e da departamentalização das empresas, e motivos morais. Os motivos causais que discorriam sobre as necessidades mercadológicas e da estrutura de departamentos se destacam sobre dois pontos, quais sejam: (1) a pressão concorrencial e (2) as exigências dos clientes. Os motivos morais estariam ligados: (1) às críticas sobre as inaptidões dos planejamentos realizados e ao autoritarismo de comando; bem como (2) às ideias de presença de chefes, de comando e de estrutura hierárquica rígidas. Portanto, os anos de 1990 já mostravam diversas ações que prometiam igualdade formal e respeito às liberdades individuais, sendo possível se admitir uma nova conformação na maneira de se organizar e administrar as organizações (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Nesse contexto de necessidades intensas de flexibilização da produção, tanto por motivos mercadológicos e de desenvolvimento econômico, quanto por motivos morais, surge a cooperação, de forma que as empresas em convivência pudessem negociar e acordar objetivos em comum, levando em consideração cada especialidade individual, a localidade em que estavam inseridos e a existência e as necessidades de recursos de cada participante. Para além da flexibilidade, amplos ganhos competitivos teriam as empresas que agissem em coletividade em relação às outras atuantes na forma isolada.

Para essa forma de atuação, em que havia um senso de comunidade e tomadas de decisão em comum acordo, denominou-se como Rede de Cooperação, e um dos fatores-chave para as empresas se manterem competitivas no mercado, seria administrar da melhor forma as relações cooperativas.

2.1.2 Conceito, Definição, Ganhos Competitivos e Experiências Exitosas

A cooperação se desenvolve, então, mediante o relacionamento entre empresas em torno de um objetivo comum (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008). Nessa colaboração ocorre a complementaridade de competências, onde os participantes, que poderiam ser desde instituições financiadoras para investimentos até organizações do terceiro setor com suas habilidades e competências constroem um grupo capaz de se complementarem coletivamente. Diante da cooperação, o maior desafio, segundo Balestrin e Verschoore (2008) é o de

balancear as competências próprias e de outras organizações para que cada uma não perca sua independência, bem como adquiram ganhos competitivos advindos da atuação em grupo.

No ambiente cooperativo, colaborativo, as empresas estão preparadas para trabalharem em complexas redes interorganizacionais. As redes interorganizacionais ou redes de cooperação entre empresas, mantêm relevância crescente na vida econômica contemporânea, facilitando a complexa interdependência coletiva entre as competências individuais, bem como para o estudo acadêmico, em que, como principal modo operante das organizações contemporâneas, têm a capacidade de dialogar com as diversas abordagens teóricas e disciplinares das ciências sociais (GRANDORI; SODA, 1995; BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008) e, argumenta-se: se tornam “alternativa às fragilidades da organização do tipo burocrática” (BALESTRIN; VARGAS, 2002, p. 6)

Em parte, o termo “rede” carrega uma noção de armadilha antiga para capturar animais, onde era composta por um conjunto de fios entrelaçados que formavam “nós” (MARCON; MOINET, 2000). A partir do final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, houve os primeiros estudos sociológicos a fim de compreender a formação do novo objeto na sociedade e nas organizações, o que marcou o período com os primeiros conceitos e definições sobre redes entre empresas (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

A partir dos estudos relacionados à sociologia, cunhou-se o termo “rede” com um significado particular. Os fios passam a significar as informações e os recursos que ligam os nós da rede; e o nós, seriam os homens, os trabalhadores, os objetos e os eventos da mesma (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008). Esse arcabouço conceitual delineou o que viria a ser a “nova estrutura social, que emerge em resposta a um determinado objetivo coletivamente almejado” (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008, p. 75-76).

Para fins organizacionais, as redes têm o propósito de cooperação em que as ações empresariais possam se dar de forma descentralizada, porém uniformizadas e controladas, mantendo certa flexibilidade estrutural capaz de atender a necessidades diversas e potencialmente gerar vantagens competitivas relativas, por exemplo, às economias de escala (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

A inter-relação e, por assim dizer, a coesão desenvolvida nessa forma organizacional não possuem prazos delimitados ou escopo único de atuação, mas prazos indeterminados e papéis múltiplos de atuação (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008). Algumas de suas características são a manutenção das competências e atuação individual, a participação

individual nas decisões e a divisão coletiva equânime das vantagens e de possíveis ganhos alcançados (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008). Essas características promovem um contexto em que potencializam os indivíduos a se relacionarem em redes.

Oliver (1990) defende que as organizações conscientemente decidem adotar as relações interorganizacionais. A autora traça seis características que motivam e que conduzem ao estabelecimento dos laços. Aquelas podem ocorrer simultaneamente ou interativamente, a saber: necessidade, assimetria, reciprocidade, eficiência, estabilidade e legitimidade. Primeiramente, quando há um contexto de necessidade, as organizações constituem-se em coletividade por encontrarem legislação e regulamentos a serem cumpridos, como por exemplo, quando o governo, a indústria ou outros órgãos regulatórios resolvem impor certo inter-relacionamento impedindo que esse ocorra de forma voluntária. A assimetria se configura quando a rede é formada almejando o exercício do poder sobre outra empresa ou de possuir mais recursos ou recursos escassos. A reciprocidade representa um argumento diferente àquele da assimetria, onde as empresas se inter-relacionam buscando a cooperação, a colaboração e a coordenação através de objetivos e ganhos em comum em contrapartida ao poder. A eficiência ocorre quando o incentivo está ligado aos ganhos em diminuição de custos e sobre o retornos de investimentos e aumento em rendimento e não depende da necessidade de atender regulamentações ou no desejo de ter poder sobre outras organizações e recursos. A estabilidade existe principalmente pelo contexto socioeconômico instável de atendimento às demandas mercadológicas e ocorre na busca por um inter-relacionamento organizacional que diminua as incertezas através da previsibilidade e do agir coletivo. Como último fator motivador, a legitimidade existe quando o grupo reúne-se coletivamente esperando melhorar sua reputação e imagem, através da adequação às normas, regras, crenças e outras expectativas da sociedade, como, por exemplo, quando a adaptação ocorre mediante a participação de uma empresa num grupo com outras empresas com boa reputação.

Em compensação, após a reunião de empresas em um grupo coeso e bem inter-relacionado através de dependências individuais, há os ganhos em benefícios e vantagens competitivas no mercado em relação a outras empresas.

De acordo com Ebers e Jarillo (1998), o alcance e manutenção das vantagens competitivas advêm do aprendizado mútuo e dos ganhos em economias de escala pela atuação conjunta em pesquisa e desenvolvimento de produtos; da questão de coespecialidade, onde cada organização tem a competência para atuar em um nicho específico de mercado e, em rede, alcançarem ganhos coletivos; quando os fluxos de informação e de coordenação foram

melhorados em rede; e, pelo estabelecimento de barreiras de entrada no mercado ou de estratégias em relação a competidores para proteger a rentabilidade dos investimentos dos membros da rede.

Já os ganhos competitivos consolidados numa rede interorganizacional podem ser classificados em quatro categorias, sendo: as trocas interorganizacionais, a credibilidade, o acesso aos recursos e o desempenho financeiro. Os ganhos competitivos de trocas interorganizacionais são os relacionados às transações de troca diretas entre as empresas da rede, isto é, nas relações de compra e venda, no marketing e na produção coletiva de um produto e nas trocas de informações entre os mesmos. Sobre a credibilidade, os ganhos estão relacionados à visibilidade e à confiança que a empresa tem quando da participação em rede, o que faz, em alguns casos, ter acesso a informações de outras empresas que, antes isolada, não poderia ter. A terceira categoria está no acesso a recursos, que a participação em rede gera o acesso a novos mercados, ideias de produtos e outros recursos de valor. E os ganhos no desempenho financeiro em que as empresas em conjunto podem alcançar, com a eficiência e, por exemplo, ao potencializarem suas compras (HUMAN; PROVAN, 1997).

Conceitualmente, as redes interorganizacionais trazem diversos benefícios e vantagens às empresas participantes. A relevância desse novo tipo de forma organizacional se dá pelo reconhecimento internacional de três exitosas atividades cooperativas, que são: a aglomeração produtiva do nordeste italiano ou Terceira Itália, as empresas de alta tecnologia concentradas no Vale do Silício californiano e as cooperativas japonesas chamadas de *keiretsu*.

O desenvolvimento econômico italiano, que se deu nas décadas seguintes ao pós-guerra, configurou-se num modelo de aglomeração de empresas que foi denominado como Terceira Itália. O nordeste, o centro e algumas extensões do sul italiano incorporou a noção de distritos marshallianos para então ser o berço de uma aglomeração de diversas empresas dos ramos têxtil, roupas, sapatos, mobília, etc., geograficamente próximas. A mesma visava em coletividade compartilhar e alcançar novos mercados locais e internacionalmente, se beneficiar dos lucros e criar empregos, o que não apenas contrariou diversos pesquisadores da área econômica e de gestão, como lançou à pesquisa novos interesses (BECATTINI, 1991).

Assim como os distritos marshallianos, a aglomeração da Terceira Itália pode se beneficiar das informações, das melhorias e das inovações compartilhadas entre as empresas envolvidas e sua inter-dependência, através da coespecialização, permitiu conectar diversas empresas em torno de uma cadeia produtiva (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

Os mecanismos de coordenação se davam através de relação política, cultural e institucional, onde as tradições sociais tinham papel relevante ao sustentar as práticas colaborativas, o que levava à redução da carga formal da rede (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008). Assim, a aglomeração produtiva na Itália incorporou o paradigma contemporâneo da competição-cooperação e reuniu atributos capazes de se destacarem internacionalmente.

Similarmente, na aglomeração do Vale do Silício norte-americano, especificamente localizado no norte da Califórnia, empresas de tecnologia dos mais diversos ramos se destacaram pela sua atuação no pós-guerra. A especialização tecnológica se deu intensamente através de constantes investimentos em P&D realizados pelo Exército norte-americano (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008). Além disso, integrou-se à aglomeração a Universidade de Stanford, vital para manter o relacionamento, o conhecimento acadêmico e transformar a cultura de competição local (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

Balestrin e Verschoore (2008) destacam que no caso japonês, as intervenções do governo, do poder público, fomentou a cooperação interorganizacional na região. Foram as iniciativas governamentais que ajudaram a construir e a manter os laços entre as empresas.

A partir do terço do fim do séc. XIX, a Restauração Meiji forneceu um contexto apropriado para constantes avanços sociais, educacionais e tecnológicos. Houve segmentos industriais que emergiram e que cresceram nesse meio, configurando-se em grande aglomerados industriais denominados *zaibatsus* (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008). Os *zaibatsus* eram dirigidas por famílias que evitavam a competição entre si.

Sob a influência norte-americana no pós-guerra, a reestruturação econômica no Japão teve como contexto um ambiente de livre competição, descentralização do poder econômico daquelas empresas familiares e a presença de concorrência (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008). De forma mais integrada, os *zaibatsus* evoluíram para o *keiretsus*, levando em consideração o trabalho coletivo e a adequação a um novo padrão de concorrência (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

Essas mudanças tiveram relevante participação do Ministério da Indústria e do Comércio Internacional japonês. Preocupados com a influência norte-americana na reestruturação econômica do Japão, tentou-se transformar o ambiente tradicional de acordo com modelos mais competitivos interna e externamente, fomentando e legitimando a formação de cadeias integradas de empresas (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

As três experiências apresentadas estão relacionadas a um arcabouço conceitual que se dirige à noção sistêmica e às relações cooperativas. Apesar de serem experiências exitosas ao redor do mundo, essas novas práticas organizacionais e de gestão possuem limitações quanto à replicação em outras localidades, pelas diferenças de em cada local.

Esse arcabouço conceitual denomina-se de redes interorganizacionais. As pesquisas de sociólogos e de estudiosos da área organizacional em todo o mundo, estudaram as redes interorganizacionais não se limitando apenas às três experiências contextualizadas e compuseram dentro dessa mesma abordagem um conjunto diverso de tipologias, como as: *joint ventures*, *franchising*, redes de negócios, redes de fornecedores e de cadeia de suprimentos, os clusters, os sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais, etc (GRANDORI; SODA, 1998; BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

2.2 SISTEMAS E ARRANJOS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS

2.2.1 Contexto Histórico e Noção Sistêmica de Inovação

A abordagem de sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais popularizou-se a partir do final dos anos 1990, quando grupos de pesquisa e agências governamentais e privadas buscavam compreender e promover o crescimento do desenvolvimento socioeconômico contemporâneo brasileiro (LASTRES; CASSIOLATO, 2008; CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008). Não obstante, com o sucesso alcançado na disseminação da abordagem, agências internacionais preocupadas com a dinâmica do desenvolvimento, também passaram a estudar e conjecturar sobre a mesma (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

Criar novos instrumentos em prol do desenvolvimento de uma região em tempos atuais do capitalismo, incide em repensar a lógica da oferta de recursos e de fornecer meios para a integração entre empresas, agências financeiras, de tecnologia, de comercialização e de gestão visando o fortalecimento em conjunto de suas competências (LASTRES; CASSIOLATO, 2008). É nesse intuito que se buscou superar outros modelos teórico-conceituais que, de certa forma, não levavam em consideração: (1) o quadro histórico e político-social dos fenômenos políticos e (2) a participação dos diversos atores e parâmetros sociais envolvidos com o desenvolvimento econômico, resolvendo com um novo arcabouço conceitual as limitações para a compreensão do desenvolvimento brasileiro (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

O resultado foi a construção de uma noção sistêmica, tendo como principal percurso a compreensão das trajetórias históricas e o papel da mudança técnica no desenvolvimento brasileiro (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008), implicando o reconhecimento de que os processos de aprendizagem, as habilidades e as competências identificadas no momento viriam complementados e simultaneamente de diversas fontes, meios e formas de disseminação (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

A abordagem sistêmica dos sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais providenciavam um conceito que levava em consideração o caráter localizado das trajetórias sobre inovação (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008), em que características únicas da região estudada geravam as mudanças necessárias para a ocorrência do desenvolvimento. Dessa forma, “a capacidade inovativa de um País ou região é vista como resultado das relações entre os atores econômicos, políticos e sociais, refletindo condições culturais e históricas próprias (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

O suporte para a abordagem se dá quando se reconhece que o conhecimento se dá de forma dinâmica e heterogênea, em que indivíduos e organizações influem nos aprendizados individuais e coletivos. A captação e a análise das limitações e oportunidades do macro e do microambiente que permeia a empresa, isto é, das diversas esferas produtiva, financeira, social, institucional e política, potencializam o sucesso de políticas e modelos que visam mobilizar os processos de aprendizado (LASTRES; CASSIOLATO, 2008). Não obstante, assim como relatado nas experiências exitosas em redes de cooperação, o caráter local clama por prudência quando na reprodução desse formato de rede em outros contextos (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

O conhecimento está intrinsecamente ligado à inovação. Sendo a inovação a incorporação nas organizações de conhecimentos que lhes são novos, a noção sistêmica incrementa ainda mais a compreensão de que tipos de inovação estão ocorrendo, bem como as maneiras como elas ocorrem.

Essa contextualização local e abrangente do desenvolvimento socioeconômico de um País ou região é relevante para compreender a dinâmica em locais menos favorecidos, menos desenvolvidos, pois permite angariar realidades que por hora foram ignoradas e que, agora, possibilitam identificar e compreender as desigualdades econômicas, políticas e sociais entre as regiões e países (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

Outros fatores dizem respeito aos regimes de tributação, regulação e legislação incidentes diretamente nos fatores relacionados ao desenvolvimento (LASTRES; CASSIOLATO, 2008). Dessa forma, as agências governamentais elaboram políticas públicas que possam evitar distorções, garantindo um amplo aspecto de trabalho e de aproveitamento de oportunidades (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008).

2.2.2 Conceito e Definição de Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais

A partir da noção sistêmica abordada, a RedeSist, grupo de pesquisa que se dedicou a trabalhar com a abordagem de Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (SAPILs), conceituou o que viria a ser o “novo instrumental para entender e orientar o desenvolvimento industrial e tecnológico” (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008, p. 14). A RedeSist foi capaz de identificar e avaliar as políticas de promoção dos sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais de muitos Estados e Municípios brasileiros, tendo como apoio pesquisadores, bem como servidores públicos ligados às mais diversas agências de planejamento governamentais, financeiras e educacionais de todo o País.

Os Arranjos Produtivos Locais levam em consideração “a produção e a inovação como processos sistêmicos, que resultam da articulação de distintos atores e competências” (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008, p. 14). Esse conceito abrange os diversos atores econômicos, políticos e sociais em todo um contexto de inter-relações, sendo eles do âmbito público ou privado, como os que se seguem: fornecedores de matérias-primas e equipamentos; distribuidoras; organizações de ensino e pesquisa; agências governamentais reguladoras; cooperativas e associações; sindicatos e demais órgãos de representação trabalhista e profissional (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008).

A construção da abordagem SAPILs foi relevante para que ocorresse a substituição de outros termos análogos que estariam sendo usados nas políticas públicas, o que incrementou a questão do entendimento de fatores sistêmicos relacionados ao local de instalação dos APLs (LASTRES; CASSIOLATO, 2008). Além disso, a abordagem se adapta muito bem às circunstâncias e às trajetórias históricas e dinâmicas, à diversidade das finalidades de negócios e porte empresarial, inclusive incorporando a noção de desenvolvimento endógeno, que estão submetidas as empresas e suas inter-relações; é capaz ainda de identificar e compreender tanto as organizações *high-tech*, quanto as que se utilizam de meios de produção tradicionais (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008).

O desenvolvimento da abordagem foi relevante para que os parâmetros estimados nas políticas públicas de promoção desses arranjos se aproximassem do contexto em que as empresas brasileiras estavam inseridas. Foram os grupos de pesquisa destinados a uniformizar o conceito e a definição dos Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais que resolveram os problemas relativos à distinção conceitual da noção de APL para os *clusters*, o que levou a melhorias no planejamento e operacionalização da identificação e atuação dos atores existentes, o grau de maturidade em suas relações, entre outros fatores (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

A noção de *cluster* leva em consideração graus mínimos de amadurecimento e de estruturação dos atores envolvidos em rede, o que privilegia, através de uma visão predominantemente economicista, “os sistemas economicamente mais estruturados e desenvolvidos” (LASTRES; CASSIOLATO, 2008, p. 23). Portanto, conceituados e definidos os sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais, as aglomerações produtivas e de inovação encontradas em determinadas localidades em graus de relações e de amadurecimento incipientes foram priorizadas adequadamente e passaram, com as políticas públicas, a alavancarem o desenvolvimento endógeno e local dos diversos Estados brasileiros.

Com a noção de APL, juntamente com os esforços dos grupos de pesquisas, tornou-se possível:

- (i) identificar, localizar e quantificar APLs e a desenvolver sistemas de informação, inclusive sistemas georreferenciados; (ii) ao desenvolvimento de metodologias para selecionar e tipificar os APLs, como meio de orientar as políticas públicas (LASTRES; CASSIOLATO, 2008, p. 22).

Há de se levar em consideração que para a existência dos APILs, primeiro, as políticas públicas são essenciais para sua construção e, principalmente, para o fortalecimento/manutenção dos arranjos produtivos locais (LEMOS; ALBAGLI; SZAPIRO, 2004; LAPLANE; CASSIOLATO; LASTRES, 2007; CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008) e, segundo, devem estar atreladas a uma estruturação maior por parte do poder público nos seus âmbitos federal e estadual, isto é, ter núcleos e coordenações de trabalho voltados preferencialmente para o desenvolvimento de APILs (BOURLEGAT, 2008), incidindo, por sua vez, um plano de desenvolvimento que contemple a execução de pesquisas voltadas à APILs com o entendimento que esses necessitam de sinergias, isto é, ações e ações complementares ao seu trabalho (LEMOS; ALBAGLI; SZAPIRO, 2004). Portanto, há de se deixar claro que a existência dos APILs estão atrelados à existência de todo

um aparato governamental, financiador, educador, etc., como forma de suprir as diversas demandas auferidas e projetadas para o ramo de negócio e região delimitada.

As políticas públicas são ações governamentais voltadas ao desenvolvimento de determinada região. Neste sentido, para a constituição das políticas públicas de fomento desses arranjos produtivos é necessário canais de trabalho entre o poder público e o poder privado, isto é, entre a equipe governamental e os empresários do ramo de negócio delimitado, para auferir, através das proposições desses atores reunidos, noções de estruturação e fortalecimento de APILs. Um dos canais de trabalho preliminares à existência dos arranjos produtivos podem ser as Câmaras Setoriais de diversos setores de ramos de negócios. Para isso, aborda-se brevemente no próximo subcapítulo, o papel das Câmaras Setoriais, que são o *locus* de estudo desse trabalho.

2.3 CÂMARAS SETORIAIS

Anderson (1999) discorre que as Câmaras Setoriais se formaram a partir do final da década de 1980 com o foco nos problemas da competitividade setorial. Desde a década de 1980, a partir dos trabalhos de certa forma exitosos junto às Câmaras Setoriais, o vínculo entre atores do poder público e do poder privado se mostrou eficaz nas possíveis melhorias da competitividade setorial.

As reformulações internacionais entre 1980 e 1990 quanto às questões de interesse industrial e político, isto é, da intensificação dos esforços para a elaboração de políticas públicas “horizontalizadas” - aquelas políticas voltadas às PMEs e algumas formas organizativas como os *clusters* - propiciaram mudanças nas contribuições políticas tradicionais para contribuições gerais relacionadas à desoneração de tributos, por exemplo, para uma amplitude maior de empresas (BONELLI; VEIGA, 2003). Essa ampliação foi universalizando as ações governamentais e construindo laços mais fortes entre os setores público e privado e, embora as discussões de desempenho econômico acontecessem setorialmente, as questões discutidas passaram a levar uma ampla gama de decisões a médio e a longo prazo e de forma sistêmica, com um alcance mais amplo; por exemplo, através de cadeias produtivas.

As Câmaras Setoriais funcionam, então, como fóruns em que são manifestados e discutidos os interesses dos atores governamentais, dos empresários e dos trabalhadores. As Câmaras atuam como um *locus* onde ocorrem discussões, negociações (ANDERSON, 1999) e, depois, proposições (ADECE, 2016), com o objetivo de alavancar a produção de bens e

serviços. Em termos contemporâneos, expressam a transparência necessária para uma razoável interlocução entre os diversos atores interessados numa atividade econômica. Os diversos atores que a compõem estão distribuídos como entidades governamentais regulatórias, entidades de fomento à educação, entidades financiadoras, empresas privadas, etc.

Uma forma de consolidar a participação das Câmaras Setoriais na economia está na construção de um órgão base para a admissão das reuniões e das proposições. Por exemplo, no caso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2006), o órgão que lida com as diversas Câmaras existentes é denominado como coordenação-geral de apoio às Câmaras setoriais e temática (CGAC) tendo o objetivo de consolidar a interlocução entre governo e as Câmaras setoriais. É um elo essencial na ligação para que as proposições que surgem das Câmaras tenham um destino correto para futuras avaliações.

No Ceará, essa coordenação-geral de apoio às Câmaras Setoriais e Temática está representada pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), localizada em Fortaleza, sendo suas instalações um ambiente disponibilizado para o encontro mensal dos diversos atores interessados tanto no desenvolvimento econômico setorial, quanto no desenvolvimento socioeconômico cearense. Sua importância é de que a diversidade dos atores em reunião construam proposições condizentes com a realidade socioeconômica enfrentada nos âmbitos públicos e privados do Município e legitimidade perante o poder público.

2.4 FOUCAULT E A GOVERNAMENTALIDADE

O filósofo, psicólogo e historiador dos sistemas de pensamento e do saber, Michel Foucault, trabalhou durante muito tempo com uma postura de curiosidade sobre a origem de alguns problemas que se enfrentou e enfrentamos atualmente. Esses problemas eram sobre as instituições de saúde, as instituições que mantinham certo saber e que detinham poder ou sobre as instituições governamentais, da origem da necessidade do governo dos homens e de que formas isso acontecia. Em 1959, escreve a tese denominada *A História da Loucura*, se consolidando na filosofia e sendo internacionalmente reconhecido.

Além disso, esteve à frente de diversas temporadas de cursos no Collège de France. Além dos livros, foi com as aulas ministradas no Collège de France que Foucault pôde continuar suas pesquisas e ficou ainda mais conhecido pelas suas abordagens da Arqueologia, Genealogia, Biopoder, Biopolítica, Governamentalidade e diversas outras ideias que reexplicavam e complementavam as análises sobre poder e saber até à época.

As noções vão se desenvolvendo ao longo do tempo, muitas vezes parecendo que num primeiro momento esboça-se uma definição para que posteriormente, com os exemplos, consigam ser complementadas. O tempo é mestre em conduzir e reconduzir o grande conceito, a grande genealogia do poder em Foucault. Além disso, as noções se complementam, se imbricam, se integram para formar o que se chama aqui de “O Grande Observatório do Poder”, onde os sentidos estão aguçados para se conseguir enxergar o poder emanando das relações humanas e através das estruturas institucionais.

Para chegar até à noção das disciplinas, do Biopoder, da Biopolítica, da condução de condutas e da governamentalidade, o autor estuda os discursos através da história. Foucault percorre os discursos relativos à filosofia e à economia até discorrer sobre a noção da população e da importância da estatística, que por sua vez são utilizados para a manutenção do poder vigente. Brevemente, no primeiro subitem desse capítulo, traçou-se um Panorama dos Estudos de Michel Foucault. Segue-se pelo segundo subitem: O Biopoder e a Biopolítica. Na terceira parte, tem-se: População. Na quarta e última parte, disserta-se sobre: A História da Governamentalidade, em que as noções até então abordadas se relacionam de tal forma para constituir um conceito, uma definição, e as variáveis para o objeto de estudo, sobre o governo de si e de todos que mantém uma nação, de certa forma, normalizados em sociedade.

2.4.1 Panorama dos Estudos

A Arqueologia, um enfoque no saber nos estudos de Michel Foucault, remete até o final da década de 1960 e, a partir do começo da década de 1970, as análises das relações de poder ficaram denominadas sob a Genealogia, uma espécie particular de analítica de poder própria do filósofo, e, por último, no final da década de 1970 e começo dos anos 1980, os estudos relacionados à ética e a subjetivação dos indivíduos. Esses estudos se interpenetravam, em que o poder se dava através do eixo do saber e da subjetivação e vice-versa (MARTINS, 2012).

A partir dos estudos sobre os discursos e a incorporação do saber na sociedade, Foucault percebeu que o saber se constituía como poder e vice-versa, contudo, de acordo com os resultados de seus estudos e diante das análises de poder realizadas por outras personalidades, até então, não existia um pensamento que cuidasse sobre o poder de forma alternativa. Lembra Pasquino (1993), que a análise de poder diante das disciplinas não era o bastante, o que caracterizou para Foucault ampliar e aprofundar suas investigações em relação à regulação e ao ordenamento da sociedade.

Foucault, em seus trabalhos, coletou discursos e conteúdos históricos. A conclusão que se configurou foi que o poder não se explica simplesmente pela troca e circulação dos bens, o que significaria submeter os indivíduos unicamente ao contrato social, ao direito originário, através de uma teoria jurídica clássica, ou, por outro lado, submeter os indivíduos à teoria social marxista, em que o poder é um instrumento que existe em classes sociais para reproduzir e manter-se em posição hegemônica (MARTINS, 2012). O poder, no caso, iria além, e a insuficiência de análise apresentada até então pelos cientistas sociais e os filósofos, o levou a crer que o que existe em relação ao poder é uma forma de governo, uma mentalidade, uma arte de governo que leva em consideração o Estado e uma complexidade de outras instituições e a própria população.

O saber dos mínimos detalhes das espontaneidades da população, da estatística da população, em relação a uma ideia liberal e da economia política constituíam uma espécie de ciência do Estado no Ocidente moderno (MARTINS, 2012) e um governo dos homens (FOUCAULT, 2008). Esse sentido foucaultiano de governo, foi cunhado com o nome de governamentalidade, em que o poder soberano se estabelecia pela maneira em que se conduzia os indivíduos (FOUCAULT, 2008), percurso traçado para se chegar ao bom governo (MARTINS, 2012). Eis aí uma nova compreensão para o poder, relacionado intrinsecamente ao saber, analisado sob os discursos e conteúdos históricos da pastoral cristã, da polícia, da economia política liberal do séc. XVIII e, mais atualmente, do pensamento neoliberal do pós-guerra.

McGovern e Mottiar (1997) relatam que os estudos de Foucault não providenciam soluções para problemas de soberania ou busca construir uma teoria do poder. Os estudos de Foucault repensam a forma de olhar para o que constitui o poder e, para isso, busca nas próprias relações dos indivíduos, em detalhes antes não coletados e analisados, as indicações de que a realidade, o poder, foi construído historicamente, inclusive pelo próprio jogo do poder.

Nos escritos sobre a Arqueologia, inicialmente cunhado na obra “A Ordem das Coisas”, o poder e o conhecimento estavam intrinsecamente ligados e o conhecimento, o saber, não podia estar livre da ideologia, portanto, não poderia prover liberdade e nem conviver sem a influência do poder e ser causa de poder (McGOVERN; MOTTIAR, 1997). Para Michel Foucault, o conhecimento só é possível através de estruturas próprias, reconhecidas, legitimadas por uma sociedade para atuar. O conhecimento seria apreendido desde que se estudasse os sistemas de produção de verdades.

Em 1976, o autor cunhou no livro “A História da Sexualidade - A vontade de Saber” e no curso “Em Defesa da Sociedade” um outro termo, como Genealogia. Dessa vez, buscou com seu próprio método de analítica do poder questionar suas origens e a encará-lo não como instrumento, mas como uma esfera, campo ou domínio (MARTINS, 2012). O ato de exercer poder, na efetividade do exercício de poder, era apreendido de acordo com as relações de forças “múltiplas, móveis e instáveis em permanente confronto” (MARTINS, 2012, p. 16). O que Foucault levava em consideração nos seus estudos à época era o que ele chamou de a hipótese de Nietzsche, em que o que predomina são as relações de forças em confronto, de luta, de guerra (FOUCAULT, 1999). A genealogia, portanto, era uma forma de história, de historicizar a constituição dos saberes, dos discursos dos saberes e dos objetos, de forma concreta, com a participação concreta dos indivíduos em sociedade (FOUCAULT, 1984). Foucault conclui que as ciências sociais agem como uma forma de disciplina (McGOVERN; MOTTIAR, 1997).

Com a Genealogia, o autor estava preparado, segundo McGovern e Mottiar (1997), a mapear as relações e identificar a rede em que as técnicas de poder se davam. A relevância estava em compreender preliminarmente os dispositivos, as técnicas, a descrição do “como”, ou seja, a compreensão dos mecanismos, juntamente com os efeitos e as relações das diversas direções do poder, e afastar uma análise que levava em consideração o “onde”, objeto de pesquisa de outros pesquisadores (MARTINS, 2012; McGOVERN; MOTTIAR, 1997).

A Genealogia foucaultiana integra a sociedade disciplinar, ou seja, integra os mecanismos de governo da sociedade pelo poder disciplinar. As questões relativas à sociedade disciplinar se deram nos estudos dos anos 1970 a 1976, com a obra “Vigiar e Punir”, e nos cursos do Collège de France dos anos de 1971 a 1975 (MARTINS, 2012). Como McGovern e Mottiar (1997) apontam, a disciplina sugere controle em troca de poder, como também sugere um aprendizado, um conhecimento, um saber. A disciplina seria uma modalidade de exercício de poder, combinado um rol de técnicas, instrumentos, procedimentos e alvos (FOUCAULT, 1984).

Foucault cunhou, então, sua episteme como um estudo das tecnologias de poder. Eram as tecnologias de poder que existiam quando analisava-se os discursos históricos, isto é, discursos produzidos por personalidades diversas ao longo da história, e se compreendia a partir daí não os conceitos, mas os objetivos, as estratégias e as programações de ação políticas que esses discursos promoviam (FOUCAULT, 2008).

Foi, portanto, a partir de uma análise do poder, da microfísica do poder (McGOVERN; MOTTIAR, 1997), desenvolvida até o ano de 1976, que o mesmo passou a

explicar mais tarde, conforme aponta Martins (2012), o poder de forma mais ampla, uma macroanálise do poder, que seria explicar o poder pelo conjunto das noções de naturalidade, população, biopolítica e da condução das condutas.

No curso de Segurança, Território e População (1977-1978), se explora e descreve como o mecanismo disciplinar está presente na sociedade. O mecanismo se compõe da seguinte forma: (1) a disciplina analisa e decompõe tudo a sua volta, tempo e espaço, para que seja possível perceber os elementos modificáveis e, depois, modificá-los; (2) a disciplina, ao analisar os elementos modificáveis, analisa de acordo com o resultado que almeja; (3) estabelece sequências e coordena os elementos; (4) conduz procedimentos para adestramento de forma progressiva e de controle e distribui o que se quer distribuir numa classificação, segundo interesses particulares, àqueles que são inaptos, incapazes e os outros, por exemplo.

Portanto, a disciplina é mecanismo de normalização, onde os normais são os que podem se conformar com o modelo, com o resultado em questão, e os anormais aqueles que não se conformam. Como exemplo à época, ele citava os regulamentos de epidemias, de doenças endêmicas como a lepra, culminando sua análise no surgimento da medicina preventiva, que, segundo Foucault, emergiu historicamente não apenas como o mecanismo de disciplina visando à normalização da população, mas, para além disso, como um outro tipo de mecanismo que ele classificou como mecanismos de segurança.

É com os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança – ambos mecanismos de governo - que, como Hindess (1996) aponta, o poder é exercido para providenciar habilidades, atributos, também ligados ao autocontrole, em torno de um ou mais indivíduos, sob o objetivo de tutelá-los, ou seja, de fazer com que eles ajam e que tenham a capacidade de continuarem se moldando a uma conduta reconhecida e avaliada como boa.

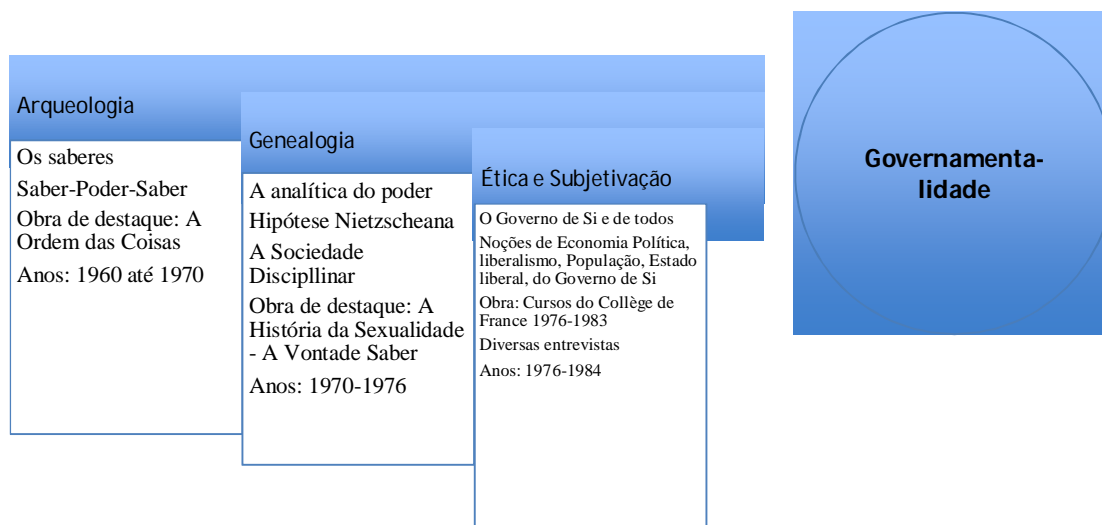
Em suma, o que se tem é um autor que desenvolve sua análise do poder mediante o conhecimento, logo após estudando a sociedade disciplinar como forma de poder, conhecimento e, ainda, a partir de 1976 a incidência de novos conceitos e noções para a análise do poder. Tudo isso, pertencente ao conjunto teórico da Genealogia do poder.

Michel Foucault pode propor um projeto da história da governamentalidade, pois seria, na sua concepção, adequado para compreender de que forma as pessoas estavam onde estavam e faziam o que faziam. Em detalhes, essa história, segundo Martins (1992), percorre cinco domínios distintos, sendo eles: o pastorado antigo, o pastorado cristão, a razão de Estado e de polícia, a emergência do liberalismo no século XVIII e o pensamento neoliberal que predominou no pós-guerra. A partir desses, é possível classificar três momentos históricos de como o homem tratou a questão do governo, sendo: o Estado de Justiça, o Estado

Administrativo e o Estado de governo. A sociedade se modifica de tal forma que o que há não é somente um Estado consolidado – como é encontrado atualmente -, mas toda uma construção humana sobre o que seja a ordem, o que seja o domínio de um território, o que seja um governo. Esses serão os domínios do grande projeto da governamentalidade em Foucault.

As problematizações das obras do autor são esquematizadas através da Figura 1. A figura mostra os eixos principais das problematizações, juntamente com os assuntos e com as obras que mais se destacaram no período. A governamentalidade, então, absorve todo o conteúdo produzido por Michel Foucault ao longo da sua carreira até o seu falecimento prematuro em 1984.

Figura 1 – Cronologia dos Estudos Foucaultianos



Fonte: Elaborado pelo autor

A fim de delimitar o presente estudo, será considerada a obra que serve de base para a construção do arcabouço epistemológico da governamentalidade: “Segurança, Território e População”. A fim de não causar perda de informação e desestruturar o pensamento foucaultiano, para a correta compreensão desse deslocamento teórico da sociedade disciplinar para a forma do governo, para, então, ter-se uma analítica do poder que revele a condução das condutas dos homens através dos mecanismos de segurança, faz-se necessário discorrer sobre o Biopoder e a Biopolítica.

2.4.2 Biopoder e Biopolítica

Na mesma obra “A História da Sexualidade – A Vontade de Saber” e no curso “Em Defesa da Sociedade”, em que denominou sua analítica do poder como Genealogia, o autor apresentou mais claramente a questão do Biopoder e da Biopolítica, sendo profundamente estudados no curso “Nascimento da Biopolítica” de 1978-1979. O que acontece é: tem-se o esboço do estudo sobre biopoder e biopolítica, sendo tratadas algumas noções (de População e Condução das Condutas) que compõem esses dois conceitos no curso “Segurança, Território e População” de 1977-1978 para, finalmente, a compreensão bem mais abrangente dos termos no curso “Nascimento da Biopolítica” de 1978-1979. Foi através desses conceitos, que o mesmo pôde continuar construindo sua analítica de poder e chegar ao que embasa o presente estudo: os mecanismos de governo para a condução de condutas, portanto, o reconhecimento da governamentalidade. O Biopoder, atado aos estudos anteriores sobre a sociedade disciplinar, passa a integrar a tecnologia disciplinar como sua dimensão, qual seja, o conjunto dos mecanismos de segurança e dos dispositivos de regulação das populações (MARTINS, 2012). Por outro lado, o sentido de governo, o controle da vida da população, que nasce a partir do Séc. XVIII, é uma outra dimensão do Biopoder.

Essas duas dimensões compõem o grande conceito de Biopoder. Por um lado, tem-se os dispositivos de disciplina que normalizam os indivíduos, como colocado anteriormente, e, por outro, a Biopolítica, a tecnologia do governo da vida, sem que haja imposição direta sobre os afazeres dos indivíduos, mas a influência do estudo sobre a vida, sobre diversos outros dispositivos que agem, indiretamente, sobre os indivíduos e que os conduz. Nas palavras de Foucault,

[...] essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Por sua vez, a Biopolítica, dimensão ainda não tratada sistematicamente, como foi a partir de 1976, se define como sendo o “conjunto de técnicas políticas inéditas que situam a vida humana, a população, no centro das preocupações e da ordem política” (MARTINS, 2012, p. 22). Entre esses mecanismos, vê-se o cálculo, a estatística da vida da população. A Biopolítica compreende a população como sendo “objeto de intervenção política, de gestão e de governo” (MARTINS, 2012, p. 19). Cabe salientar, que o governo em Foucault não é o mesmo que Estado, embora esse seja uma das instituições que poderá governar a vida, mas o

governo como condução das condutas. Além disso, como dito anteriormente sobre outras tecnologias, as técnicas da Biopolítica não substituem ou se sobrepõem às técnicas disciplinares, porque ambas têm como objetivo compreender e agir sobre a vida em todos os detalhes que podem constituí-la, tanto no indivíduo e seu interesse individual, quanto na coletividade e o interesse da população (MARTINS, 2012).

Lançando mão desses conceitos, o que há é, não apenas um aperfeiçoamento através da história das técnicas de poder, mas um aperfeiçoamento da metodologia que o próprio autor se utiliza para falar sobre. Esse é o movimento. Não sair completamente do mecanismo disciplinar, mas melhorar o espectro de variáveis a fim de melhorar a percepção e, por sua vez, a compreensão de técnicas complicadas, através do tempo. Portanto, Foucault (2008) afirma que deve-se unir e correlacionar o mecanismo jurídico-legal, o mecanismo disciplinar e os mecanismos de segurança para compreender o governo.

A analítica de poder, agora influenciada por noções de população e de Biopolítica, observará o poder e o controle praticados não apenas no indivíduo, mas em toda a massa, a nação, os seres sociais. Portanto, toda a dinâmica que permeia os indivíduos em coletividade é objeto de observação dessa fase da Genealogia foucaultiana (MARTINS, 2012).

Foucault, então, estava diante não apenas de desconstruir, mas de compreender que o poder se dá não apenas por vias negativas, com mecanismos de repressão, como no poder soberano, mas sob um caráter positivo, que levava os indivíduos a produzirem uma realidade para si mesmos, a se normalizarem, a se adestrarem, a se moldarem e a continuarem a dar o melhor de si para a manutenção da própria vida, assim como foi o mecanismo disciplinar e, depois, o mecanismo de segurança (MARTINS, 2012).

Então, para que, por que a biopolítica serve? Por que emergiu do conteúdo histórico? Porque, através dos discursos, da complexidade do jogo de interesses, uma forma de governo deveria surgir para que a cidade seguisse seu rumo e as pessoas fossem governadas.

Por isso, a biopolítica vai se preocupar com a natalidade, a morbidade, etc. e vai caracterizar elementos biológicos dos indivíduos e da população. Reinar, adestrar a população é o principal problema político agora. Problema político, científico, biológico e de poder. A ciência da população será capaz de cuidar dos fenômenos aleatórios e aparentemente imprevisíveis implantando técnicas de previsão, avaliação de riscos, probabilidade, etc. (MARTINS, 1992), como dito, a estatística.

Então, a razão de governo influenciada pelos moldes liberais do Séc. XVIII e, portanto, pela ciência da população, se constitui, nasce, respeitando a vida, isto é,

compreendendo-a, determinando-a de forma que dê para assegurá-la, gerenciá-la e não somente regulamentá-la (FOUCAULT, 2004a).

É necessário dizer - mais uma vez - que as técnicas de estruturação, de hierarquização, de disciplina, de autoridade, os instrumentos estatais, etc., estão presentes e se integram à noção de governo, complementando-a.

Tendo discorrido sobre as obras e o pensamento em Foucault para depois tratar sobre dois conceitos basilares que reúnem diversas noções, parte-se para informar o que seria a população e o seu estudo. O que o estudo da população nos diz sobre os movimentos que aconteceram para a condução das condutas de uma população? O que o estudo da população nos indica sobre uma possível governamentalidade? É disso que se vai tratar a partir do próximo subcapítulo.

2.4.3 População

A população surge nos estudos foucaultianos a partir de 1974, em que o autor coaduna diversas noções e a existência da população no conceito de Biopolítica. A partir de então, a racionalidade política predominante à época seria a que consegue compreender o povo como um coletivo, um coletivo que é estatisticamente compreendida e gerida indiretamente. Portanto, a população surge como algo a ser pensado, sistematizado e calculado desde que esteja sob o grande domínio do pensamento econômico liberal do Séc. XVIII.

De população pode-se entender que é um corpo social constituído de indivíduos com interesses individuais, sujeito à análise e à classificação estatística visando assegurar o poder e controle de um território. A população é o principal instrumento do mecanismo de segurança.

A razão de Estado, terceira forma de governo que Foucault construiu, marcou uma ruptura radical com a tradição medieval e renascentista do Séc. XVI (MARTINS, 1992). Martins (1992) aponta que surgiu, a partir do Séc. XVII com o surgimento da figura do "político", a nova razão de governo que se dava através de um modo de pensar o conjunto de pessoas localizadas num território como o principal elemento de riqueza de um Estado.

Foi a partir do Séc. XVII que ocorreu a intensificação do pensamento mercantilista. Esse pensamento é marcado pelo interesse de fortalecimento do poder do Estado, do aumento de suas riquezas, da preservação do seu território (MARTINS, 1992). Para melhor comparação, expõe-se que Foucault (2008) cita que o soberano era legitimado sob duas coisas: (1) que tivesse a seu controle uma população obediente e (2) uma população que lhe gerasse riquezas. De alguma forma semelhante com os interesses da forma de governo

anterior, do soberano, a influência ocorre agora com o crescimento de certo pensamento econômico, sendo a população o fundamento da análise econômica para o aumento das riquezas do Estado (MARTINS, 1992). Esse pensamento econômico, faria com que a população agora viesse cunhada de uma carga de importância bem maior que na unidade soberana, contudo essencialmente ainda vista como força produtiva (FOUCAULT, 2008). Mas, essa mudança não ocorre de forma repentina.

Diante do mecanismo da disciplina, a população ainda era tangente ao problema do governo, portanto, não sendo o alvo (MARTINS, 1992). O Estado ainda era o alvo dessa razão. Além disso, o mecanismo da disciplina que cuidava da população era a polícia. A polícia cuidava da boa ordem do Estado (Foucault, 2008).

Com o liberalismo clássico do Séc. XVIII à porta, a razão de Estado até então investida, ou seja, o Estado Jurídico, de Polícia, foi alvo de crítica por parte dos intelectuais economistas. Sendo assim, instituiu-se através de grande esforço um incremento à razão de Estado até então existente e o principal cerne desse incremento foi o pensamento da economia política que se fazia na Europa, juntamente com a filosofia utilitarista, como por exemplo, a do filósofo Étienne Bonnot de Condillac (FOUCAULT, 2008). De acordo com Foucault (2008), o que se vai fazer é constituir um mecanismo que regulamente, que impeça, que atraia imigrantes, que cuide da natalidade, etc. Conforme já abordado, o que vai haver é uma gestão da população. Gestão essa que ocorre sobre a liberdade e a segurança da população (MARTINS, 1992). De acordo com Foucault (1984), o que ocorre é que o poder vai circular de maneira contínua, ininterrupta, adaptado e individualizado por toda a coletividade.

Como exemplo de alguns discursos, aponta-se textos no curso de "Segurança, Território e População", como o de Richard Cantillon e de Mirabeau, que datam respectivamente dos anos de 1755 e 1756, em que discorrem livremente sobre população. Foucault, então, vê implicada a emergência de uma possibilidade do governo passar a atuar conforme o chamado mecanismo de segurança (MARTINS, 1992). Aplica-se a emergência desse mecanismo de segurança aos fisiocratas, ou melhor, aos economistas liberais do Séc. XVIII. Esse pensamento da economia política, conduz ao pensamento de governo que é o inverso de como atuava o soberano, em que a quantidade da população e a administração do povoamento bastava para legitimá-lo perante outros e o próprio reinado. O governo que gere a população, agora a olha como forma de obter poder. Assegurá-la, mantê-la segura, se torna o principal objetivo.

Foi o conhecimento da estatística que se pôde consolidar o povo e sua dinâmica

natural de existência, como população. População essa que se regula, portanto, de forma espontânea (MARTINS, 1992). Vai ser dito que "é todo um problema Lamarck-Cuvier", vez que os dois cientistas salientavam de certa forma a naturalidade biológica dos organismos, da população dos organismos e que era diretamente relacionada com o meio de vida (FOUCAULT, 2008, p. 101). De acordo com as leituras dos textos do demógrafo John Graunt, sobre suas tabelas de mortalidade do Séc. XVI, que foi possível perceber que a população possui certa constância dos fenômenos, uma regularidade de fenômenos, por isso possível de ser mensurada, caracterizada, classificada. Com isso, em meados do Séc. XVIII, por exemplo, surgiram as campanhas matrimoniais, de vacinação, as campanhas contra a mortalidade, entre outras, conforme aponta Foucault (2008). A partir de quando o detentor do poder e do controle age, ele age nos recursos que vai disponibilizar à população, ao trabalho possível, ao *modus operandi* do consumo, etc. Sempre por vias indiretas, isto é, "a partir do curso das próprias coisas", através, portanto, das campanhas (FOUCAULT, 2008, p. 352).

Vê-se aí, que o ponto principal eram as ações políticas. Ações políticas, juridicamente corretas e aceitas, promotoras e influenciadoras de diversos campos do saber, de movimentá-los e acostamá-los à se formarem a partir desse tipo de pensamento do governo.

Curso natural das próprias coisas, essa é a particularidade do momento dos fisiocratas, etc. A população encarada como o "público". Público esse que é considerado de duas formas: (1) pelo enraizamento, suas formas biológicas e (2) como um corpo social que age naturalmente de acordo com hábitos, comportamentos, opiniões, temores, preconceitos, exigências (FOUCAULT, 2008). As campanhas citadas como exemplos da compreensão do corpo social como público, como população, constitui uma forma de agir sobre as próprias condições naturais e espontâneas que apresentam. Não apenas as campanhas, diz Foucault (2008), mas a educação.

Martins (1992, p. 33) salienta uma observação importante, que a população é ao mesmo tempo, objeto político, pois é objeto que sofre intervenções de governo, e sujeito político, pois é "convocada, incitada a se conduzir de certa maneira".

Apesar de ocorrer de forma espontânea, as escolhas, seus modos de operar podem ser acessados. O interesse e o desejo são seus motores de ação, como aponta Martins (1992). Esses, quando ocorrem espontaneamente através do corpo social, são responsáveis por formar laços, vínculos entre os indivíduos (MARTINS, 1992) e, portanto, o poder na análise de Foucault é exercido, conforme apontam McGovern e Mottiar (1997), através de redes de relações sociais. François Quesnay diz que as pessoas desejam e escolhem pelo que é

proveitoso à elas, então que não se procure mudá-las diretamente. Continua, que se deve agir sobre as pessoas e seus desejos, de forma que o grande feixe de relações e conexões acabe produzindo o interesse geral da população. Assim o fazem quando se faz agir sobre os fluxos de moeda, sobre as exportações, etc.:

"Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la" (FOUCAULT, 2008, p. 95).

A ação de governo, então, quando age indiretamente à população, age nos elementos e nas conexões entre os elementos do corpo social. Como apontam alguns autores como Balestrin e Verschoore (2008) e Marcon e Moinet (2001), a ação de governo ocorre nos nós e nas linhas da rede, ou seja, nos fatores humanos e nas relações humanas que os mantêm conectados. Portanto, as ações de governo nas suas formas modernas estão presentes como um conjunto de ações diretas e indiretas a fim de conduzir a conduta da população, do público. Essa naturalidade, responsável pelas conexões entre os elementos do corpo social acontecem espontaneamente quando os elementos "coabitam, quando estão juntos, quando intercambiam, quando trabalham, quando produzem" (MARTINS, 1992, p. 34).

Com isso, a ação governamental está pronta para conduzir as condutas, para normalizar a sociedade como um todo de uma forma mais oculta, de uma forma quase imperceptível, pois a própria população passa a legitimar, a aprovar as ações governamentais de acordo com sua capacidade de admitir para si o que lhe é solicitado, legado. Essa condução é feita como uma solicitação "aos indivíduos para que orientem o exercício da liberdade para certas direções mais do que para outras" (MARTINS, 1992, p. 38).

Mas, por que oculta? Porque a população é o instrumento de fazer funcionar a relação coletivo/indivíduo, sujeita, pois, a um mecanismo diferenciado daqueles unicamente proibitivos, unicamente jurídicos (de leis), disciplinar, vigilante, em que os indivíduos estavam "sempre presentes aos olhos do soberano" (FOUCAULT, 2008, p. 87). Nessa visão utilitarista da população, conforme Foucault (2008), o problema do governo será o de dizer sim diante dos desejos dos indivíduos, vai ser favorecer essas escolhas, esse "amor-próprio" dos indivíduos de maneira que continue a produzir efeitos benéficos aos interessados, aos que estão no poder. Portanto, problema de convencimento da população.

A população, pois, é sujeita a ser conduzida e, de acordo com Martins (1992), pela incapacidade da prática governamental ter controle sobre tudo, é também capaz de ter iniciativa e autonomia. É, por isso, em comparação ao pastorado, esses mecanismos de

segurança que passam a existir em meados do Séc. XVIII tem uma espécie bem particular de se voltar para a população, de estudá-la, de quantificá-la, de passar a traçar afazeres meticolosos, e a partir dos interesses individuais e coletivos, para que o indivíduo não passe a ir de encontro, a lutar contra o que se está planejando a ele e possivelmente destituir quem está no poder. É essa dinâmica, essa complexidade advinda com a aceitação da racionalidade governamental da economia política e da liberdade - como argumentou Foucault (2001, p. 855) - que irá passar a cuidar do governo de qualquer cidade.

Portanto, eis o grande mecanismo de segurança que se falou. Apesar de todo o choque de interesses, era necessário sempre organizar a cidade, portanto, a população, de forma a manter sua liberdade. Essa liberdade deve ser entendida como “a possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto das pessoas como das coisas” (FOUCAULT, 2008, p. 63-64). Ainda, o governo deveria pensar no que os indivíduos querem fazer, no que têm interesse de fazer, no que eles contam fazer. Cada vez mais os instrumentos de governo se tornavam mais complexos e se somavam para que a população fosse conduzida da melhor forma.

A atividade que se fez até então no presente estudo foi o de levantar algumas das diversas noções do trabalho foucaultiano para explicar um problema bem pontual: o governo na contemporaneidade. A partir desse momento, se percorrerá todo o caminho das duas principais obras - Segurança, Território e População e O Nascimento da Biopolítica -, das quais Foucault discorre amplamente sobre a história de construção da questão da condução das condutas, do governo de si e dos outros. Esse próximo subcapítulo irá explorar parcialmente e colocar o pensamento fundamental foucaultiano de forma facilitada para a compreensão dos mecanismos de governo.

2.4.4 A Governamentalidade

Como se percebe, os discursos analisados pelo filósofo convergiam para uma mudança no modo de pensar do governo; logo, constituindo o governo, a partir do Séc. XVIII, em torno e através da população.

A história da governamentalidade está presente nas suas diversas obras a partir de 1976 até 1984. Contudo, é possível fundamentar a analítica de poder e dos mecanismos de governo principalmente pelo curso Segurança, Território e População (1977-1978), em que Foucault preza pela grade de análise da governamentalidade, isto é, o estudo da biopolítica e de um mecanismo novo como o de segurança (MARTINS, 1992), sempre comparando-o com

outros momentos históricos e estados de governo. As primeiras aulas foram, segundo Martins (1992), as que demonstraram a necessidade e o interesse daquele em ampliar a investigação da biopolítica e que teve como consequência a ampliação da grade de análise do poder dessa genealogia.

Pode-se definir a governamentalidade como o conjunto de procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas de dominação e de governo de si construídas e modificadas continuamente, realizadas por instituições que visam, através da população, a manutenção do poder (FOUCAULT, 2008). O esquema de análise proposto possibilitava a existência da liberdade e da resistência do indivíduo e da população como formas de poder e de se investir o poder; uma perspectiva que contasse a história das instituições políticas de forma alternativa. É importante lembrar que antes mesmo da influência da economia política, algumas épocas marcaram específicos modos de governo, como a mentalidade de governo do soberano e do pastorado cristão. Após certas necessidades, o modo de operar o governo dos homens se institucionalizou em instituições como o Estado.

A História da Governamentalidade percorrido pelo filósofo serve para duas coisas: (1) indicar que a razão governamental não acontece apenas sob a instituição estatal, e para isso demonstrando que nasce através de outros momentos históricos, e (2) para deixar claro que, diante da instituição estatal, novas ações e procedimentos compõem um conjunto maior de tecnologia, a tecnologia de segurança. Resumidamente, tem-se que a razão do governo do liberalismo, do utilitarismo, da economia política do Séc. XVIII constrói a necessidade de uma gestão da população, da existência de instrumentos, dispositivos que deverão ser acoplados nos seus estudos sobre a Biopolítica. A governamentalidade irá “garantir a segurança dos processos naturais intrínsecos à população e aos processos econômicos” (MARTINS, 1992, p. 35).

As relações de poder numa sociedade são configuradas de acordo com uma característica de dissimetria. Elas são orientadas e organizadas de forma que o desequilíbrio de forças apareça (MARTINS, 1992) e possibilite essa capacidade de hierarquização, de definições de status, de definições de classes, de superioridade de uns sobre os outros. Foucault (2008) consolida seu objeto de pesquisa para o governo. O que se acredita é que o mesmo tenha descoberto que é a necessidade de colocar ordem nas coisas e nas pessoas, a necessidade de governo, a necessidade de fazer as coisas andarem, cada vez mais ocultas, cada vez mais perspicazes, sutis, cada vez mais distantes daqueles moldes, daquelas características dos estudos sobre dominação das quais se tem conhecimento, o que constrói e mantém as relações de poder e de controle dentro da realidade social. O poder do discurso,

discurso esse realizado para conduzir os indivíduos, as práticas desses discursos, o pôr em prática - muitas vezes que ninguém percebe, que ninguém viu - é o que está em jogo e dará como resultado todo o emaranhado das relações assimétricas de força do mundo que se conhece.

A governamentalização do Estado faz parte de um amplo processo pelo qual a História da Governamentalidade se deu. O que Foucault propõe nas diversas aulas do curso de Segurança, Território e População e do Nascimento da Biopolítica, as duas principais obras sobre governamentalidade, é compreender a arte de governo que predomina no mundo contemporâneo através de uma história de governo. Salienta-se que, para fins desse trabalho, pelo vasto número e já com profundos significados de termos, foi utilizado especificamente a obra Segurança, Território e População para a construção das variáveis de estudo, da análise e discussão dos resultados.

Como forma complementar aos assuntos já analisados, cita-se ainda mais dois conjuntos de fenômenos explorados nos estudos do filósofo. Citam-se de forma que demonstre ao leitor o movimento analítico que aquele fazia para estudar a evolução histórica dos instrumentos e métodos de governo humano.

À exemplo da cidade, tem-se que Foucault (2008) começa invocando o que denomina de metáfora arquitetônica. O discurso de Alexandre LeMaitre em *La Métropolitée*, do ano de 1682, apresenta os 3 sustentáculos que edificaria um país, um Estado: os camponeses, os artesãos e os oficiais e soberano. Esse país deve ter uma relação geométrica e ser constituído, então, por uma cidade-metrópole que esteja localizada bem no centro geométrico do espaço. Essa, por sua vez, serve de relação estética e simbólica, um ornamento do território, onde se partem todas as influências possíveis, as academias, as leis, os decretos, do luxo de bens, da distribuição e da redistribuição de materiais produzidos, enfim, a capital deve ser o centro desse universo que conspira a favor do restante da engrenagem, sempre a partir do soberano. Eis aí algo importante e que marca o momento da analítica do poder: pensar a cidade como esquema de soberania. Da cidade como ponto fundamental do poder soberano, de um espaço qualquer para um momento em que se vai reter ao espaço determinadas funções, ditas urbanas, econômicas, morais, administrativas, entre outras. Ser um bom soberano significa realizar uma boa disposição das coisas no território pretendido, pois é dessa boa disposição que se deve a obediência ao soberano.

A partir daí, tem-se que Foucault explora profundamente a questão da cidade. Os mecanismos de segurança que o mesmo discorre ao longo de suas aulas convergem para uma problematização, qual seja: o problema da cidade. Foi a partir de declarações dos anos 1754-

1765, do apoio dos fisiocratas, dos economistas políticos que ocorreu a mudança do que se está estudando até agora, a mudança das técnicas de governo para os mecanismos de segurança. Portanto, os problemas da circulação, juntamente com o da escassez alimentar, o da epidemia terão, como resultado, técnicas em que se converge para e em torno da cidade, a partir do Séc. XVIII: “A cidade como mercado também é a cidade como lugar de revolta; a cidade, foco de doenças, é a cidade como lugar de miasmas e de morte.” (FOUCAULT, 2008, p. 83).

A exemplo da escassez dos alimentos, Foucault também denomina esse problema como "raridade de gêneros" (2008, p. 40), como um acontecimento. A raridade de gêneros ocorre desde que se tenha um produto - salienta-se o contexto do mercantilismo - e que esse passe por um processo de escassez, de raridade no mercado. Essa quantidade de cereais que não dá para todos de uma população gera uma série de efeitos que, se não houver uma técnica que acompanhe a área de produção de alimentos, todo o mecanismo econômico pode vir a acentuar a escassez, pelo simples fato do aumento de preços, desde que haja mais escassez e manutenção dessa escassez por quem pode estocar os produtos - os produtores. De todo modo, o governo francês do Séc. XVII e XVIII quer vencê-la e constrói uma série de medidas, série de técnicas, jurídicas e disciplinares, para preveni-la.

É importante destacar o emaranhado de termos que de certa forma foram inaugurados a partir dos seus estudos.

Nessa questão, a arte de governar ou governamentalidade mencionada nesse trabalho pode ser explorada tangencialmente pelo que se denomina Governança de Rede (*Network Governance*). O ponto em comum e que mais chama atenção está quando, à exemplo do estudo de Jones, Hesterly e Borgatti (1997), esses se propõem a compreender a influência de determinados mecanismos nas tipologias de redes de empresas que se intitulam como “condições de trocas empresariais”. Por outro lado, o mesmo estudo busca determinar de forma categórica, uma teoria que providencie pontos críticos que coordenem e mantenham a cooperação em empresas com ligações diádicas, triádicas, etc. Em contraponto, presume-se que a analítica foucaultiana sobre a governamentalidade poderia potencializar a descrição holística dos fenômenos nesse sistema global e regional dos Arranjos Produtivos e Inovativos Locais e Câmara Setoriais. O cerne da questão está quando se compreende os constantes esforços para que a sociedade como um todo possa participar livremente do crescimento empresarial e econômico da região. Esse espírito de mercado, constituído desde o Séc. XVIII, é que serve como força motriz para toda uma história do governo das organizações, desde sua época clássica pré-industrial até o capitalismo flexível encontrado na contemporaneidade.

Dessa forma, é muito provável que ao decorrer do trabalho, além de descrições de pontos críticos de sucesso ou técnicas consolidadas, se possa compreender que a economia, o mercado, a concorrência se dão de forma ininterrupta e que são o emaranhado dessas técnicas de sobrevivência empresarial que, incapazes de serem totalmente previstas no que tange ao futuro, são essas mesmas que constroem ininterruptamente novos espíritos ou épocas do capital. Resumidamente, é antes uma tentativa de construir uma realidade mais maleável e holística sobre a governança de redes interorganizacionais, indo além-da-estrutura, assim como Nietzsche quando *Übermensch*, que determinar pontos estruturais obrigatórios de passagem para a formação de redes interorganizacionais.

A partir da fundamentação teórica apresentada para esta pesquisa, buscar-se-á situar o trabalho quanto ao seu desenvolvimento metodológico essencial para a pesquisa empírica.

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi de natureza integralmente qualitativa, com coleta e análise qualitativa dos dados (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008). Por pesquisa qualitativa entende-se “uma atividade [historicamente] situada que coloca o pesquisador no mundo, consistindo num campo de práticas materiais e interpretativas que tornam o mundo visível” (DENZIN; LINCOLN, 2000, p. 3).

Este é um estudo cujos objetos são dimensões humanas, seus sentidos, seus motivos, impermeáveis à mensuração, inabordáveis em larga escala. A pesquisa abordará, portanto, a vida das pessoas, suas experiências, suas crenças e elementos simbólicos, pois, como argumenta Minayo (2004, p. 22), se o objeto das ciências sociais é qualitativo e histórico, isso implica considerar como sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. Isso implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação. A escolha pela abordagem qualitativa está fundamentada pelo foco não dirigido à representatividade numérica do grupo pesquisado, mas por visar ao aprofundamento da compreensão de grupos sociais e de trajetórias.

Sendo múltiplas e dinâmicas a atuação dos indivíduos no objeto de estudo, utilizou-se duas técnicas de coleta de dados: a entrevista semiestruturada e a técnica projetiva de desenhos. A entrevista foi a técnica escolhida por propiciar a emergência de narrativas que se abrem como textos passíveis de compreensão, uma vez que são originadas na fala individual, instância “reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e que transmite, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas” (MINAYO, 2004, p. 109).

A técnica projetiva para a construção de desenhos foi utilizada para captar o mapeamento imaginário (a representação mental) que os entrevistados possuem sobre a rede interorganizacional objeto desse estudo. Os entrevistados convivem cotidianamente com as atuações múltiplas e diversas sobre o agir colaborativamente formando elos entre si mesmos e diversos outros atores, sendo assim, apesar dos significantes trabalhos que mapeiam a rede interorganizacional em questão, é de se levar em consideração a via qualitativa em que cada sujeito pode construir sua realidade, ou seja, é possível mostrar através dos desenhos, fenômenos não captados pela apreciação probabilística, da estruturação de questionários, etc. Anteriormente às perguntas, o movimento foi o de solicitar um desenho de como a Câmara Setorial de TIC (CSTIC) se apresenta para cada entrevistado para que, a partir daí, avaliasse

os significados, a representatividade que a CSTIC promove ao setor de TIC. Posteriormente ao desenho, foi solicitado que eles descrevessem o desenho produzido no papel. A técnica foi útil no sentido de complementar o mapeamento da rede e situar com maior acuidade a categorização das entrevistas, sua análise e discussão.

Quanto ao campo e sujeitos de pesquisa, o estudo foi realizado em instituições públicas e privadas integrantes do Arranjo Produtivo e Inovativo Local de Tecnologia da Informação e Comunicação da cidade de Fortaleza/Ceará ou, mais precisamente, da CSTIC Fortaleza/Ceará. O APL de TIC localizado em Fortaleza, segundo a apresentação de Jorge Cysne e Alexandre Galindo (2008), trabalha com os seguintes segmentos de mercado: desenvolvimento de *softwares*, fábrica de *softwares*, consultorias em *softwares*, modelagem e levantamento de requisitos, *outsourcing*, redes e conectividade, segurança da informação, provedores de acesso à internet, consultoria e comercialização de *hardware*, integradores de soluções, entre outros. Parte-se de um projeto mais amplo do ano de 1975, tendo sua fundação na capital cearense no ano de 1988 pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet do Ceará (ASSESPRO-CE) e, em 2006, o ganho de amplitude de cooperação e trabalho através de uma aliança formada entre o Instituto de Tecnologia, Informação, Telecomunicações e Automação do Nordeste (Instituto TITAN) e o Instituto de Tecnologia do Ceará (INSOFT) (CYSNE; GALINDO, 2008); cerca de 80% de 800 empresas mapeadas no Estado do Ceará estão localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza. Segundo o Instituto TITAN (2015), estão filiadas ao mesmo cerca de 17 empresas.

Visando o estudo das técnicas de cooperação e dos processos de relacionamento e de controle interorganizacional, o estudo de caso é o método escolhido para a pesquisa. O Estudo de caso, de acordo com Yin (2010), é importante para captar acontecimentos contemporâneos de forma qualitativa e que são de certa forma espontâneos, que não exige controle dos eventos comportamentais. Assim, as possíveis técnicas de controle presentes nas relações de cooperação entre empresas são captadas em seu principal grau de análise foucaultiana: a liberdade de comércio, isto é, nos seus processos rotineiros das práticas das empresas, segundo o conteúdo dos discursos dos entrevistados. São essas características de realizar um estudo com fenômenos reais, a capacidade de explicação de fenômenos de forma aprofundada e a abertura para romper determinadas delimitações da realidade apresentada (YIN, 2010) que qualifica a decisão de utilizar tal método.

Para análise das falas oriundas das entrevistas será empregada a técnica da análise temática de conteúdo que “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico

visado” (MINAYO, 2004, p. 209). A técnica será utilizada em dois movimentos, um exploratório e outro descritivo. O primeiro consistirá na identificação de temas emergentes nas narrativas. O segundo movimento será o de localizar nas narrativas os temas definidos previamente a partir da “teoria” norteadora do estudo, isto é, a governamentalidade foucaultiana.

A utilização das entrevistas é importante para apreender o processo - as técnicas e o mecanismo - da atuação interorganizacional em forma de rede de cooperação. São os detalhes das transações cooperativas e, mais especificamente, sobre a origem e a manutenção delas que as entrevistas irão tratar. Para Foucault (2008, p. 161), a tecnologia de poder se dá por vias múltiplas e não somente por vias de dominação, “de uma instituição à outra”, mas de forma que o conjunto de técnicas, incentivam, faz implicar ações indiretas em determinado grupo ou população para se conduzir suas condutas. Logo, as ações, as operações dos atores envolvidos numa rede de cooperação entre empresas estão empregadas de artifícios “locais, ou laterais, ou diagonais que põem em jogo a economia geral do conjunto”, isto é, artifícios que configuram o que Foucault chamou de o “teatro na instituição” (2008, p. 161).

Embora a possibilidade de identificar inúmeros mecanismos de atuação na rede cooperativa em questão, um limite para a coleta das entrevistas foi a dificuldade de acesso ao campo pela pouca disponibilidade de tempo por parte dos entrevistados que, por conta dos perfis, empreendedores e líderes, estendeu demasiadamente o prazo de coleta. Contudo, a saturação dos dados pode ser realizada com cerca de 7 entrevistas, de acordo com a maturidade da rede entre empresas pesquisada, conforme quadro 3 (Quadro de Entrevistas).

As entrevistas tiveram, em média, duração de 1h 30min de duração. Entre os entrevistados estiveram presentes as unidades representativas do arranjo e os empresários que lidam diariamente com o desenvolvimento dos projetos e dos seus negócios. Como demonstrado no quadro 3, cerca de cinco unidades representativas e duas unidades de negócios, sendo dois empresários, dois presidentes de duas Instituições Associativas e Sindicais, três coordenadores/diretores de instituições de fomento, Instituição de apoio aos profissionais da tecnologia da informação e Instituições Educacional e de apoio a tecnologia.

Quadro 1 – Quadro de Entrevistados

Tipo	Quantidade	Entidades e Instituições
Instituição Associativas e Sindicais	2	Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet do Ceará (ASSESPRO-CE) e Presidência da Câmara Setorial de Tecnologia da Informação do Estado do Ceará (Vinculada à ADECE)
		Sindicato das Empresas de Informática, Telecomunicações e Automação do Ceará (SEITAC)
Instituições de Ciência e Tecnologia	3	Instituto de Tecnologia do Ceará (ITIC-CE)
		Universidade Estadual do Ceará (UECE)
		Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-CE)
Empresas	2	Lanlink (Fortaleza-CE)
		Fotosensores (Fortaleza-CE)
Total: 7 entrevistas		

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do quadro 3, tem-se 2 tipos de sujeito de pesquisa que devem indicar dois tipos de roteiros de entrevistas sutilmente diferentes, pois lidam com organismos e estruturas societárias e gestacionais diferenciadas. Tem-se que o Tipo 1 indica os empresários como atores na rede pesquisada, responsáveis por representar as unidades de negócio do setor privado como uma dos principais interessados no desenvolvimento do setor. O Tipo 2 estão nas instituições de fomento, associativas e sindicais, sendo dois coordenadores, três diretores-diretores presidentes de instituições de interesse coletivo, aberto de certa forma ao público, e que tem como papel anterior o desenvolvimento socioeconômico da região como um todo.

Para a elaboração dos roteiros de entrevistas, mais dois movimentos foram conduzidos de forma a melhorar a leitura de Foucault ao campo empírico.

Os termos fundamentais, embora já tenham aparecido durante a revisão de literatura, foram listados em um quadro e analogamente dispostos diante do construto teórico sobre redes interorganizacionais. Cabe salientar que se está empiricamente praticando o movimento analítico foucaultiano e que, para isso, os termos no trabalho do filósofo foram analogamente amalgamados com o construto teórico do campo empírico proposto. Portanto, o quadro 1 (Termos Análogos-Hipotéticos Sobre o Campo Empírico) a seguir, foi elaborado no intuito de prover ao leitor, de forma sintética, a leitura da governamentalidade no campo empírico proposto. Os termos da primeira coluna são relativos à obra “Segurança, Território e População” (1977-1978).

Quadro 2 – Termos Análogos-Hipotéticos Sobre o Campo Empírico

Analítica Foucaultiana	Descrição	Analogia com o Campo
Alimento	O trigo, no sentido literal de alimento.	Desenvolvimento

		Socioeconômico da Região
Arte do Tecelão/Homem Político	A arte de tecer dois fios em uma só trama. Adiante, leva à analogia com o ente político, em que esse classifica e liga elementos, que são opostos, numa classificação comum que se compartilha.	CSTIC como instituição política
Problema da Cidade	Um conjunto de elementos, como as ruas, os recursos materiais, a população e toda uma arquitetura para fazer permitir a filosofia da liberdade do ir e vir. Todos os outros problema estudados perfazem o espaço da cidade, do espaço que se vai administrar.	Problema do Espaço e da Câmara Setorial com as políticas públicas e todos os mecanismos adjacentes
Problema da Escassez Alimentar	Fenômeno enfrentado pela organização mercantilista através de um conjunto de técnicas disciplinares e de segurança econômicas que equilibravam os preços, a distribuição, a compra e venda e a disponibilização do trigo à época.	Problema da falta de comunicação, da falta de investimentos e todas as problematizações adjacentes
Estatística	A disciplina de apontar e contar os casos de determinado assunto a que se defronta. Significa uma questão do agir preventivamente e se revela sob a forma de identificar o maior número de casos, de ocorrência e classificá-los de forma a obter as informações das demandas ou para compor uma espécie de conhecimento para administrar, para prover.	Técnicas que avaliam o mercado e os próprios atores da CSTIC
Panóptico	Arquitetura que fazia prevalecer o olhar do soberano perante os súditos, perante os presos. A torre central submete todos os enjaulados à vigilância exaustiva das suas atividades.	Câmara Setorial
Paradoxo do Pastor	A existência de um paradoxo no discurso do pastor, quando no planejamento de levar todas as ovelhas ao alimento e a sacrificar-se pelo rebanho, essas duas formas ficam impossibilitadas, pois o pastor não poderia se descuidar de alguma dessas ovelhas e nem mesmo o rebanho pode ficar sem um pastor.	Paradoxo da coopetição
Pastor	Líder capaz de mostrar o caminho para o alimento, para o sustento, para a vida.	Líder da CSTIC
Pastorado	Relação entre um soberano, no caso, rei dos Céus capaz de tudo ver, de tudo tocar, de tudo orientar. Relação entre Deus e os homens.	Relação entre líder e demais atores do setor
População	Significa os casos que podem ser apontados e contados, que se tornam possível contabilizar, escriturar e dividir em grupos por interesse de um gestor da época. O povo, desconhecido, totalmente submisso à vontade de um rei, agora torna-se população. É num pensamento liberal que se insere um controle menos disciplinar e mais de asseguração e orientação.	Componentes da CSTIC

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a apresentação em síntese dos termos-chave para fundamentar a governamentalidade, é possível construir a partir de agora as variáveis que se coadunam com essa referência analítica. Essas variáveis foram importantes para operacionalizar a análise da pesquisa em questão, isto é, caracterizar os mecanismos de governo existentes no APL em estudo. As variáveis também foram extraídas a partir de alguns excertos selecionados da obra “Segurança, Território e População”. Dos núcleos de sentidos de cada um dos excertos foram identificadas as categorias temáticas que permitiram construir os três roteiros de entrevista, assim como acontece durante as entrevistas analisadas.

As variáveis e temas resultantes são os expostos no Quadro 2 (Variáveis *Foucaultianas* do Objeto de Estudo), bem como alguns exemplos de questões a elas relacionadas. O Quadro possui dois temas centrais que norteiam as perguntas elaboradas nos roteiros de entrevista.

Quadro 3 – Variáveis *foucaultianas* para análise do Objeto de Estudo

Temas (Variáveis Centrais)	Sub-temas (Variáveis Secundárias/Tangenciais)	Perguntas
Panorama do Poder	“População”	O que o APL representa para você?
		Todo mundo é capaz de tomar decisões?
		Qual o significado de cooperação, de fazer as empresas cooperarem?
		Qual a missão da Entidade para com o APL?
	Relações de Forças múltiplas, móveis e instáveis	Como você se relaciona com os outros atores do APL?
		Como é colocado a cooperação?
		Como é a relação com todos?
		Como se deu a origem da Entidade/Instituição/Empresa?
		Como você se relaciona com os outros atores do APL?
		Como você toma as decisões?
Qual a importância da Entidade/Instituição/Empresa para o APL?		
Mecanismo de Governo	Dispositivos Disciplinares	Quais são os instrumentos de controle empregados?
		Quais os impactos dos instrumentos de controle?
		Quais são os resultados esperados da Rede?
		Os resultados foram e são alcançados?
		Como você se vê no APL?

		Como você vê os outros no APL?
		Como as decisões são tomadas?
		Como se sabe que as decisões foram implementadas?
		Como você recebe as decisões vindo de outros integrantes?
		Como se mantém um APL?
		Quais ações são necessárias para mantê-lo?
		Você se considera apto para participar do APL?
		Quais são as estratégias e as ações que se desenvolvem na Rede?
	Dispositivos de Segurança	Por que é importante participar do APL?
		Como se faz com que todos consigam cooperar?
		Por que se atribui importância ao APL?
		Como isso é endossado pelos atores?
		Qual a identificação que as Empresas têm com a Rede?
		De que forma as estratégias e ações são implementadas?
		Como a Entidade (Governamental) promove o APL?
		Por que é importante atuar em rede?
		Você toma decisões? Como os demais atores recebem as decisões?
		Você toma decisões?
		Como suas decisões são recebidas pelos outros integrantes?
	Como se lida com as diferenças entre cooperação e competição?	
	Os efeitos	Como você enxerga os instrumentos de controle?
Como você recebe a decisão dos outros?		
O que você acha que poderia melhorar?		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao final, apresenta-se roteiros semiestruturados a serem utilizados nas entrevistas, destinados como apêndices A e B. Cada roteiro de entrevista foi construído a partir da revisão de literatura e se torna necessário para a captação dos fenômenos relativos à governamentalidade existente no APL e seu mecanismo de controle. O primeiro constitui o roteiro de entrevista semiestruturado para as empresas e, o segundo roteiro, constitui o de entrevista semiestruturado para as Instituições de fomento, associativas e sindicais.

Um último movimento na metodologia, está na contextualização do setor de TIC cearense, que ocorre para situar da melhor forma como se dão os relacionamentos entre empresários e outras entidades relativas ao setor.

3.1 HISTÓRIA DA TIC DE FORTALEZA-CEARÁ

Essa síntese histórica do setor de TIC cearense é realizada por intermédio das entrevistas realizadas, bem como dos sites oficiais das entidades governamentais, das instituições de classe e das empresas.

Os dados econômicos brasileiros presentes no estudo setorial dos anos de 2003 à 2006 do IBGE (2009), descrevem o cenário econômico atual dos investimentos do setor de TIC nesse País. O setor empregava até 2006 mais de 670 mil pessoas em torno de 65 mil empresas espalhadas em todo o território nacional e foi detentor de um faturamento líquido de R\$ 205,9 bilhões de reais. O crescimento do número de empresas abertas nesse setor de 2003 até 2006, foi de 18,3%, sendo a maioria concentrada na grande área de serviços, e, apesar do faturamento líquido, as empresas ligadas às atividades industriais representavam cerca de 1,3% do total da atividade industrial brasileira de 2006 e 0,1% na participação total das empresas ligadas à atividade comercial. O cenário de TIC brasileiro é formado até 2006 principalmente por grandes empresas, sendo 48,2% dos empregados trabalhando em empresas com 250 ou mais pessoas e 40,7% dos empregados trabalhando em empresas com faturamento maior que R\$ 60 milhões; Em termos de região, 6,2% desse pessoal empregado está no Nordeste, contra 13,2% do Sul e 65,6% do Sudeste. Atualmente, o setor de TIC cearense é estabelecido por cerca de 900 empresas mapeadas via censo do sindicato patronal, rendendo cerca de 0,6% do PIB estadual sob a colaboração de 4 mil profissionais (ADECE, 2015).

Desde meados da década de 1980, a atuação da ASSESPRO (Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Inovação) nacional e estadual se dá com a possibilidade de convergir os interessados no setor e discutir assuntos relacionados à mercado, à negócios, discutir potenciais políticas públicas de apoio na cúpula governamental. Apesar da existência de uma associação nacional que reúne diversas empresas do setor de TIC, somente 300 (de 900) delas no Estado do Ceará estão formalmente legalizadas perante as entidades de comércio governamentais e contribuindo com impostos (ADECE, 2015).

Em 1995, a participação do setor de TIC no governo estadual ganhou três instituições, o SEITAC (Sindicato patronal), o SINDPD (Sindicato dos profissionais de TI) e o ITIC

(anteriormente, INSOFT). A atuação do Sindicato Patronal (SEITAC) no cenário de TIC cearense, esse se deu de forma a buscar diversas ações em defesa dos interesses dos empresários e ter vínculo maior com os órgãos governamentais. Respaldado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, desde 1996 trabalhou com o intuito de potencializar ainda mais o setor em questão. O apelo sempre foi o de realizar promoções para que mais empresários e estudantes participassem das questões trabalhistas. No mapa da rede de TIC cearense, o Sindiato Patronal e a ASSESPRO, mantêm laços estreitos no intuito de facilitar a reunião de um maior número de interessados no trabalho dessas Instituições. Segundo o Entrevistado 3, o Sistema ASSESPRO-SEITAC existe para facilitar a inscrição Estadual aos seus órgãos, bem como a acessibilidade aos dois órgãos. Em outros termos, qualquer empresa que se filiar ao sindicato, o sistema facilita a sua inscrição na associação principal do setor, inclusive a participação na comunidade nacional de empresários do setor de TIC. Contudo, ainda hoje, o Sindicato Patronal e a ASSESPRO ainda trabalham intensamente para captar empresas cearenses para trabalharem em conjunto.

Já o ITIC se fez presente nesse mesmo ano com a atuação voltada à pesquisa, conforme aponta o entrevistado E4. Essa entidade atua na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação e está capacitada para atender todos os tipos de demandas governamentais e desenvolve os mais diversos produtos a partir da participação nos editais publicados pelo FINEP, CNPQ, FUNCAP e BNB, por exemplo. O ITIC é atualmente uma entidade importante para o estabelecimento de vínculos com empresas privadas interessadas, principalmente no que diz respeito ao fomento do empreendedorismo no setor de TIC através da sua proposta de incubadora de empresas.

Nessa linha do tempo, em 2003 o setor de TIC ganha a presença de mais um ator, o Instituto TITAN. O Instituto TITAN ficou albergado num mesmo patamar do ITIC e teve como atuação a mesma condição desse, especialmente no que diz respeito com a participação direta das empresas privadas. O TITAN foi importante para convergir ações das maiores empresas de TIC do Estado do Ceará e se aproximar cada vez mais das demandas governamentais. Curiosamente, o entrevistado E7 discursa livremente sobre as empresas em rede de TIC como “nós, TITANs”, podendo-se inferir a visão dos empresários que convergiam ações naquela Instituição. Uma das ações do Instituto TITAN, foi a organização e convergência de forças juntamente com o Sistema ASSESPRO-SEITAC para desenvolverem projetos, como o Parque Tecnológico e o Polo de Tecnologia da Informação do Estado em que a facilidade de comunicação e de custeamento de despesas e determinados apoios econômicos e financeiros seriam os pontos fortes desses espaços e os propulsores do

desenvolvimento do setor de TIC no Estado do Ceará. Contudo, até hoje, diversos modos de sensibilização estão sendo constituídos para que essas propostas sejam implementadas no Estado.

A partir de 2008, os empresários de TIC do Estado do Ceará, com ajuda do aporte jurídico das entidades já presentes no setor, e com o fomento da Secretaria de Desenvolvimento do Estado, construíram o que se chamaria de Câmara Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação (CSTIC). A CSTIC é uma Câmara Setorial capaz de reunir os interessados no crescimento econômico individual e de todo o setor de TIC cearense para que propusessem medidas para balizar as políticas públicas das entidades governamentais. Atualmente, o circuito em rede do setor de TIC cearense tem sua convergência de encontros (reuniões) maior na Câmara Setorial de Tecnologia da Informação. Esse é vinculado à ADECE, a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, que executa as políticas públicas da Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará (SDE) e têm como um de seus papéis, a de instituir e gerenciar as Câmaras Setoriais ou Grupos de Trabalho relativos aos diversos setores de interesses econômicos do Estado. A ADECE está localizada em uma importante Avenida do município de Fortaleza e abriga em um prédio comercial todas as formalidades e os encontros das Câmaras Setoriais que apoia. É lá que pelo menos uma vez ao mês, os diversos atores se encontram para apresentar, debater e submeter propostas para as entidades governamentais da cúpula municipal e estadual.

Cada ator empresarial e governamental nutre seus interesses particulares e o interesse pelo desenvolvimento do Estado sob a atuação de três intercambiáveis representações das quais fazem parte, a saber: o Sistema ASSESPRO-SEITAC, o Instituto TITAN e a Câmara Setorial. De acordo com os Entrevistados 6 e 7, esses atores em rede congregariam todas as empresas ou, pelo menos, boa parte das empresas e suas respectivas demandas, contudo é no espaço da CSTIC que, segundo os entrevistados, mais acontece as articulações em prol do desenvolvimento do setor.

Como exemplo de uma ação da Câmara Setorial, está o planejamento e direção do Seminário +TICceará, que aconteceu em agosto de 2015. O Seminário foi uma forma de convergir os interessados no grande projeto de desenvolvimento do Estado, onde diversos integrantes da rede foram apresentados para antigos e novos clientes, isto é, uma oportunidade de estarem se informando sobre as demandas do mercado nacional de tecnologia da informação e comunicação. Uma das principais atividades do Seminário foi a elaboração de um documento criterioso a respeito das dificuldades e do cenário atual enfrentado pelo setor no Estado. O documento deve ser submetido no ano de 2016 ao governador do Estado e faz

situar a cúpula do governo e suas secretarias sobre o campo de possíveis atuações, o que corrobora para o planejamento de políticas públicas.

Em resumo, Galindo, Câmara e Lopes Jr. (2011) apontam que o APL de TI de Fortaleza é composto por: uma instituição associativa e uma sindical, dois centros de apoio tecnológico e uma entidade de fomento governamental, assim sendo: a Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet do Ceará (ASSESPRO), o Sindicato das Empresas de Informática, Telecomunicações e Automação do Ceará (SEITAC), o Instituto de Tecnologia do Ceará (INSOFT), o Instituto de Tecnologia, Informação, Telecomunicações e Automação do Nordeste (Instituto TITAN) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (SECITECE).

Essa grande comunidade em rede, congrega empresas como a Fortes Informática, SECREL, a FOTOSSENSORES, a IVIA, a AURIGA, a LANLINK, entre outras, responsáveis por grande parte do PIB do Estado relativo ao setor de TI. É essa grande comunidade em rede que iria potencializar a força ou que iria potencializar a voz perante as questões governamentais. É dessa forma que o setor de Tecnologia da Informação cearense, quando em rede, convergem forças para que os chanceladores das políticas públicas possam enxergá-los e, a partir daí, elaborar ações estratégicas para o bem de todo o setor.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a realização, transcrição, fichamento e categorização das entrevistas, esta seção se propõe a analisar os diversos conteúdos trazidos nos desenhos e nas falas dos entrevistados, conteúdos tais que tendem a esclarecer como se dão as relações no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação cearense, promovidas e mediadas pela Câmara Setorial de TI do Estado do Ceará (CSTIC), e daí se deprender os mecanismos de governo operantes nessas relações.

Pela técnica da análise temática de conteúdo utilizada, as entrevistas foram tratadas como uma grande narrativa totalizante sobre o objeto, donde resultou a aglomeração em três temas, a saber: (1) CSTIC como instância de proposição e agregação; (2) Formas de atuação da CSTIC como meios de controle e (3) Formas de organização do espaço e dos indivíduos como meios de controle, conforme exposto no Quadro 6.

Cada um dos temas será analisado juntamente com os subtemas e núcleos de sentido que os constituem (os núcleos de sentido foram destacados em negrito, para facilitar a identificação do leitor). De acordo com a técnica empregada, a partir dos núcleos de sentido que se evidenciaram através das falas de cada um dos entrevistados, foi possível constituir-los em subtemas e, depois, em temas que balizaram a análise que segue.

Quadro 4 – Temas e Subtemas do Objeto de Estudo

Tema	Subtema
4.2 CSTIC como instância de proposição e agregação	4.2.1 Definição da CSTIC
	4.2.2 Papel da CSTIC
4.3 Formas de atuação da CSTIC como meios de controle	4.3.1 Grupos de Trabalho, as Reuniões e as Formatações “Jurídicas”
	4.3.2 Papel da Sensibilização
4.4 Formas de organização do espaço e dos indivíduos como meios de Controle	4.4.1 Processo de Estruturação da CSTIC
	4.4.2 Processo de Conscientização Individual

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a explanação dos temas e subtemas emergidos do campo de estudo, irão ser expostos os desenhos e as respectivas representações dos entrevistados.

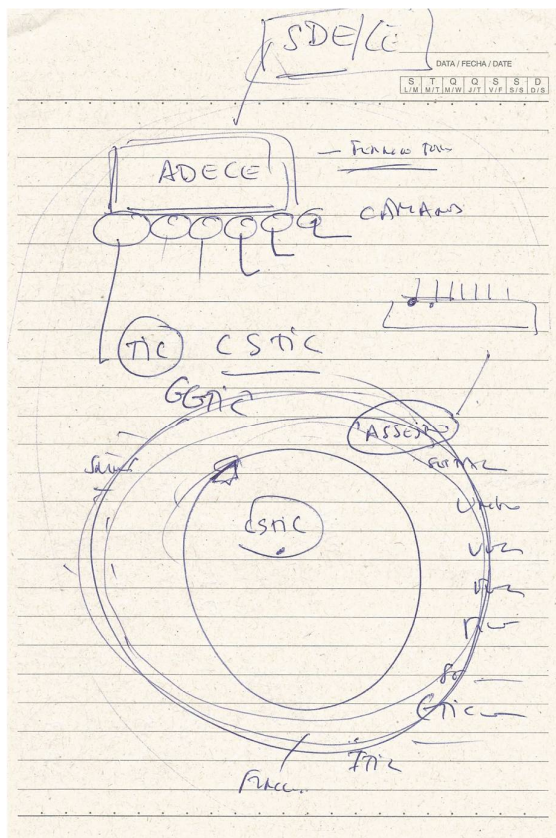
4.1 DESENHOS E REPRESENTAÇÕES DOS ENTREVISTADOS

A técnica projetiva por desenhos é uma técnica que torna possível a representação além do discurso. Dando detalhes a esse discurso, foi possível conceber uma imagem, um esquema de como eles estruturam mentalmente o setor de TIC, a relação entre seus integrantes, incluindo a si mesmos. Após o desenho por parte dos entrevistados, foi solicitado que cada um deles discorresse sobre o mesmo.

De acordo com o desenho do entrevistado E3, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), que ele coloca no topo do seu desenho, tem o objetivo de promover o desenvolvimento do Estado do Ceará. Para que isso ganhe forma, ele subordina graficamente a ADECE à SDE, que emerge como uma instância de execução visando esse desenvolvimento. A ADECE é a principal Instituição que alberga as Câmaras Setoriais dos mais diversos setores da economia cearense. O principal intuito é reunir num único espaço tanto os interessados de âmbito público, quanto os interessados de âmbito privado. Os interessados, a partir dos encontros mensais na ADECE, podem manifestar e discutir ideias e formular proposições contingentes aos seus setores.

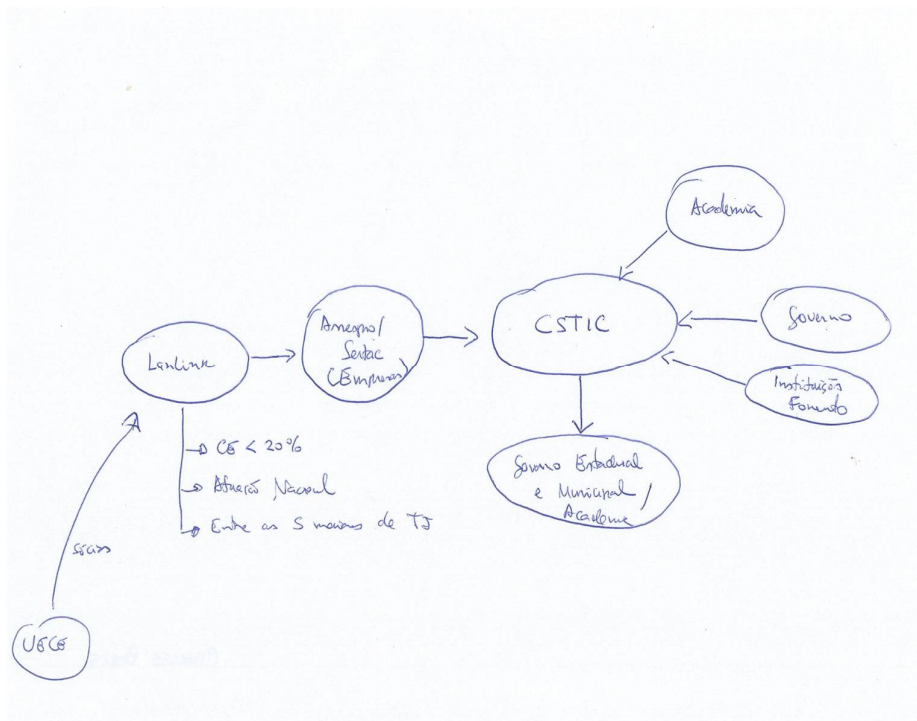
Diferentemente do aspecto gráfico hierárquico que utilizou para representar a relação SDE/ADECE, E3 faz uso de um desenho circular para representar o setor de TIC e a CSTIC. A estrutura da Câmara Setorial de TIC desenhada por E3 é organizada numa forma de uma mesa redonda, onde a ASSESPRO-SEITAC, o ITIC, o TITAN, GGTIC-CE (Grupo de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Ceará), as instituições educacionais, a FECOMÉRCIO, etc., têm assento para a composição da reunião. Os encontros são mensais e cada um contribui de acordo com suas necessidades e possibilidades de ação. A forma de mesa redonda indica a horizontalidade com que as atividades são conduzidas, que leva a crer que cada um dos seus componentes tem a mesma importância para o grupo em si, não havendo relação de mando/subordinação entre os participantes. Diante do formato em círculo, da horizontalidade e lateralidade presentes no discurso de E3, o espaço da CSTIC pode fazer com que os diversos componentes dessa mesa redonda possam se conhecer, sintonizar uns com os outros e levar adiante um tratamento melhor das ideias e convergência de ações.

Desenho 1 – Desenho Entrevistado 3



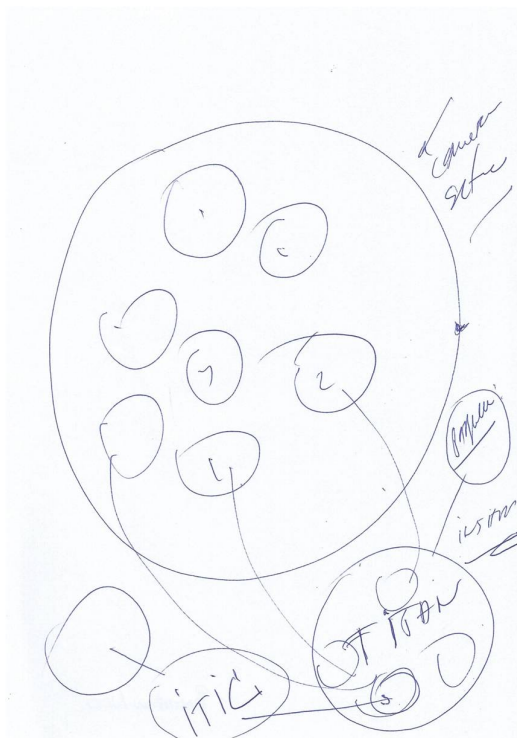
O entrevistado E6 constrói o cenário de TIC a partir da UECE (Universidade Estadual do Ceará). À exemplo da LANLINK (empresa do setor de TIC), os sócios se formaram nessa Universidade e na condição de empresa se inscreveram no sistema ASSESPRO-SEITAC. Por sua vez, o sistema ASSESPRO-SEITAC foi convidado para a participação da Câmara Setorial e, por consequência, as empresas inscritas nesse sistema também foram convidadas. A CSTIC, então, congrega não somente as empresas e a cúpula do Sistema ASSESPRO-SEITAC, mas também o governo Estadual e Municipal, a “Academia” e as Instituições de Fomento. Dessa composição, onde o ponto de convergência é a CSTIC, é possível o debate de políticas e a elaboração de proposições como forma de alavancar o setor a partir da submissão ao governo estadual e municipal. Segundo E6, algumas dessas proposições são diretamente propostas à Academia, o que revela a importância da presença da mesma nos encontros e seu papel no desenvolvimento do setor. A representação gráfica sinaliza duas visões: uma visão processual entre alguns agentes e outra de centralização ou convergência, no que diz respeito à CSTIC.

Desenho 2 – Desenho Entrevistado 6



Outro desenho e depoimento interessante é o de E7. Ele concebe graficamente o setor através de desenhos circulares, concebendo o mesmo como uma constelação de empresas que, posteriormente, fez surgir o Instituto TITAN, e depois o ITIC. Porém, em seu discurso, ele revela que a empresa não tem participação ativa dentro da Câmara de TIC. É possível inferir dentro do conteúdo totalizado que todos de alguma forma participam, contudo é uma limitação corriqueira que nem todas estejam ativamente participando das reuniões. A fala de E7 de certa forma se desacopla da linha do tempo das fundações das outras Instituições, levantada pelos outros entrevistados e pelos documentos oficiais divulgados por essas últimas. A inferência é que as empresas possam se abastecer das informações concedidas no espaço da CSTIC, como também nos espaços do TITAN e do ITIC. Mesmo achando que as empresas não têm participação ativa na CSTIC, o entrevistado pontua que a Câmara está voltada para a cooperação, onde as empresas agrupadas são congêneres e que compartilham as suas necessidades, ânsias e dificuldades para proporem melhorias ao governo.

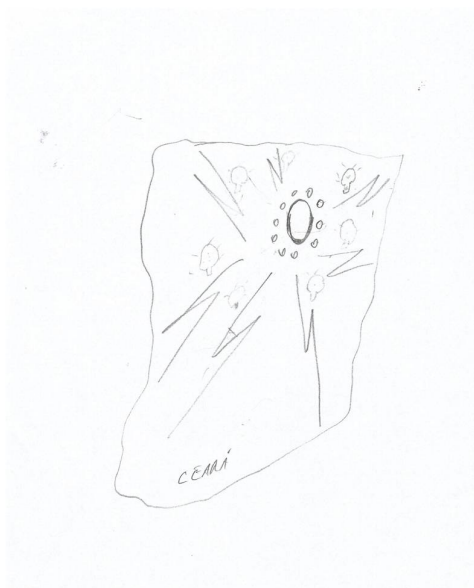
Desenho 3 – Desenho Entrevistado 7



O entrevistado E5 contribui revelando que a Câmara Setorial é o local de onde saem “ideiazinhas” e que se espalham por todo o Estado. Ele explica essa promoção de ideias com a metáfora da “bomba”, que tentou expressar através do seu desenho, em que se infere que o local da CSTIC facilita a explosão de ideias para o desenvolvimento de todo o Estado. No desenho, as empresas e outros atores estão ligados à CSTIC e, a partir das ideias propagadas, outros grupos iriam se formar e continuar suas atividades propagando ainda mais ideias. A capacidade da Câmara de gerar esses tipos de explosões de ideias por todo o Estado está no exemplo da abertura de uma estrutura da ASSESPRO em Sobral por um integrante da Câmara Setorial. Outro exemplo está quando o mesmo se utiliza das organizações espíritas; a estrutura da doutrina espírita se organiza em espaços chamados de União Distrital Espírita e nos seus diversos centros espíritas. Por sua vez, essa forma organizativa de certa forma vertical contribui para o ordenamento das atividades levando ao consenso da execução de objetivos, como por exemplo, na condução de um evento espírita. Pode-se perceber uma certa diferença para os outros entrevistados, quanto à organização pelas diferenças na estrutura hierárquica. Embora todos participem das atividades do setor, na fala totalizante de E5, os componentes dependem de uma certa estrutura hierárquica vertical para incentivar que outros

centros independentes ou aglomerações de empresas espalhados no Estado, como o CSTIC em Fortaleza, pudessem contribuir entre si.

Desenho 4 – Desenho Entrevistado 5



Em consideração aos desenhos dos entrevistados, pode-se definir que o Arranjo Produtivo e Inovativo Local de TIC no Ceará possui uma estratégia de aglomerar todos os entes através de uma política pública mestra executada pela ADECE. A CSTIC, albergada nas instalações sob e a partir da gestão da ADECE, é representada como o espaço central para a discussão dos interesses dos atores do setor de TIC. É instituído que as relações entre os participantes aconteça da forma mais aproximada possível da horizontalidade em que cada um possa contribuir de forma igualitária na manifestação, discussão e proposição de ideias. A intenção principal é que a CSTIC seja o principal intermeio na evolução do cenário de TIC pela propagação das ideias mais significantes para o setor.

4.2 TEMA 1 – CÂMARA SETORIAL COMO INSTÂNCIA DE PROPOSIÇÃO E AGREGAÇÃO

Está presente nesse primeiro tema, a introdução do conceito e definição da CSTIC e o seu papel de atuação no setor de TIC. Os dois subtemas elucidam resumidamente como a Câmara Setorial promove o desenvolvimento do setor de TIC, bem como citam alguns fatos

que amplamente conceituam sua importância nas ações de convergência entre o âmbito público e privado relacionados à TIC cearense.

4.2.1 Subtema - Definição da Câmara Setorial de TIC

O primeiro subtema que emerge da análise das entrevistas é o nomeado como Definição da Câmara Setorial de TIC. A definição da Câmara Setorial de TIC é importante, pois esta representação de certa forma explica como cada sujeito, representante de cada parte integrante da mesma, se coloca nas relações que lá se desenrolam.

E1 e E4 explicam a Câmara Setorial de TIC como um “órgão propositivo” (E1) e, metaforicamente, com o papel de “instrumento” (E3) formado por diversos atores relacionados à área de TIC e que executa seu trabalho de forma cooperativa, propondo ações e projetos. Essas ações e projetos servem, segundo E3, tanto para o governo, quanto para os próprios membros da Câmara.

*A Câmara Setorial ela é, como eu te falei, ela é um **órgão propositivo** e ela é formada por várias, por representantes de várias entidades relacionadas com TI, essa Câmara ela é específica de TI, de TIC. (E1)*

*É, já a CSTIC é uma Câmara que, que pelo fato de ser uma Câmara, ela é uma Instituição que propõe, é, ações, propõe projetos para os diferentes órgãos do governo, né, ou seja, ela num é, num é uma, uma instituição executiva, ela é uma **execução propositiva**, que através dos vários representantes, né, então propõe algo para o setor. (E4)*

*Pronto, as Câmaras setoriais, elas são instrumentos, tá, a, da agência de desenvolvimento do Estado, né, ou seja, a ADECE, que hoje tá albergada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, **ela promove, as Câmaras de maneira que ela possa ouvir, interagir com os diferentes setores da indústria**, tá, então você tem várias... (E3)*

É interessante observar que os entrevistados oscilam entre definições gerais “formais” sobre o que seria a CSTIC e observações que remetem a uma certa personalização para definição da mesma. E3, por exemplo, argumenta que o que a Câmara é “depende muito da atitude do gestor naquele momento”, destacando, assim, esse aspecto de contingencialidade à figura de liderança e ao tempo histórico da sua liderança. O discurso demonstra que diante das diversas ações propostas, algumas podem se destacar prioritariamente, de acordo com a

liderança que esteja à frente. Essa afirmação será evidenciada também na recorrência com que emerge no subtema “Figura do Presidente”, no tema 2.

*A pegada do que que a Câmara, digamos assim, é, vai fazer, **depende muito da atitude de gestão que tá na Câmara naquele momento**, mas normalmente, as Câmaras, elas tentam se posicionar pra ouvir e para propor, né, ou seja, elas escutam, é, o, é, os membros da Câmara, no nosso caso a Câmara Setorial de T.I. tem governo, têm entidades privadas, têm entidades acadêmicas, escutar as demandas, tá, é, e propor ideias pro governo, pra agência ou até para outros membros da Câmara, tá. (E3)*

4.2.2 Subtema – Papel da Câmara Setorial de TIC

Associada à definição, emana também das entrevistas a questão da importância, do objetivo e do papel da Câmara Setorial de TIC. Dois núcleos de sentido se destacam, como “articulação entre diversas entidades” e “existem vários temas que são discutidos”. A metáfora predominante que os entrevistados utilizam para falar do papel e objetivo da CSTIC é a da articulação, metáfora sistêmica convergente à utilizada para definição da CSTIC, a do “instrumento”, como apresentado no subtema anterior.

O entrevistado E1 fala sobre a existência no setor de vários interesses vindos dos mais diversos entes privados e governamentais, e, por isso, a complexidade da articulação do setor. O discurso de E1, juntamente com o de E2, também indicam que a CSTIC supriria a necessidade de falta de informação pela articulação desses atores; e que “a ideia de escutar o que o setor tá precisando, propor ideias e de fazer com que eles se conheçam entre si e articular todos” (E3) pelo “debater políticas, proposições” (E6) com a construção de “canais de comunicação com o setor político” (E5) são ações que podem “subsidiar o governo do Estado das demandas do setor” (E6) e fazer cumprir o objetivo maior de desenvolver economicamente o Estado do Ceará.

*Sim, sim, eu acho, eu acho que é, é fundamental assim, que é uma, porque muitos dos problemas que a gente tem é de articulação, né, não só em TI, mas em muitos setores, né, as vezes muita gente tá fazendo muitas coisas e ninguém sabe, em TI isso acontece, então, eu acho que a importância da Câmara é isso, é de tá, é, fazendo essa **articulação entre esses diversos, essas diversas entidades que fazem parte do mesmo setor**, né, então dá umaaa... chovê, a sensação deee, de pertencimento, talvez, a um grupo que esteja falando sobre as mesmas coisas,*

tá, é pelo menos um pouco mais de ideia de articulação. Não vou dizer que a Câmara, ela consegue articular o setor, eu acho que isso é muito mais complexo do que a Câmara em si, mas é um passo. (E1)

Então, é... a gente fez essa, essa viagem e depois várias discussões, foram realizadas em cima disso, **existem vários temas que são discutidos dentro da, da Câmara, né, a parte de compras governamentais, a parte de tecnologia e a parte de parque tecnológico e inovação, e aí a gente fez uma, depois foram criadas, isso no ano passado, no ano passado, ainda, algumas comissões pra discutir essa, os, os, é, informações dessa, dessas linhas...** (E1)

É, o que a gente entende, que é, que é relevante também, é o papel de articulação, ou seja, porque na verdade a gente descobre que os membros da Câmara não conhecem uns aos outros, então ninguém sabe o que que a UFC tá fazendo na área de T.I., as pessoas não sabem quais as ações do SENAC na área de T.I., não sabe o que a FIEC tá fazendo na área de T.I., então no fundo o que é que a gente faz, **a gente tem a ideia de escutar o que o setor tá precisando, propor ideias e de fazer com que eles se conheçam entre si e articular todos pra que, no final das contas, num é uma agência de desenvolvimento, que haja desenvolvimento, do Estado do Ceará, obviamente, né, mas, passando pelo desenvolvimento do setor de T.I., que é o que, é a nossa área, obviamente tem outras Câmaras preocupadas com outras coisas, né.** (E3)

Minha visão é isso, a minha empresa, ela tá dentro do contexto das empresas, né, sistema ASSESPRO-SEITAC que tem uma representação na Câmara Setorial, que é constituído além das empresas, pela academia, governo, instituições de fomento que **se reúnem pra debater políticas, proposições que alavanca o setor, a ser levados normalmente ao governo estadual, municipal, alguma coisa pra academia, também.** (E6)

Rapaz, um ponto de conquista que eu digo é esses **canais de comunicação**, né, essa conversa com, com, com o setor político e tudo, é tanto que hoje tem essa Câmara Setorial, antigamente, se eu não me engano, não tinha, em 2004, tá entendendo, e hoje tem, tá entendendo, eu me lembro que em 2004 não tinha, eu posso tá enganado... Essa Câmara Setorial, acho que foi uma das grandes conquistas que a gente teve. (E5)

A Câmara é voltada pra isso, pra subsidiar o governo do Estado das demandas do setor pra que ele atue como articulador, é, de ações que vão alavancar aquele setor. (E6)

O debate de políticas e a construção de proposições pela agregação dos participantes, se constitui sob “a ânsia dos empresários de permanecerem vivos ou serem mais eficazes” pelas vias da cooperação, como aponta E7:

Então, uma associação, uma Câmara Setorial, ela nada mais é do que a ânsia dos empresários, das pessoas jurídicas, de permanecerem vivos ou serem mais eficazes, de cooperar. (E7)

Eles especificam essa dimensão da cooperação ao falarem dos conteúdos de suas pautas de interesses convergentes na CSTIC, como, de acordo com E1, as discussões sobre “quais as deficiências, quais os problemas, as possíveis soluções” para as entidades, onde “cada uma dessas entidades pode contribuir nesse cenário”. Esses, por sua vez, são, por exemplo, problemas de carga tributária (E4) ou de baixa qualificação de mão-de-obra (E1).

*Essa Universidade, ela tá representando a área daa, das universidades, né, das entidades acadêmicas e é, existe muito a ideia de ter, você ter empresas, você tem governo, e você tem as unidades acadêmicas, né, e no caso a UECE é uma dessas unidades, então, a, a representação é, é como, como universidade, na hora de propor, na hora de, é, são discutidas várias questões relacionadas com o TIC, por exemplo, **quais as deficiências, quais os problemas, quais a, as possíveis soluções**, então sempre com **cada uma dessas entidades, tá, é, pode contribuir nesse cenário. (E1)***

Tem várias, é, é, ações que têm sido feitas lá na Câmara que estão sendo, é, propostas para o atual governo, é um governo recente, né, que entrou há pouco tempo, então são a, ações para que o, que o setor acha que irá beneficia-lo, então propõe aquelas ações... exemplo, tem várias ações, exemplo, redução do, é, ISS para o desenvolvimento de software, aquelas empresas que desenvolvem paga esse imposto, imposto que aqui, por sinal, é um imposto mais alto, no Eusébio, é um município aqui, vizinho, então isso aí é uma proposta que a Câmara tem para, isso aí vai ser encaminhado para, pra onde, para a Secretaria de Finanças, que é a que lida com, com a parte financeira e daí vai para o governador e etc., etc. (E4)

Por exemplo, agora atualmente como função do cargo, eu tô tentando fazer uma aproximação da, da universidade com as empresas, tá, existe esse gap muito grande, né, as empresas reclamam de a, a mão-de-obra qualificada, a

deficiência em relação à relação da mão-de-obra qualificada e a... porque os alunos continuam também, por outro lado reclamam que é distante, que acham que o que estão estudando não tem nada a ver com a empresa, com o mercado, então to tentando fazer essa aproximação e a participação na Câmara me facilita, porque, é, empresas que eu tô visitando, que eu tô conversando, já os representantes, já estão na Câmara ou já estiveram, tá, então, ela tem esse, mas assim, como eu tô falando, não é uma ação da Câmara, a Câmara decidiu que essa ação será feita dentro de uma determinada Universidade, não é uma ação da Câmara, mas é uma ação que surgiu a partir da Câmara, entre, é, entre entes que fazem parte da Câmara. (E1)

Por fim, o cenário da CSTIC em que “surgem interações” (E1), indica o surgimento dessas não somente pelo encontro formal no prédio da ADECE, mas durante todo o período em que trabalham em cooperação. Alguns desses meios de comunicação são o e-mail e as visitas-técnicas às empresas que, no caso da universidade, é o que facilita o cumprimento das deficiências tanto do empresariado, quanto da instituição educacional e, por consequência, faz desenvolver o setor.

*É, fora isso, é, annnn, por exemplo, nessas ações que surgem lá, comunicação é muito por e-mail, por visitas, né, a gente visita, amanhã mesmo eu tenho uma visita com uma das empresas que eu comecei a interagir a partir da Câmara, tá, que é dentro desse movimento que eu to te falando, pro, pro curso, é... então, assim, aaa, **surgem interações** a partir de lá... (E1)*

4.3 TEMA 2 – FORMAS DE ATUAÇÃO DA CSTIC COMO MEIOS DE CONTROLE

Um outro tema que se destaca está na constituição de formas de atuação da CSTIC como meios de controle. Esse tema vem carregado de discursos que trazem para a análise os *grupos de trabalho, as reuniões e os documentos* (subtema 1) para o desenvolvimento do setor como sendo um dos principais meios de controle para cumprimento do papel da CSTIC, que seria o da articulação e o da cooperação, conforme evidenciado no tema anterior.

Além disso, vê-se apresentar de forma destacada nos discursos, diversas atividades que visam à *sensibilização* (subtema 2), tanto dos participantes costumeiros na Câmara, quanto dos participantes em potencial.

4.3.1 Subtema - Grupos de Trabalho, as Reuniões e as Formatações “Jurídicas”

O primeiro subtema emerge das falas dos sujeitos como sendo os grupos de trabalho (GTs), as reuniões e os documentos propositivos (formatações “jurídicas”). Todas caracterizam formas de atuar formalizadas em Estatuto e que podem também levar a uma aproximação “extra-Câmara”, de modo informal, como será analisado no subtema Sensibilização.

Os grupos de trabalho e as reuniões estão amalgamadas de forma a amenizar a preponderância entre as formas de atuação e coexistem num fluxo de processos intermitentes de acordo com a contingencialidade. Dessa forma, dos projetos mais elaborados e específicos urgem os grupos de trabalho e, quando um trabalho é finalizado por um grupo de trabalho, eis que há a formatação do resultado em sua forma jurídica e a apresentação em reunião ordinária na CSTIC e/ou “entregue pra aquela entidade, aquele grupo de entidades que pode resolver aquilo ali” (E6). A construção dos grupos de trabalhos é importante para complementar a gestão da CSTIC e, essa só é possível porque a Câmara dispõe de uma “estrutura” (E3) capaz de poder criar grupos temáticos relativos à contingencialidade enfrentada. No caso do Seminário +TICeará, por exemplo, evento importante na evolução da cooperação no setor de TIC cearense, outros núcleos de sentido dão ainda mais detalhes sobre as atividades desses grupos de trabalho e do papel da “reunião de consolidação”.

*As vezes, é algo que demanda um **grupo de trabalho**, é constituído um grupo de trabalho, **produzido um documento e entregue pra aquela entidade, aquele grupo de entidades que pode resolver aquilo ali.** (E6)*

*A Câmara, ela tem uma **estrutura**, que ela pode criar grupos temáticos, né, por exemplo, pra fazer esse trabalho do seminário, foi preciso gente pra fazer um determinado, a gente tava discutindo com a FUNCAP, o edital de inovação, aí criou outro grupo...*

As atividades que os grupos desempenham são processadas dessa forma: (1) estruturação do problema e seleção e recrutamento dos participantes do grupo de trabalho, (2) reunião entre os participantes do grupo de trabalho e (3) apresentação à CSTIC para submissão dos relatórios ou documento de proposição à entidade competente.

A primeira etapa se dá quando “uma demanda surge a partir de alguma necessidade que a empresa tem ou um conjunto de empresas tem e ela é estruturada, são apresentadas

formalmente na Câmara Setorial” (E6). Logo em seguida, os presentes problematizam o cenário e o constituem como demanda quando é “colocado quais são as justificativas e os benefícios que o setor teria” e “são apresentadas formalmente na CSTIC” para decisão da formação do grupo de trabalho.

Normalmente uma demanda surge a partir de alguma necessidade que a empresa tem ou um conjunto de empresas tem, e ela é estruturada, colocado quais são as justificativas e os benefícios que o setor teria e são apresentadas formalmente na Câmara Setorial. (E6)

Na formação do grupo de trabalho, algumas considerações são traçadas. Como no discurso do entrevistado E3, sugerem-se as questões da delegação de tarefas e da flexibilização da estrutura, de acordo com a contingencialidade, exemplificando duas das possíveis características dos grupos de trabalho. Preliminarmente à constituição dos grupos de trabalho, a gerência do presidente, por ter que se fazer presente nas diversas atividades da Câmara, a delegação de tarefas urge como questão básica de gestão. Em seguida, a descentralização da gestão tem por consequência a cooperação, a participação de todos, que acontece de acordo com suas competências (E2). A delegação de atividades por parte da gerência, de acordo com a competência, acontece não só pelo *know how* dos participantes, mas por possuírem informações específicas e únicas (E2) que balizam as decisões. Em síntese, há uma etapa de formação dos participantes dos grupos de trabalho em que é levado em consideração suas habilidades e os dados referentes ao problema que espera solução.

... em geral o presidente acaba entrando em todos pra saber como é que coisa tá andando, mas a gente tem que contar com os membros da Câmara, que se não vira uma loucura, o presidente só... Aí deixa a lógica, deixa de ter Câmara, razão de ter uma Câmara, ou seja, “Vamo falar de, de, de inovação”, “Pô, chama um cara do ITIC que tem mais a ver com isso pra gente discutir, tal, tal, tal, tal”, então a gente faz um grupo de trabalho, tá, então é isso que a gente vai fazer, vai discutir melhoria fiscal, aí eu chamo duas ou três pessoa que entendem mais de política fiscal, né, não é pressuposto do presidente a saber tudo, né, então dentro da Câmara, né, ou do assento da Câmara, ou de alguém da estrutura do cara do assento, assim, diz “Rapaz tem um cara da FIEC que entende muito isso aqui”, então, bora lá na prefeitura pra gente discutir uma redução do ISS, por exemplo, então esse é o trabalho que a gente vai fazer. (E3)

*Na reunião, vamo supor, teve o tema aqui, educação mesmo, então tem o GT recursos humanos, grupo de trabalho na área de recursos humanos. Então, vamos nos reunir, vamos chamar todos os representantes de todas essas instituições de educação para formação do recursos humanos, Universidade, né, aí **chamamos o que, principalmente as três maiores, mas outras são convidadas também**, mas sempre tão participando, Unifor, UFC e UECE, então essas universidades nós chamamos. Aí, sistemas, aí temos o SENAI, o SENAC, o SEBRAE, aí vai e também chama os educação profissional. Instituto Federal também sempre convida... (E2)*

*Na, na **coordenação do grupo de trabalho**, aí vem, “Pronto, vamo levantar os dados da educação profissional”, o Instituto Federal manda os dados, aí o SENAC manda os dados, o SENAI manda os dados, aí nós coordenamos esse levantamento de dados. Claro, nem, as vezes, nem todo mundo tem esses dados disponíveis, mas as instituições que tão com **os dados disponíveis, nós colocamos e mostramos pra todo mundo**. Então, levanta-se tudo. (E2)*

Os encontros dos grupos de trabalho, conforme os discursos citados, servem como delimitadores das competências dos participantes dos grupos de trabalho. A reunião específica do grupo de trabalho serve para que fique claro em que local vai estar atuando cada escolhido desse grupo.

Na terceira etapa de trabalho desses grupos, como descreve E6, “aquela entidade defende aquilo ou é designada para fazer aquela apresentação”. A apresentação é “aberto para perguntas e discussões” e, a partir daí, “normalmente se fecha um consenso de alguma ação resultante daquilo ali” ou “se tenta construir algum caminho alternativo ou se muda a proposição” de acordo com as dificuldades da entidade competente.

*É feita um apresentação, exposição lá na Câmara, **aberto para perguntas e discussões, é, e normalmente se fecha um consenso de alguma ação resultante daquilo ali**. (E6)*

*O que ocorre muitas vezes, é que, como tem muitos representantes, vários atores lá dentro, as vezes você coloca uma demanda que aquele ator que é do órgão ou da entidade que você tá colocando o desafio, ele explica lá quais são as dificuldades que ele tem na prática e se entendem, e **se tenta construir algum caminho alternativo ou se muda a proposição**. (E6)*

Outra forma de atuação da CSTIC são as reuniões ordinárias. As reuniões não só acontecem nos grupos de trabalho específicos, como já citado, mas também nas reuniões

ordinárias mensais daquela; portanto, garante universalidade em sua importância na cooperação do setor. Os discursos dos entrevistados apontam que os dois tipos de reuniões que eles realizam se imbricam de tal forma que os efeitos de resposta transformam a forma de atuação num ciclo de aprendizagem contínuo e ininterrupto, ou seja, constrói-se determinada racionalização do trabalho de cooperação. E, é exatamente quando discorrem sobre o papel das reuniões, que os entrevistados apontam o essencial, uma espécie de “ontologia” ou razão de existir da Câmara. Nesse subtema, os entrevistados discorrem sobre as apresentações, as discussões, os fenômenos que são força motriz para as reuniões e suas limitações.

Alguns afirmam que as reuniões são “o ponto principal da Câmara” (E1) e do “trabalho associativo” (E3) e E2 complementa que a reunião tem o papel principal de “saber o que eles estão fazendo”. A significação das reuniões como um meio de interlocução se constitui numa maneira de atuar que objetiva reunir e prover os envolvidos de uma leitura do cenário, da realidade que é enfrentada no setor de TIC; assim, constitui-se como um fenômeno essencial para a construção da cooperação. É pela reunião que a complexidade do trabalho e dos interesses do setor, antes nunca pertencentes a um canal de comunicação, podem se concentrar em um só local e, onde antes era um setor de “ações dissociadas” (E2), passasse, com as reuniões da CSTIC, a ser um setor de convergência de ideias através de um “trabalho de entender o que é que tá acontecendo e de entender o que é que o governo pode tá atrás e o que é que os próprios empresários também...” (E3). Assim, “cada um coloca o seu ponto de vista, enriquece o, o sistema como um todo” (E1). Em síntese, as reuniões são locais transformadores e que levam à interorganização.

Então, fora das reuniões não existem muitas ações, tá, é o que eu te falei, o ponto principal da Câmara são as reuniões. (E1)

*E outra coisa que eu agora lembrei, quando falou da qualificação eu lembrei daquele primeiro assunto que eu te avisei que eu havia esquecido que é exatamente a questão de várias ações que era muito forte, muitas **ações dissociadas**, então, principalmente, educação, aí você tinha o que, você tinha o Senac, que atuava na área de educação no nível técnico, né, aí tinha os Institutos Federais, você tinha as escolas públicas, mas cada um fazendo uma ação, e se você pudesse convergir, ou seja, **colocar essas entidades para conversar entre si**, para fazerem o que, vamos dizer, o Senac “cuida” dos técnicos, o IFCE cuida dos tecnólogos, né, ensino regular vai dar uma boa formação de matemática, computação, né, raciocínio lógico, bom pra, quando chegar no nível técnico, os alunos já não estarão sofrendo, tendo que recuperar essa educação. (E2)*

*Tem que ter, pelo menos você, tem que ter essa reunião mensal, **tem que ter esses encontros** de alguma forma, temos que, que chamar pessoas de fora pra mostrar a visão da Câmara, para que eles apresentem a sua própria visão, **saber o que eles estão fazendo.** (E2)*

*É, pelas próprias discussões, porque as visões são muito diferentes, a visão da Universidade, ela é diferente da visão do governo e ela é diferente da visão das empresas. Então, naaa, na hora que você tá discutindo e **cada um coloca o seu ponto de vista, enriquece o, o sistema como um todo**, porque são várias visões que tão sendo colocadas e, na verdade, **visões que fazem parte de um todo que é o setor.** (E1)*

*O **trabalho associativo** é esse mesmo, você diz assim, “Cara, o setor tá precisando de apoio pra formação de mão-de-obra, vamos lá ver como é que isso funciona e tal”. É sempre esse, esse, esse **trabalho de entender o que é que tá acontecendo e de entender o que é que o governo, pode, tá atrás e o que é que os próprios empresários também**, porque muitas vezes, não é que o empresário fique esperando o governo, mas é porque há esse **desconhecimento.** (E3)*

São vários os procedimentos que se exercem nas reuniões. E7 fala que, quando surge uma ideia, a mesma é compartilhada, porém, para que mais gente possa contribuir para a ideia, a reunião surge. A reunião, conforme exposto, é o local e o momento da chance de se convencer mais pessoas para trabalhar com a ideia. Marcada a reunião, a ideia é compartilhada de forma que todos possam compreendê-la, discute-se e “faz-se uma votação” (E7). Ao final, “termina num documento, um relatório final” (E2). Para as reuniões, os indivíduos que vão “dizer o que é que tá pegando” (E3), que são escolhidos para a participação das reuniões e apresentações, são as empresas-clientes ou os possíveis clientes de TIC de relevância no setor.

*Não existe regra, não existe formulário pra isso, alguém tem uma ideia, compartilha essa ideia com alguém, aí diz, “Ótimo, essa ideia é muito boa! **Vamos, então, convencer mais pessoas pra executar essa ideia**”, **marca-se uma reunião, na reunião nivela-se o conhecimento, nivela-se a ideia pra todos, ouve-se opinião e faz-se uma votação**, “Queremos sim. Quais são os ganhos, quais são as perdas e qual o custo?”. Então, é uma decisão muito, eu diria, que no mundo empresarial, **tá no sangue de muito empresário, a decisão é muito rápida, muito prática sem, sem burocracias.** (E7)*

*Então, por grupo de trabalho, a gente, cada um vai apresentar esses resultados. Aí sempre **termina num documento, um relatório final**, onde é aprovado e marcado o momento para a entrega ao governo, ao representante... (E2)*

*Mas, na Câmara nosso objetivo não foi... a gente chamou aqui, quem, Universidade, Governo, financiador, aceleradora e cliente de TI **pra todo mundo dizer o que é que tá pegando**, tá, porque o objetivo da Câmara é esse. (E3)*

*Qual a ideia, a ideia do mais mesmo, falar mais de TI. Só que o que é que a gente fez, ao invés de chamar FIEC pra falar sobre os problemas de TI, avaliou-se o seguinte, eu, superior... tenho uma visão ampla das questões, mas **quem sabe o problema mesmo é o cara da empresa**, você diz assim “Rapaz, aonde é que dói na sua empresa, onde é que...” e esse pessoal que representa os demais já tem assento na Câmara. (E3)*

*Então, o que foi que a gente fez, nós convidamos, a, obviamente a gente convidou a UECE, UNIFOR, UFC, Instituto Federal do Ceará, como, “Rapaz, vamos saber desse pessoal o que é que eles, como tá a formação de pessoal”, “Vamos chamar o BNB pra ele falar como é que é a parte de financiamento”, “Agora, vamos chamar empresas fornecedoras”, então chamamos a Secrel e a Lanlink, são empresas de TI pra falar onde é que dói pra eles, chamamos uma aceleradora de Startups que é a 85 Labs, **chamamos empresas de relevância**, a Unimed Fortaleza, grupo M Dias Branco, a Companhia Siderúrgica do Pecém, a gente convidou Pague Menos... (E3)*

O conteúdo das reuniões as constitui como uma estratégia voltada ao diálogo simplesmente porque há uma imersão dos interessados nas necessidades do setor. Esse envolvimento acontece porque, segundo E1, “sempre surge alguma coisa que leva você a pensar”. A partir de então, a forma de atuação aqui analisada se constitui no fazer que “cada um realize bem sua parte e em que momento a outra entre como apoio à ação da Instituição anterior de formação” (E2). O conjunto desses discursos, sugere que as partes envolvidas na CSTIC podem estar se avaliando, se corrigindo através da retroalimentação por feedbacks num *continuum* de racionalização do trabalho de cooperação que, entre outras coisas, otimiza recursos:

*Sim, sim, essa foi a, acho que foi o ponto mais, como é que eu digo, talvez mais objetivo, né, dááá, porque assim, **todas as reuniões, quer dizer, a maioria delas,***

sempre surge alguma coisa que leva você a pensar, tá, então, assim... (sobre o seminário) (E1)

Então, vamos convergir ações, vamos botar essas instituições pra conversar de maneira que cada um realize bem sua parte e em que momento a outra entre como apoio à ação da instituição anterior de formação. Então, isso nós conversamos bastante. (E2)

Aí também gerou, era o que eu coloquei como um pouco de frustração, nós participamos de muitas reuniões no governo do Estado, na própria Secitece, na época, né, tinha um... foi o Cicrano que nós conversamos bastante sobre isso... sobre, é... convergência de ações.. Aí dividimos, delineamos todo, né, como deveria ser, como cada um iria trabalhar, e, pra otimizar até recursos. Porque nossa ideia era o que, era formação em massa. Nós tínhamos, cada um tinha seus recursos, só que, às vezes, dava o que, muita gente tava formando só nisso aqui, “E aqui, e esse pedaço?!”, é, só programador, “Ah, na parte de administração, de infraestrutura, não tinha ninguém formando”, “Por quê?!”, “Porque todo mundo foi pra lá e formou, e gastou todo o recurso, e aqui ficou sem ninguém”. (E2)

As reuniões, através do ritual de “discussão e manifestação” (E6) de questionamentos, são vistas como um ponto positivo e de evolução na integração entre Universidade, Empresa e Governo, conforme E2. A palavra ritual ganha sentido de manter a manifestação da ideia e a sua discussão como atividades básicas dentro das reuniões, são como uma espécie de procedimentos internos com força de ordem prescrita, mesmo que não escrita; procedimentos disciplinados e essenciais. Além disso, de acordo com E2, uma das consequências das reuniões (a de saber o que está acontecendo) é a possibilidade da pessoa se colocar à disposição, de acordo com o que é demandado.

Então, essa participação perante a sociedade, o governo e tudo, segue esse rito, dessa discussão e manifestação, através dos nossos líderes eleitos que normalmente, a gente tem o sistema ASSESPRO, a SEITAC, o Instituto TITAN e a Câmara Setorial, esses quatro congregariam, eu diria, todas as empresas e as demandas que a gente tem no setor. (E6)

E, durante esse processo, tem melhorado bastante essa integração entre academia, empresa e governo. Aí o objetivo era só esse, né. (E2)

*Estamos sabendo o que o outro está fazendo! E isso é importante. Então, posso contribuir com isso, **eu posso me colocar à disposição**, num é que eu posso interferir... (E2)*

E5 sinaliza, ainda, uma autocrítica de reconhecer alguns caminhos estranhos ao diálogo. Porém, os questionamentos superam esses eventos quando o entusiasmo “legal é o compartilhamento”, projeta sua satisfação maior em estar participando daquele “ritual”. Além disso, outro ponto forte desse “ritual do encontro”, conforme E6, está na possibilidade de resolução imediata de questões, o que permite a confirmação da importância que se emprega ao local e às reuniões.

*Se, de repente, você tá numa reunião lá, “Rapaz, vamo fazer isso, porque beneficia a minha, sua e a outra empresa”, aí você diz, “Porra, tem alguma coisa errada aqui!”, mas a partir do momento que você vê isso, “Por que, isso?”, “Por que aquilo?”, “Por que não assim?”, “Ah, por isso, por isso”, aí você começa a escutar e vê, a gente compartilha, cara, **legal é o compartilhamento**. (E5)*

*Quando atende a algum representante de algum órgão que pode resolver aquilo ali, a **discussão já ocorre no momento**. (E6)*

A última ação das reuniões é a formatação “jurídica” ou documento propositivo fruto do que a Câmara discutiu nas reuniões. A “formatação jurídica” é um termo encontrado na fala de E7 e se define como sendo o produto escrito do conjunto das ânsias e das dificuldades enfrentadas pelo setor (E7) que se “leva mastigado para o governador” (E5). Em outras palavras, para E4, esse documento propositivo é um documento contendo “propostas para o desenvolvimento do Estado”, ou dos “achados” referentes aos encontros anteriores (E3), ou, ainda, “uma série de recomendações advinda de todos esses anos de estudos” (E6) e que indica o que se “pode fazer para alavancar esse setor aqui no Estado” (E2). A metáfora “mastigado” se refere ao ritual do diálogo já apresentado e significa estar amadurecido o bastante, em forma de propostas, para facilitar os órgãos responsáveis executivos a implementarem políticas em prol do setor. O aspecto jurídico desse tipo de documento é evocado por eles no sentido de que as ânsias, que antes estavam dissociadas, agora estão convergindo entre si, e, principalmente, por já contar com o apoio de uma entidade governamental, como a ADECE, devendo esse documento como que “ter força de lei” para se tornar realidade. Assim, os documentos propositivos emergentes da CSTIC parecem ser discursivamente representados, pelos sujeitos entrevistados, como mecanismo de pressão. Por

fim, esse relatório fica registrado em Ata para que sirva de histórico para os que já estão na Câmara, quanto para os que estão por vir.

*Elas discutem as suas necessidades, as suas ânsias e as suas dificuldades e **fazem com que estas ânsias possam tomar formatação jurídica** pra levar ao Estado, pra que a partir daí seja tomada as políticas públicas que envolvem o setor. Então, essa é a formatação que eu chamo de formatação jurídica. (E7)*

*Hum, sempre que nós nos reunimos, por exemplo, o melhor fórum é através da, da, CSTIC, a Câmara, pra fazer essas, é, é, é, essas **propostas para o desenvolvimento do, do Estado**. A gente sempre procura, é, trazer e desenvolver projetos que seja de interesse do Estado, para o, o, vamos dizer, para o desenvolvimento, né, e o bem estar da, da, da população, né, do, do, nosso Estado... (E4)*

*Porque, é, é, teve um lançamento do seminário, teve o seminário em si que foi o dia inteiro, e depois nós tivemos uma reunião de debate, digamos assim, **dos achados**, do, daqueles “final fine” que a gente faz e fala, né, o que é que a gente encontrou no seminário, pra discutir de novo com a comunidade, então até chegarmos num **documento único em que a gente diz o seguinte, “Ó, tem sete linhas de ação que são relevantes em 2016”**, tá, então essas sete linhas, elas tão, esse documento tá preparado e a gente tá aguardando, a, a agenda do governador, tem o seu tempo, no final do ano é um período complicado, mas a gente quer propor, dizer assim, “**Ó, isso aqui é o que a gente acha que é, é relevante**”. (E3)*

***Tem um documento que a Câmara Setorial gerou, que é uma série de recomendações advinda de todos esses anos de estudos**, acho que o... e tem lá todas as séries de sugestões que são colocadas pelo setor, aí envolve a parte tributária, envolve a parte de aproximação com a academia, é, uma formação mais voltada pra o que o mercado está demandando, as vezes a academia fica um pouco descasada disso aí, o governo ser grande catalizador dessa aproximação academia-empresas, usar o poder de compra do governo pra estimular as empresas locais. (E6)*

*E isso aí, **vai sair um novo documento**. Provavelmente, você vai ter acesso a esse documento. Nós tamos finalizando a elaboração, e nesse documento, aí vai trazer o que, o que foi percebido no seminário, quais foram, né, os pontos fortes, fracos, o que é que é pedido e o que o Estado pode fazer para nos ajudar a incrementar, a colocar esse setor de TI, que já é um setor que tá bem a frente dos demais, que emprega melhor, que a qualidade de emprego é melhor, e que não falta oportunidade de emprego. Então, **o que pode fazer para alavancar esse setor aqui no Estado**. (E2)*

Aí são sugeridas, são sugeridas decisões, aí, “Ah, que ações nós podemos gerar daqui?”, (trecho inaudível), então isso aí ocupa o relatório e fica registrado em Ata da Câmara, pronto, ou então, quando é apresentação, ou então quando é decisão que tem ser tomada, aí leva ao órgão que cabe a decisão, porque nós não somos, como eu disse, nós não somos executivos, aí não tem como, nós temos como coordenar essas ações. (E2)

Tomando como exemplo o Seminário +TICeará, dois momentos que se destacam nos discursos dos entrevistados são: “reunião de consolidação” (E2) e “reunião de debate dos achados” (E3, esse posto acima). Implica dizer que, as reuniões são uma forma de atuar, onde se consolidam as informações e as proposições para a equipe governamental, comprovando o sentido de racionalização ininterrupta acima colocado. Em outras palavras, todos os procedimentos acima levantados servem como qualificações até que se chegue ao que se compreende como um documento com razões o bastante, não só para existir, mas que se faz importante para a equipe governamental. É o fato jurídico. Portanto, as reuniões, de certa forma, são essenciais para realizar o trabalho que a CSTIC tem por papel desenvolver, a maturação e oficialização das propostas.

A gente escreveu um documento pra, pra entregar pro, pros candidatos a, a governador e isso ainda no ano passado, né, com sugestões da Câmara, como eu te falei, a Câmara ela é propositiva, ela não tem nenhuma ação de execução, mas, é... então a gente entregou esse documento com essas proposta pra área de TIC e é, ações da Câmara, realização desse seminário que eu te falei do MAIS TI CEARÁ e isso foi, tem, foi em agosto, é, dia 24 de agosto eu acho, e que agora virou um movimento, né, depois do seminário a gente teve uma reunião pra fazer a consolidação do, do, do que foi discutido no seminário, né, como as principais deficiências do setor, isso é, essa reunião de consolidação foi feita na SECITECE, é, porque agora virou o movimento MAIS TI CEARÁ e é, a gente tem muitas, é, apresentações na Câmara Setorial, por exemplo, FUNCAP, SECITECE, é, a última que a gente teve foi o pessoal, uma consultoria da, que tava ajudando na CSP (companhia siderúrgica do Pecém), mas sempre discutindo a área da tecnologia da informação, né, então... (E1)

Um dos argumentos que justificam a importância dos relatórios finais é “a sociedade tava validando” (E3). Ora, assim como a equipe governamental é responsável por gerir os interesses da sociedade de forma equilibrada, isto é, não incidindo nem um peso a mais ou a menos para um lado dos interessados, as recomendações de ação que advém de fora do Estado

têm por essência ganhar respaldo da sociedade, assim como fizeram na construção do Seminário +TICeará. Foi a condição de participação do maior número e do mais diverso corpo de interessados que incrementa ou “empodera” o documento final.

*... porque esse seminário aqui foi pra 500 pessoas, ou seja, além da questão de relevância de colocar esses caras que nunca tinham feito, nós fizemos lá naquele anexo da Assembleia Legislativa, não sei se já foi lá naquele anexo, tem um auditório pra 500 pessoas, 600 pessoas, mas assim, a gente num lotou não, foram umas 400, 500 pessoas, ou seja, além das pessoas tarem falando, **a sociedade tava validando**, depois a gente **apresentou os resultados numa reunião da SECITECE**, a gente encontrou, programa riquíssimo, 40 pessoas mais ou menos, mas já foram os convidados, pra gente, é, “Olha, isso aqui é o que a gente encontrou. O que é que vocês acham?”, “Acho que isso não, acho isso aqui”, então a gente agora tá numa fase final de **formatação do documento de proposições**. (E3)*

Assim como as Atas que registram os eventos da Câmara Setorial, esse tipo de registro do documento de proposições corrobora com os outros que virão a gerir a mesma, servindo de material histórico do que já ficou feito e do que ainda falta fazer.

*Você, você tem um programa que ninguém conhece, que ninguém aderiu, então é porque não deu certo, né. Então, a expectativa é, que **a gente acha que dando esse encaminhamento, mostrando, é, isso aí pro, pra quem é de direito, né, dá uma pauta pra quem vai tocar a partir do ano que vem e...** Então, expectativa positiva, né. (E3)*

Um dos fenômenos que limitam o papel dos grupos de trabalho, das reuniões e dos documentos finais é a falta da “presença efetiva” (E1); como também quando os resultados e os benefícios não aparecem, conforme E6. Uma inferência importante é que a presença pode também estar vinculada com a falta dos resultados práticos, o que desestimularia a participação dos atores.

*É, nas, na participação, mesmo assim, que eu acho uma das coisas principais é essa **presença efetiva**, né, porque muitas, muitas entidades, assim, indicam o nome de alguém pra participar, mas esse alguém tá lá só no nome, ele não participa efetivamente, isso não contribui pra Câmara e nem pra instituição, né, então uma das coisas principais, eu acho que, que é isso. (E1)*

O que falta é você ver que aquelas reuniões têm resultados práticos, que traga benefícios para aqueles atores que tão lá. (E6)

4.3.2 Subtema – Papel da Sensibilização

O subtema “papel da sensibilização” se propõe não somente a justificar a atuação da sensibilização que os atores desempenham na cooperação na CSTIC, mas a exemplificar amplamente as atividades que cada um desempenha. Nesse subtema, os componentes evidenciam uma espécie de processo verbal que é responsável pela manutenção dos interesses que os fazem ligar a si mesmos e outros à Câmara.

Uma vez que a Câmara tem o papel de fazer convergir ações e amalgamar os interesses dos atores presentes no setor de TIC, a forma de sensibilizar os outros através do discurso é um meio de controle a partir do convencimento. A Câmara deixa de ser vitrine, estática, e se evidencia ainda mais dinâmica. E3 discorre que “você tem que convencer, você tem que construir”. A metáfora da “construção” é significada por eles como “desencadear... instigar... de sugerir, de fazer o próprio movimento” (E1) e perpetrar através de propostas o funcionamento da cooperação.

*Mas, é esse trabalho que, nesse trabalho, não é um trabalho que você chega assim, “Rapaz, eu acho que a gente precisa de, de dar um incentivo pro setor”, “Beleza, vamos assinar aqui e fazer”, não é assim, se não, era, era quase má vontade, né, **você tem que convencer, você tem que construir, aí o cara lá vem contrapor, vai ver se tem orçamento, se tem recurso**, porque se os outros, não precisa ser tão lento como a gente tá sendo no Ceará, mas... (E3)*

*Mas, é, eu acredito que, a SECITECE, ela abraçou o, a ideia do seminário, a ideia do movimento, a SDE, por exemplo, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, também, participou da organização, né, a SECITECE, a CITINOVA, que é a, como se fosse a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Prefeitura, né, eles todos tavam na apresentação do seminário e do movimento, certo, é, a Câmara, acho que ela tem muito esse **papel de desencadear essa, esse movimento e buscar essas outras entidades que podem realmente efetivar ações**, que o façam, você tá entendendo. Então, eu acho que o papel da Câmara é muito esse, de **instigar, digamos assim, né, de... de buscar, de sugerir, de fazer o próprio movimento**, né. (E1)*

O poder da proposta é o que está em questão. O convencimento é um processo, numa só metáfora, “é o trabalho corpo-a-corpo” (E2), onde “é a proposta que chama” (E3). A

proposta ganha sentido de personificação, é a responsável principal que atrai os sujeitos a se adereçarem no mesmo local, a escolherem a Câmara para se desenvolverem. Como detalhe das reuniões, o seu conteúdo, ou seja, o que está contido dentro do ritual de discussão e manifestação da Câmara, é capaz de construir a razão de existir, a ontologia dentro da Câmara. Proposta e reunião, reunião e proposta, se coadunam, se retroalimentam. Para E3, o que existe é um conjunto formado pela “proposta, a maneira de condução e o cara acreditar”.

*É o **trabalho corpo-a-corpo**. Tem, tem que ter, Cristiano, num tem, num tem, a gente só marcar agenda, por exemplo, anualmente a gente passa um cronograma, agora provavelmente a próxima reunião um dos temas vai ser a reeleição, porque o presidente, secretário e tudo é eleito para um ano, e aí tem a eleição para o próximo ano*

*Eu, eu, francamente, é, é, o que existe é uma proposta, ou seja, se você tem uma proposta da Câmara, da ASSESPRO, do TITAN e tal, que o cara escute o cara falando, a diretoria falando assim, “Pô, isso faz sentido, eu acho que a gente tem que, tem que tá junto porque isso faz sentido”, é **a proposta que chama**, não é o controle, né. (E3)*

*É, então, você, num tem ninguém sendo obrigado a ir, né, então o que liga é a proposta. **O que liga é a proposta**, ou seja, **a proposta, a maneira de condução e o cara acreditar**, essa é a ideia. É o que eu acho, né, pode ser que tenha gente que ache que o que liga é obrigatoriedade, o controle, né. Eu tenho 420 funcionário na empresa, não acredito ninguém esteja aqui ligado a força, tá aqui porque acredita na, na proposta. Acho que essa é a ideia. (E3)*

Esse processo de convencimento e de “encontrar uma forma de fazer a coisa acontecer” (E3), que está contida na metáfora do “desdobramento” de E6, se vale de atividades que são “laterais e voluntárias” (E3). Quando as atividades são laterais e voluntárias, indica uma sensação de certa liberdade advinda principalmente pela horizontalidade da descentralização. Não à toa, quando o entrevistado E7 descreveu, no subtema grupos de trabalho e reuniões, uma etapa de “nivelamento” das ideias, sinalizava a potencial horizontalidade presente na cooperação da CSTIC. Como complemento, a partir do objetivo da Câmara, o entrevistado E3 atua palestrando em Universidades e no SENAC, participando de feiras de empreendedorismo, etc., quer dizer, atuando por diversos canais de comunicação para convencer e fazer participar.

*Então, a negociação, ela faz parte, né, aí do, do, do todo dia, né, então quando vem uma linha da FUNCAP, por exemplo, de um edital de inovação, aí, você acha que só tem pra pequena empresa, você diz assim, “Pô, vamo abrir pra empresas maiores”, aí o cara lá da pequena empresa acha que as empresas maiores tem mais condição, **você tem que encontrar uma forma de fazer a coisa acontecer.** (E3)*

*Se você só se reúne pra discutir, propõe e não tem, o ator lá que ficou responsável pra colocar pra frente, não coloca pra frente, não tem mecanismo que garanta que isso vá ter crescimento. Principal é, **desdobramento.** (E6)*

Essas atividades são laterais e voluntárias, na realidade você não tem uma... não há remuneração quando você está numa entidade tipo a Assespro ou a Câmara, o objetivo é que a coisa progrida. (E3)

*Faço muito coisa pelo setor, desde de fazer palestras, ‘n’ palestras ao longo do ano de fomentar pra galera que se interessa pelo setor, feira de empreender lá que o colega deve ter falado também, participo de muitos eventos com o SENAC de forma totalmente gratuita, ou seja, **o objetivo é que traga mais pessoas para o setor,** esse é um objetivo que a gente tem trabalhado ao longo do tempo. (E3)*

Essa horizontalidade evocada pelos entrevistados se desenvolve através de uma comunicação formal e informal. A comunicação formal se daria por meio daqueles veículos aos quais as associações e entidades de classe estão sujeitas pela legislação vigente: as Atas de Reunião e as apresentações formais na CSTIC (que são descritas nas Atas e que servem de histórico). Já os “momentos informais de discussão”, são aqueles momentos em que se aproveitam diversos tipos de mecanismos, como “email, whatsapp, quando dá tempo marca algum almoço, alguma reunião pra tratar rapidamente de algum assunto”. Desses momentos informais, é possível que, conforme E6, estejam presentes os “acordos de cavalheiro”. Por sua vez, o adjunto adverbial de condição, incluída nessa última fala, caracteriza fidedignamente os “acordos de cavalheiro”, quando, “...se você precisar, nós damos apoio nisso”, isto é, caracteriza a informalidade por haver solidariedade somente para um outro sujeito que se teve aproximação. Assim, estando junto, se é beneficiado.

*Pra, pra, porque eu, o, o setor lá, como eu te disse, né, a Câmara Setorial, se não me engano tem Ata de Reuniões, tem as apresentações, ou seja, tem toda uma documentação que qualquer pessoa pode chegar lá e ver, tá entendendo, então nas nossas reuniões, nós temos **Atas**, no caso da, da, da, do sindicato, né, mas lá na Câmara Setorial também tem, você vê lá **apresentação**, então existe esse **tipo de***

comunicação, a, agora se são divulgadas amplamente, eu não sei, não, não, eu acho que não conheço. As nossas tão tudo lá, todas as Atas de Reunião, quando é uma ata dessa chama e tudo, não, essa aqui vai para a comunidade toda. (E5)

*É natural entre os dirigentes e os líderes, quando surge algum assunto relevante, eles terem alguns **momentos informais de discussão**, como aquilo ali impacta o setor, impacta aquela empresa, e aí tentar definir alguma estratégia de abordagem daquele assunto. (E6)*

*Aí é com todos os mecanismos, **email, whatsapp, quando dá tempo marca algum almoço, alguma reunião assim pra tratar rapidamente de algum assunto. Todo mundo viaja muito, num tem... (tempo) (E6)***

*Então nós, não, não que não exista estações, como as empresas, todas elas tomam as iniciativas, porém quando o problema é maior, por exemplo, problema de, vamos dizer, coordenação de ações educacionais, num tem como ser o Estado, porque como eu vou interferir dentro da Universidade Estadual, não tem como, “Ó, UECE, tu vai fazer isso?”, num vai, “UECE, como vai interferir dentro do SENAC?”, num tem como a UECE também chegar e dizer como o SENAC vai trabalhar, “Ó, trabalha aí e assim”, agora a gente pode fazer **acordos de cavalheiro**, “Olha, tô formando isso aqui, se você precisar, nós damos apoio a isso.”, foi o que nós e Ana estávamos conversando, né, então tiveram os professores, tivemos na reunião com os professores da pós-graduação lá da área de informática, né, do mestrado em informática, exatamente os trabalhos, chamamos os alunos da graduação, pós-graduação, chamaram os alunos para os projetos da parte de TI, não sejam projetos por projetos de TI, mas, sim, soluções tecnológicas para o problema de empresa. (E2)*

E3 evoca a metáfora de “ecossistema” para dar sentido ao cenário que configura o setor de TIC, onde há a necessidade básica de se compreender primeiro esse complexo cenário para então agir atraindo os indivíduos. É o trabalho de *background*, por exemplo, no ato de “entender o que é que a CITINOVA tá fazendo, pra onde ela tá indo”, “Com quem que você tá falando? O que é que você quer fazer?” e, por consequência, “ter consistência” e saber “a hora certa” antes de propor uma ideia. Além disso, o indivíduo que tiver conteúdo e não tiver vergonha em dizer que não pode falar sobre determinado assunto desempenha um papel importante na sensibilização.

*Não, a **atividade de negociação é essencial nesse trabalho**, né, então você tá todo tempo negociando, né, então você tem uma lei da Prefeitura de incentivo ao setor, você tem uma visão, você vai negociar, vai propor até encontrar um meio termo, num*

tem nenhuma dificuldade específica não, as dificuldades são inerentes, naturais de você tá tentando entender um, um ecossistema que é complexo, que tem empresa privada, governo, estudante, profissional, pesquisador, professor. (E3)

Obviamente, tem muito trabalho de background, né, de estudar a ideia, saber o que você vai fazer e tal. (E3)

*Se você tá discutindo, é, sei lá, redução fiscal, eu não posso chegar e dizer assim, “Rapaz, o ISS devia ser 2%”, não, eu tenho que chegar, “Por quê?”, “Cara, porque lá em São Paulo funciona assim... lá no Porto Digital funciona dessa maneira, num sei aonde tem uma isenção tributária”, você tem que tá preparado, porque também não adianta ser um bom comunicador sem, sem, só aquele apresentador, né, você tem que ter um, **você tem que ter consistência**, você tem que ter, é, é, é, background do que você tá falando. (E3)*

*Então, esse trabalho envolve muito disso, entendeu, o seguinte, “**Com quem que você tá falando?**” (fala pausadamente essa pergunta), “**O que é que você quer fazer?**”, **então, pra que você possa na hora certa**, dizer assim, “Olha, eu queria só comentar uma coisa...”, aí você, entender o cenário, e aí você coloca a sua ideia. (E3)*

*E esse é um maior, é, é, é, que faz mais importância nas pessoas, é você saber o seguinte, “Cara, o cara tem conteúdo”, **a diferença é essa, é conteúdo**, né, você dizer assim, “Rapaz..”, muita gente, em muita entrevista, “Rapaz, eu queria falar com você, é, é, segurança na internet”, “Cara, eu não sou a melhor pessoa, a empresa aqui tem, mas eu posso indicar uma empresa que é especializada nisso”, não tem, eu vou falar o que, não é minha área, **então é isso aí que você tem que ter, não há nenhuma vergonha de você não saber**. (E3)*

Por sua vez, o processo de convencimento é o trabalho de “convencer do contrário” (E5), onde o sujeito deve ter um “argumento suficiente” para sobrepor os argumentos dos demais.

*É o seguinte, **uma empresa chega com uma, alguma coisa**, “Rapaz, deveria ser assim, assim, assado”, **ele vai ter que convencer o colegiado**, é isso. É como eu te disse, eu posso estar com uma, achando que um negócio tem que ser assim, assim, assado, mas, bixo, **se você chegar e me convencer do contrário**, beleza. Hoje mesmo, a minha mulher tava dizendo, eu, eu tinha, eu tinha feito alguma coisa, eu nem me lembro que, que era, e ela tava dizendo pro colega da gente, aí “Não, mas aí ele não escuta a mulher!”, aí eu disse “Opa! Olha lá! Nós discutimos isso, nós conversamos*

*e eu consegui lhe convencer que devia ser assim. Se você tivesse me convencido do contrário, **tivesse argumento suficiente pra dizer que era melhor**, eu com certeza tinha aceitado o seu.”, assim como o outro no negócio aqui da cozinha, ela, tal, deu umas ideia, eu disse “Ótimo! É isso mesmo!”, tá entendendo, então você tem que... é colegiado, cara. (E5)*

Quando na condução, E3 afirma que “nós vamos aqui falar que o setor de TI é o melhor, obviamente” e complementa que “o setor de TI é fundamental, porque ele é transversal”. Quando o entrevistado cita a transversalidade do setor, ele justifica algo que seria óbvio dentro de uma negociação, ou seja, age apontando um argumento corriqueiro. A transversalidade do setor significa que a tecnologia desenvolvida atualmente “tá em todo canto hoje” e esse fato, diante das entidades governamentais, é capaz de agilizar as políticas públicas advindas desses. A consequência do discurso é dar prioridade visto que o setor de TIC está inserido em todas as atividades dos outros setores da economia.

*O que a gente fala sempre no setor de T.I. é que, obviamente cada setor vai puxar brasa pro seu, né, mas a gente acha que **o setor de TI é fundamental, porque ele é transversal**, na hora que você tá induzindo o setor de T.I. a fazer algo melhor, a que ele tenha uma luz, você automaticamente tá melhorando a indústria, tá melhorando o comércio, tá melhorando o serviço, tá melhorando turismo, tá melhorando cidadania, por que, **porque, cara, T.I. tá em todo canto hoje, tecnologia**, então esses são os papéis, é o papel da Câmara, ou seja, instrumentos dentro da agência, de relação, digamos assim, extra-governo, eu num sou funcionário público, maioria das pessoas da Câmara não são, mas tão lá voluntariamente pra dar ideias e rumos, né, seria o papel das Câmaras. (E3)*

*Quem é que tá numa Câmara, aí você vai ter, tudo bem, que é ASSESPRO, vai ter o SEITAC, o que mais vai ter, a UNIFOR, a UECE, a FECOMÉRCIO, a FIEC, as Secretarias relevantes do Governo do Estado, a SECITECE, a ETICE, que é uma empresa do Estado de Tecnologia da Informação, aí você vai ter aqui, é, a ETICE que é uma fundação importante, vai ter a FUNCAP que é para pesquisa, então você tem aqui o GGTIC que é um grupo de gestores, tem o Estado, tem várias entidades na, de uma maneira, não é uma entidade, digamos assim, só pensando no empresarial, o SindPD também tá aqui, ou seja, são políticas para que o setor de uma forma ampla progrida, seja melhor, o que que é melhor pra gente, que ele gere mais empregos, que ele seja mais demandado, que tenha mais gente trabalhando, que tenha melhores condições, que ele tenha mais incentivos, ou digamos assim, o que todos os setores querem, **nós vamos aqui falar que o setor de TI é o melhor**,*

obviamente, né, pra nós é uma questão muito básica, né, porque TI é um setor transversal e está em todos os outros setores, na hora que você melhora o setor de TI, você melhora o setor... a área de gestão, você melhora saúde, você melhora o trânsito, porque a TI é um área totalmente transversal, tem soluções de TI pra tudo.
(E3)

A sensibilização também ocorre na convocatória das reuniões. A quantidade de pessoas é uma evidência de que a sensibilização foi realizada de forma satisfatória. Por exemplo, “a reunião tá lotada quando a pauta é mais interessante ou tem alguém que vá lá, que vá discutir realmente coisas que são importantes” (E1), mas não somente isso, como também “quando você traz o empresário, que tem uma empresa, que tá empregando, que tá crescendo no mercado” (E2). E3 também tem a oportunidade de falar que existe uma preocupação da sua parte, da liderança, de “tá falando coisas que a gente sabe que são importantes”. Outro exemplo se faz através do discurso de E2, quando o mesmo sensibiliza outros, “Pessoal, é importante, vai ter tal pessoa, tá falando sobre esse assunto, sobre esse tema que exatamente nós estávamos discutindo”, ou “Olha, nós estamos perdendo oportunidade de estar representando os nossos, né, sindicatos, as nossas empresas e tais projetos”, ou “Pessoal, a gente junto pode mais!” (E3) e há realmente êxito na presença, por exemplo, da FUNCAP em determinada atividade. Significa dizer que há uma premeditação na forma de condução das reuniões pela preocupação de construir um interesse maior na cadeia de atores e que há um efeito positivo no outro quando “ela viu a necessidade da Câmara, ela se sensibilizou”. Não obstante, mesmo os desestimulados são convidados com insistência, visto a experiência e o conhecimento delas sobre o setor.

Então, falando especificamente da Câmara, ela tem um presidente, aí tem um vice, tem os cargos, secretário... bom, mas a figura principal é o presidente, né, que é eleito pela própria Câmara, tá, o mandado acho que são de dois anos e é, a, e esse presidente tem um suporte da ADECE, por exemplo, de secretário, é, é de tá mandando e-mail, de tá organizando lista de, de emails, de tá organizando quem são os representantes de cada entidade, de tá, por exemplo, nessa, nessa gestão, ele tá muito, é, é, focado em realmente em ter os representantes, ter representantes que participem realmente da Câmara, não só no, no nome, né, então, assim, é, secretário da ADECE, perto da reunião, ele liga, ele manda email, mas, assim, o ligar, o, o telefone, ele faz diferença que, assim, ele vai, tipo, confirmando mesmo, né, e, é, então é muito, essa, num sei, mas essa participação das, das pessoas na, na Câmara, ela tá muito ligada a, as ações do presidente, né, de fazer essa, essa junção e as pautas que são apresentadas também, porque assim, é quando geralmente a, a

reunião tá lotada quando a pauta é mais interessante ou tem alguém que vá lá, que vá discutir realmente coisas que são importantes, que vá levar, é, por exemplo, é, a secretaria de desenvolvimento econômico do município, então ela vai falar sobre ações que ela tá fazendo em relação a TI, em relação ao empreendedorismo tecnológico, em relação... então, é, é, isso aí é geralmente uma, é uma reunião que vai ter mais gente, né, tem um apelo maior. (E1)

*Então, isso aí, aí tem corpo-a-corpo mesmo, tem que ter, porque isso aí tem o que, o Presidente, o Presidente tem um, ele tem uma grande vantagem, porque ele é, ele já foi presidente de uma outra Instituição, ele é empresário, pronto, é, é, da academia também, dá aula em universidade, palestra, gosta disso aí, gosta da educação, ele é um ótimo parceiro aqui do SENAC... “olhe, o mercado de TI é assim.”, o mercado que é crescente, então não adianta eu chegar e ministrar essa palestra, porque eu sou coordenador, então é igual quando chega na faculdade, o coordenador fala “ah, não, beleza.”, né, mas o coordenador, **mas quando você traz o empresário, que tem uma empresa, que tá empregando, que tá crescendo no mercado, que tem uma matriz em Fortaleza, que tem filiais em outras, em outras cidades, os alunos dizem “Opa, esse aí vai trazer uma visão”, apesar de um dizer a mesma coisa que o primeiro diz, (risos), eles vão dizer “Não, aí é um empresário que disse.”, aí quer deixar currículo... (E2)***

*Eu acho que, que, como, como, é, o termo, eu acho que é um, um, uma instituição que tem que tá participativa, tem que se fazer presente, talvez não pela figura única minha, mas pela figura de outra pessoa, mas não pode ficar ausente, tanto que quando acontece, pronto, **um corpo-a-corpo, que é feito, por exemplo, nas próprias, nos arranjos quando eu, devido estar participando da Câmara, eu sei de outros arranjos que tão acontecendo, então é o corpo-a-corpo que eu falo, telefone pra FECOMÉRCIO, eu digo “Olha, nós estamos perdendo oportunidades de estar representando os nossos, né, sindicatos, as nossas empresas e tais projetos, né.”, e aí a FECOMÉRCIO vai e manda alguém pra representar. Então, não só pelo Wagner, que esse grupo de pessoas continuem trabalhando de forma, né, a contribuir para o bem maior, para o bem de todos... (E2)***

*Eu não tive problema não, nunca alguém dizer, assim, “Não, deixa de falar besteira”, nunca não, até porque a gente se pauta muito, né, em **tá falando coisas que a gente sabe que são importantes, né. (E3)***

*Aí, o que é que acontece, se nós só marcarmos, já tivemos a experiência, se só marcarmos e não fizermos o corpo-a-corpo, que é feito pela ADECE, que é feito pelo Presidente da Câmara, é feito, né, por mim também, que a gente liga, **“Pessoal, é***

*importante, vai tá, vai ter tal pessoa, tá falando sobre esse assunto, sobre esse tema que exatamente nós estávamos discutindo na reunião 'x' e aí vai trazer mais informações pra subsidiar a construção, elaboração de nosso projeto.”, aí, traz essa problemática, ou então vai trazer sobre a lei, e isso já gerou muita coisa positiva, por exemplo, os editais agora que são lançados pela FUNCAP, passam pela Câmara Setorial, não como, como, a Câmara vai fazer o que, vai dizer, “Ah, não...”, nós vamos dizer que sim, não, a FUNCAP é autônoma, vai tá, então com isso, com a percepção, **ela viu a necessidade da Câmara, ela se sensibilizou**, (trecho inaudível), “Não, passe o edital, pra gente dá uma olhada”, até pra eles darem uma sugestão, como a gente pode colocar o edital para, para, né, melhorar esse edital, pra ter melhores projetos, né, tudo isso aí. Então, ele já, **já sensibilizou a FUNCAP nesse sentido, isso já é um ponto positivo**, entendeu. (E2)*

*Natural, as vezes, algumas pessoas se **desestimularem**. Mas, normalmente, essas pessoas, quando existem alguns momentos em que precisa ter uma discussão mais ampla, elas não vão tá mais no dia-a-dia, elas se desgastam de estar naquela tentativa do dia-a-dia, **mas elas são chamadas, porque são pessoas normalmente experientes**, que já participaram de discussão, e elas são chamadas para participar dessas reuniões mais formais pra contribuírem. (E6)*

Os conhecimentos que o sujeito tem são muito importantes, assim como discorrem E3 e E5. Para E5, o indivíduo que é designado para gerir e para executar políticas deve ser “o Papa” sobre o assunto e estar “escutando as pessoas, pegando, aí depois que ele pega as informações é que ele começa a decidir”. E3 se utiliza da metáfora do “estofó”, como uma vestimenta ou um material qualquer que estufa e cobre, para afirmar que, diante de tantos indivíduos relevantes no trabalho governamental do Estado, é necessário não apenas ter uma boa ideia ou a maneira correta de propor algo, mas um histórico de trabalho que “cubra com qualidade, credibilidade e referências” essas ideias. Logo, não é qualquer um que é considerado a liderança legítima para/pelo grupo. Um outro exemplo dessa figura de linguagem está na fala de E6, “A gente tem uma grande, talvez, vantagem, de como eu estou presente em vários Estados, eu conheço a realidade do setor de TI de vários outros locais do Brasil”. “Então, você tendo isso aí na pessoa desse nível e você se associando a ele e você comprando a ideia com ele, então você conversa com todo, consegue convencer todo mundo” (E2).

*É igual... cara vai mudar o trânsito, traz um cara que fez uma mudança no trânsito em São Paulo, na Inglaterra, em vários locais, pô, **o cara é o Papa**, agora eu só*

*acredito nele, se no dia que ele vinher fazer uma mudança, por exemplo, lá no Castelão, na época da Copa e tudo, se ele chamar motorista de ônibus, motorista de taxi, motorista particular que mora na região, pedestre, tá entendendo, ele procurar toda, claro, né, faz uma pesquisa, chama voluntário, tem um psicólogo, sei lá, alguma coisa, faz um teste nos caras, pra ver, né, e seleciona uns tanto, porque se você bota um monte de gente vai virar uma bagunça também, né, então você seleciona aí, sei lá, dois ou três de cada grupo, né, são, de, esses grupos que tem, como é que se diz, participação, que passa naquele setor, aí ele escutar as pessoas, né, aí **ele escutando as pessoas, pegando, aí depois que ele pega as informações é que ele começa a decidir**, porque **ele tem conhecimento nas outras cidades**, aí eu acredito que o cara é bom se ele fizer isso, agora se ele fizer tudo da cabeça dele, sem conhecer nada, aí você já viu, né, entendeu, então eu só acredito nas coisas quando é participativo.* (E5)

*Cada um faz de um jeito, mas, é, mas, digamos assim, no momento que eu tive na abertura, é, com cargos de ministérios, secretário da Ciência e Tecnologia, o presidente da Empresa Tal, tava eu, né, aí, o presidente da ETICE, então naquele momento ali que você fala, que você diz, assim, “Rapaz, eu tenho 15 minutos aqui pra falar a ideia, do que é o relevante”, aquele momento, então é um momento difícil de você passar pra pessoa, é, é a grande dificuldade quando você pensa em sair, esse é o momento que eu me preocupo com substituição e a gestão, fazer a coisa funcionar, então dizer, na realidade assim, não é qualquer pessoa que faz, mas ter essa, essa, essa, essa coisa de dizer, assim, “Cara, tô nessa mesa aqui, tá aqui o Secretário, tá aqui o Governador”, “Peraí, que eu tenho um negócio aqui que eu acho que fica melhor” (no próprio pensamento), **você tem que ter um certo estofo pra fazer isso, até a maneira de você propor**, né. (E3)*

*E essa questão, como eu tava falando, é o seguinte, ele é empresário, gosta de educação, mestrado nessa área, já teve experiência internacional, já trabalho, né, como CEO em empresa fora, veio para o Brasil, deixou tudo, né, fez tudo pra vir para o Brasil, né, se associar na Empresa, tudo, hoje é uma empresa de sucesso, sexto ano seguido uma das melhores empresas pra trabalhar, foi presidente da ASSESPRO, foi presidente do SEITAC, então o network dele é muito forte, então ele consegue sensibilizar, e sem falar que é uma pessoa da melhor qualidade, é um cara do bem mesmo, **então você tendo isso aí na pessoa desse nível e você se associando a ele e você comprando a ideia com ele, então você conversa com todo, consegue convencer todo mundo**. (E2)*

Diante desse ecossistema do setor de TIC, a mediação dos interesses é o principal requisito de competência que o administrador deve ter. É um trabalho em que as habilidades da ampla visão dos acontecimentos do setor, da paciência e da razoabilidade corroboram não somente para elaborar a proposta, mas a maneira de conduzir. Por exemplo, E3 invocando o papel de liderança da Câmara, avalia que o trabalho não é simples, é complexo por não se ter um “lado” ao qual defender, convergindo para a questão da mediação, “pra que a coisa vá crescendo de forma equilibrada”. A complexidade do trabalho de articulação é subtendida também diante dos interesses e dos eventos que acontecem “extra-Câmara”, bem como os conflitos existentes pela complexidade das demandas.

*O cara que chega e quer aumento 20% do salário, “Mas, se for reajustar 20% do salário as empresas vão fechar. “Nós propomos 6”, esse é um trabalho complicado, pois todos os dois tem razão, né, tá certo. Então, o, o, o grande trabalho é você, digamos assim, ter a paciência, mas sem ser ingênuo, saber o seguinte, se eu tô aqui no meio pra ajudar a mediar, eu tenho que saber cada um dos dois tem interesse, nem um dos dois é anjo, todos dois tem seus problemas, né, e **você vai tentar mediar.** (E3)*

*Então, esse é o trabalho da Câmara, é um trabalho de articulação, a Assespro também era um trabalho de articulação, mas eu ganhava uma **simplicidade**, porque você tinha um lado, é, é meio, meio redutor isso, mas você tem lado, um lado, eu tenho um lado empresarial, tá, então assim, eu preciso de um incentivo fiscal pra tá lá, na cidade, pra cidade... e vai fazer parte do governo avaliar se dá certo e tal. (E3)*

*É... Você diz assim, “Pô, consegui fazer o meu trabalho”, qual é o trabalho, articular, **vender a ideia**. Qual o papel do presidente, Presidente da Câmara Eólica tem que dizer que a energia eólica é fundamental, do camarão diz, “Cara, preciso de apoio, que camarão emprega...”, então ele tem que vender a, a, o setor que ele tá defendendo, né, articular com as partes da Câmara para que as coisas aconteçam e, fundamental, **articular com os, com o que acontece extra-Câmara** para que as coisas aconteçam, né, esse é um **trabalho de articulação**, de convencimento, tá, não é fácil. Eu acho que esse é o grande trabalho, é, é, do presidente, né. (E3)*

*Entender as demandas, é, é, que o setor como um todo vai falar, entender que essas **demandas, as vezes, são conflitantes**, ou seja, é, o pessoal quer mais emprego, mais pessoas, né, mas, tipo, mais pessoas porque tem vagas abertas, mas se eu tiver uma formação enorme de pessoas, se eu tiver mais pessoas do que exige, os salários podem cair, né, então isso aí é uma coisa conflitante, né, ou seja, a gente precisa de*

*mais edital de, de, de compras governamentais pra dar mais trabalho pras empresas daqui, mas será que as empresas tão preparadas pra isso, se não tiver, vai vir uma empresa de fora, então, tudo isso aí faz parte de uma discussão, **porque quando você tá pensando só num, num pedaço do sistema, é muito fácil.** (E3)*

*Quando você é estudante, aí você diz assim, “Rapaz, eu preciso ter mais isso”, sim, mas na hora que você coloca isso, você afeta aquilo todinho, né. Então, esse é o trabalho que a gente tenta ir lá fazer **pra que a coisa vá crescendo de forma equilibrada.** (E3)*

É interessante observar que a fala do entrevistado E3 remete mais uma vez à personalização para discorrer sobre a forma de realizar o corpo-a-corpo. Segundo o entrevistado, existe uma necessidade de “se colocar de maneira correta, saber falar, entender as dinâmicas”, a partir da existência dos protocolos, das regras e das vaidades, que podem se apresentar de maneira subtendida. Por sua vez, “é o tipo de coisa [...] de compreensão” (E3), de perceber que as vaidades quando se exercem, por exemplo, estão nas exigências de cada um, e o atendimento dessas exigências é diretamente proporcional à presença efetiva nas reuniões, etc. É uma linha tênue entre o que remete às habilidades e competências inerentes à figura de liderança e o que o líder da CSTIC no momento pode exercer. O convencimento se faz através de uma multiplicidade de fenômenos.

*Mas, assim, eu nunca tive problema não, é porque essa questão da, da, da liderança natural, do funcionamento natural, **você tem que se colocar de maneira correta,** saber falar, entender as dinâmicas, não adianta também, você tem que entender, do outro lado tem o secretário, do outro lado tem um, é, um presidente de uma empresa do governo, do outro lado tem o presidente da Fecomércio, você diz, “Pô!”, assim, as pessoas não são mais do que as outras, mas **existem protocolos,** então você tem que entender como é que isso aí funciona, é, ao mesmo tempo mantendo a sua, a sua característica. (E3)*

*Então, é aquele equilíbrio entre você, entre você, é, ser utópico e ser, e ser ingênuo, mas ao mesmo tempo **você entender como é que funcionam as regras,** mas desde que as regras sejam claras e não afete você. Então, se você chegar lá e diz o seguinte, “Rapaz, pô, esse grupo aqui é o seguinte”... (E3)*

Por fim, todos esses pontos-chave no amplo processo da sensibilização são levados adiante através de treinamentos. Conforme E3, no que tange aos conhecimentos amplos e

particulares do setor de TIC, parâmetro principal no processo de sensibilização, “faz parte do treinamento que a gente dá para os funcionários, é essa questão de que você tem que entender o contexto”. Os treinamentos são uma forma evidenciada de institucionalização, de parametrização da sensibilização e de como essas formas evoluem dentro do cotidiano das empresas.

O professor de uma das Universidades convidadas, no seminário +TIC, ele falou uma coisa muito interessante, ele disse, “Cara, os problemas de universidade, empresa, governo e tal, só existe pras pessoas que tem interesse, cara, porque se fosse Jesus, Madre Tereza de Calcutá, Gandhi, já tava tudo resolvido, né”, essa é a preocupação, você entender o cenário, a gente fala isso muito aqui, inclusive, anos, faz parte do treinamento que a gente dá para os funcionários, é essa questão de que você tem que entender o contexto... (E3)

No processo de sensibilização, formam-se ainda duas especificidades de acordo com os discursos dos entrevistados. A primeira delas está ligada à figura do presidente, em que os entrevistados salientam o desempenho de quem está à frente da CSTIC no desenrolar da articulação. Os discursos dos entrevistados também destacam o papel e a importância do Seminário +TICeará como facilitador daquele processo.

A primeira especificidade da sensibilização está na figura do presidente. As falas dos entrevistados evidenciam as ações e as habilidades imprescindíveis aos resultados relativos à sensibilização. Os entrevistados ressaltam que parte importante dessa se constitui através do líder do CSTIC. E1 e E6 citam a importância do líder para a elaboração das pautas de reuniões, de realizar os convites corretamente para “ter representantes que participem realmente da Câmara”.

*Então, falando especificamente da Câmara, ela tem um presidente, aí tem um vice, tem os cargos, secretário... bom, mas a **figura principal é o presidente**, né, que é eleito pela própria Câmara, tá, o mandado acho que são de dois anos e é, a, e esse presidente tem um suporte da ADECE, por exemplo, de Secretário, é, é de tá mandando e-mail, de tá organizando lista de, de emails, de tá organizando quem são os representantes de cada entidade, de tá, por exemplo, nessa, nessa **gestão**, ele tá muito, é, é, focado em realmente em ter os representantes, **ter representantes que participem realmente da Câmara**, não só no, no nome, né, então, assim, é, secretário da ADECE, perto da reunião, ele liga, ele manda email, mas, assim, o ligar, o, o telefone, ele faz diferença que, assim, ele vai, tipo, confirmando mesmo, né, e, é, então é muito, essa, num sei, mas essa participação das, das pessoas na, na Câmara,*

ela tá muito ligada a, as ações do presidente, né, de fazer essa, essa junção e as pautas que são apresentadas também... (E1)

Bom, uma das coisas seria em relação à Câmara mesmo é a questão da participação efetiva das pessoas, mas isso aí, eu acho que a presidência atual tá fazendo o papel. Mas, outra coisa... É porque vai muito da responsabilidade mesmo de cada um. Isso daí você não tem como... Mas, por exemplo, do ano passado pra cá já existe uma diferença com a, com a mudança que teve da presidência, já existe uma diferença de, de participação, de quórum nas reuniões, né. (E1)

Eu acho mais a questão da, da elaboração das reuniões mesmo, das, das pautas e da, dessa, dessaa, é, presença mais de perto na confirmação da, da participação, na confirmação do representante da, da instituição que vai tá lá, de acho que mais essa coisa... (E1)

A figura do líder é colocada por E3 como sendo responsável por ditar “o tom de como a coisa funciona”. Na fala, recorre-se à simbologia do “sindico”; que o líder deve ser escolhido, e que uma das premissas é escolher um líder não tenha “o tom de cumprir tabela”.

A presidência dita muito o tom de como a coisa funciona... Então, o objetivo do presidente é dar o tom, você não pode ter o tom, é, que não é bom, né, é o tom de cumprir tabela, né, pegar o sindico, o sindico, tem o sindico bom e tem um sindico ruim, então o sindico que tá lá, “Rapaz, beleza, eu pago as contas...”, “Então, vou fazer uma reunião mensal, vou fazer um documentozinho de proposição...”... É o papel, você vai passar o ano e... mas pode ter pouca coisa pra fazer, né. (E3)

Por exemplo, a personalização de E3 destaca a sua competência natural durante uma exposição de ideias e que leva a crer que determinadas habilidades são essenciais para a maneira de conduzir os atores na CSTIC. Ela remete a uma espécie de dualidade entre o que é substituível e o essencial. Essa dualidade situa a sensibilização como um processo que ocorre em dois planos, um mais abaixo que o outro. O termo “substituível” está ligado a tudo aquilo que é secundário ou menos importante no processo de sensibilização. Em outro exemplo, E3 diante da dificuldade da falta de hierarquia e protocolos ressalta a importância do papel de liderança através da necessidade de fazer convergir interesses que estão nesse patamar de organização.

*Eu acho que facilita muito quando a gente, eu, no meu caso, né, é, é, é, eu percebo isso quando eu tô falando, quando eu tô transmitindo uma ideia, quando eu tenho uma oportunidade do momento de representar a questão, né, de apresentar o que esteja sendo debatido, né, eu acho que ali é o, é o momento maior, é **obvio que você articular um evento, formatar documento, discutir tecnicamente um pleito é relevante, mas é mais substituível**, isso aí, né, ou seja, digamos assim, eu dei corpo e alma, por exemplo, no seminário, mas eu poderia ter colocado uma pessoa de eventos, por exemplo, pra fazer, ajudaria. (E3)*

*Então, assim, o **papel do, do, do presidente é articular isso, que não é fácil**, por exemplo, o seminário +TICeará, quem era o grupo de trabalho, tava eu, o presidente da Câmara, aí você tem o secretário da CITINOVA, da prefeitura, você tem dois secretários da Ciência de Tecnologia, tem o secretário de Desenvolvimento Econômico, não é, é um pessoal, aqui na Empresa, embora a gente tenha um modelo de gestão muito peculiar, você já percebeu, até pela, não tem nenhuma porta até a minha mesa e tal, mas é a minha empresa, assim, sou o diretor, tem o gerente, “Rapaz, tem que fazer isso aqui”, então, “É, vamos lá”, **mas você tá lidando com secretários, não tenho nenhuma relação hierárquica com eles, nem entres eles, eles não tem relação hierárquica alguma, são autônomos, né...** (E3)*

Como forma de reunir os diversos interessados e clientes do cenário de TIC cearense, o Seminário +TICeará se constituiu como a segunda forma específica de sensibilização. O Seminário, de acordo com os entrevistados, foi um momento muito importante na composição do relatório final, mas também no aprendizado relativo à atuação da sensibilização.

Já analisado, o começo da articulação está na necessidade de convergir pessoas com o mesmo objetivo. O Seminário se mostrou importante desde que foi concebido. Para eles, com mais pessoas, mais se poderia contribuir para a elaboração do relatório final. Esse discurso coaduna com a metáfora do “estofó” citado por E3 anteriormente, em que o envolvimento da sociedade civil, da “sociedade comum”, daria um “peso” ao documento final propositivo. Portanto, no entendimento de E3, era necessário “que o debate sobre TI fosse além dessas pessoas” já articuladas até o momento.

*...a gente descobriu o seguinte, que os vinte e poucos membros da Câmara, são vinte e poucas Instituições que são muito representativas, apesar disso elas não representam, é, obviamente, tudo, claro, então **a gente decidiu que precisava chegar no final do ano e dizer assim, “Olha, pra 2016 as coisas mais importantes que a gente que são relevantes de serem tocadas são essas aqui.”**, pra gente fazer isso, a, a gente já tem uma ideia dentro, dos membros da Câmara, né, **mas a gente precisava***

falar com mais gente, com a sociedade, então nós articulamos, né, que foi o seminário +TIC. (E3)

Ou seja, qual o papel propositivo, é assim, “Rapaz, eu acho, por mim, a gente devia fazer isso aqui”, ao invés, a gente já tem, a gente já tinha um documento de proposições do ano passado elaborado na gestão anterior, né, mas o que a gente imaginou foi que esse ano, foi assim, “Cara, esse documento vai ter muito mais peso se chamar a sociedade pra participar, né, se fizer um seminário, se envolver a sociedade civil, a sociedade comum”, né, então esse foi o trabalho. (E3)

*Ou seja, as pessoas tem que saber o que é a Câmara de TI, tá, tem que entender que a Câmara, ela é um negócio importante e mais pessoas tem que falar de TI, então, por isso que agente fica levando gente relevante pra dentro da Câmara, as agências, agora tem o pessoal do Canadá, tá com duas semanas uma missão Canadense, tá conhecendo a ADECE, entender o setor de TI do Ceará, e **que o debate sobre TI fosse além dessas pessoas**, daí foi a ideia do seminário e a Câmara tem um papel propositivo. (E3)*

Tendo o Seminário como um sucesso momentâneo no que tange à missão da Câmara, o entrevistado E1 ressalta a metáfora do “movimento”, que os esforços a partir de então seriam os de “tá transformando isso num movimento”, “fazer esse movimento realmente acontecer, porque é através dele, essa articulação tende a melhorar”. A metáfora do “movimento” converge para o mesmo núcleo de sentido de “fazer as coisas mais aceleradas” (E3) e coaduna com o discurso de que o Seminário marcou a presença da nova gestão da CSTIC com “ciclos novos” (E3), ou uma “revolução das demandas” (E6), que providenciou “uma mudança de como as coisas vêm sendo articuladas” (E1), sendo fonte de entusiasmo, de esperança, que “todo mundo ia ver que vale a pena dedicar tempo para essa contribuição pro setor” (E6). O entusiasmo advém dos resultados desse encontro, que são as proposições que irão para o governo; esses resultados fazem, segundo E6, a Câmara ter credibilidade e crescer.

*Mas realmente, a questão do, do seminário, até por ela tá muito recente, por ter sido muito, ter tido uma, uma participação muito grande, tanto de empresa, quanto de universidade, quanto de governo, é, a SECITECE tava bem a frente desse, desse seminário, é, acho que até agora foi a, a, tá sendo **a principal ação concreta** e até a ideia **de tá transformando isso num movimento** e não num seminário estático, que aconteceu o seminário e acabou... (E1)*

Eu acho que o ponto fundamental agora é fazer esse movimento realmente acontecer, esse MAIS TI CEARÁ, tá, porque é através dele, essa articulação tende a melhorar, mas como ele é muito recente, eu num tenho muito ainda... (E1)

O que a gente tem discutido nos seminários é que não é que não esteja acontecendo nada, mas são coisas muito pontuais e muito lentas, então a gente tem que fazer algumas coisas mais aceleradas, né, mas eu acho que isso é um eterno trabalho. (E3)

*Eu tenho muita esperança que ele seja um marco, né... **uma mudança de como as coisas vêm sendo articuladas**, né, mudança nessa própria articulação. Mas, por enquanto, tá só como **esperança**. (sobre o movimento) (E1)*

*...então não tem muito o que falar do como, do como vai ser, entendeu, mas eu só tenho que falar do sentimento de esperança que muita gente ficou, de que a, agora aconteça, quando eu to te falando que virou um movimento, é, aaa, é, essa é a ideia que tá na cabeça de muitas das pessoas que participaram disso, **a gente tá com a esperança** que esse movimento aconteça, mas eu ainda não posso te falar dele, porque não tem nenhum mês dessa última reunião, então... (E1)*

*Com a mudança desse ano, eu acho que a gente... cada, toda mudança, ela exige os **ciclos novos**, né, então eu acho que a gente ter conseguido realizar o seminário +TIC, **me deixou de certa maneira animado**, tá, é, **que as coisas podem acontecer**. (E3)*

*Eu acho que o grande... bom, a, a principal ação era, era ter **revolução das demandas** que saem de lá da Câmara Setorial, que **ai todo mundo ia ver que vale a pena dedicar tempo para essa contribuição pro setor**. Então, eu acho que esse seria... é o grande fomentador da manutenção de uma iniciativa como essa. (E6)*

*Com isso, os **participantes**, eles vendo que **aquele realmente é um local, onde, logicamente, depois de muita discussão, depois de um informe bem aberto e colocando os diversos setores da sociedade, se consegue ter resultados, naturalmente a Câmara cresce**. (E6)*

Os ganhos no processo de sensibilização também são descritos pelos entrevistados, quando invocam as metáforas “abraçar” (E1) e “comprar” (E2) em relação às ideias que estiveram contidas no seminário +TI Ceará. O que preconiza os ganhos são os resultados de

se conseguir realizar algo, no caso, o Seminário +TICeará, e são os ganhos da presença efetiva junto com as discussões e manifestações de ideias.

*Mas, é, eu acredito que, a SECITECE, **ela abraçou o, a ideia** do seminário, a ideia do movimento, a SDE, por exemplo, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, também, participou da organização, né, a SECITECE, a CITINOVA, que é a, como se fosse a Secretaria de Ciência e Tecnologia da prefeitura, né, eles todos tavam na apresentação do seminário e do movimento, certo, é, a Câmara, acho que ela tem muito esse papel de desencadear essa, esse movimento e buscar essas outras entidades que podem realmente efetivar ações, que o façam, você tá entendendo. (E1)*

*Esse agora, recentemente, teve um ápice que ficou, que eu considero como um dos pontos mais fortes da Câmara Setorial, foi agora em 2015, um seminário + TI Ceará. Foi um momento onde nós conseguimos reunir para, para discussão, vários profissionais da área de tecnologia, não só profissionais da área de tecnologia, mas também empresários. Ou seja, por que as empresas não comprem TI do, né, tecnologia do próprio Estado do Ceará, por que trazem de fora. E aí, nós fomos levantando essas informações, né. Foi riquíssimo esse seminário. Foi até montado pelo nosso colega, né. Foi idealizado por esse nosso colega, eu apoiei porque eu sou muito ligado à Câmara Setorial. Então, aí, foi um... Aí foi um consenso, foi um trabalho muito bem elaborado e teve forte envolvimento de dois secretários, né. Então, foi, envolveu esses entes de maneira, de maneira bem, ou seja, **eles realmente compraram a ideia** e com isso teve um grande sucesso, esse cenário. (E2)*

*Então, foi a partir do que, foi a partir de, de, nós fizemos uma reunião com o professor fulano na própria FUNCAP, aí já gerou a apresentação do professor dentro da Câmara Setorial, isso aí gerou uma enorme discussão, e aí todos solicitaram, e aí ele achou uma ótima ideia, **comprou a ideia**. Então, de uma pessoa que já era bem afastado da Câmara Setorial, já tá, temos uma pessoa que tá conosco, até colaborando, o que, através dos editais, que são lançados pela própria FUNCAP. (E2)*

Os discursos advindos do entrevistado E3 apontam pontos limitantes ao processo de sensibilização. As limitações formam uma grande problematização, convergem para o que se chamou na abertura desse subtema como o *continuum* da negociação. Esse é constituído por um ciclo ininterrupto de esforço para o equilíbrio dos interesses na mediação. Por exemplo, na fala de E3, “Você na hora que melhora um setor, uma área no ecossistema, não necessariamente você melhora pra todo mundo”, infere-se que há uma grande possibilidade

de tomar alguma proposição que incida mais sobre uma área em relação à outra; a própria forma de solucionar esse caso seria a maneira de construir no outro a compreensão da priorização que se deu na deliberação. Contudo, embora o diálogo sempre esteja presente, “nunca tem tudo”. Uma forma de atuar para que se evite o desequilíbrio na mediação está quando “o que você trabalha, é, aquilo que é comum”, ou seja, buscar o interesse ou um conjunto de interesses que repercuta pelo menos no maior número de interessados, o que, por um lado, incrementa o processo de sensibilização, especialmente a figura do mediador, e, por outro, minimiza a atuação da sensibilização pela priorização, sobreposição ou encurtamento das propostas atendidas. Outro exemplo está quando, “na hora do ‘vamos ver’, cada um tem uma, tem uma defesa”, que significa um bloqueio no momento da deliberação.

*Então, assim, não tem, não tem nada fácil não, porque você tá lidando com, com entidades que têm interesses aparentemente semelhantes, **mas na hora do “vamos ver”, cada um tem uma, tem uma defesa, né, tem uma defesa, né, então...** (E3)*

*É, mas a questão é o seguinte, vamos lá, a Câmara Setorial, ela não envolve só empresas, né, ela envolve vários atores, né, as estruturas empresariais, você tem a associação das empresas, que é a ASSESPRO, tem o sindicato das empresas de T.I, que é o SEITAC, aí você tem empresas, que é no, no, Instituto TITAN, que é um Instituto que nasceu da ASSESPRO, entidade que tem hoje 13 associadas, tá, o ITIC é uma entidade SOFTEX, né, que tem seus agentes também, tem empresa, mas é mais incubada, né, tem empresas associadas, né, não há nenhuma associação que é, é, todo mundo aqui, a ASSESPRO, quase 100 empresas, né, elas não têm, ASSESPRO-CEARÁ, né, não tem, no Brasil 2800, quer dizer, não tem, não há nenhum local que você vá ter todo mundo com mesmos interesses, né, isso não faz sentido, tá, **o que você trabalha, é, aquilo que é comum, não no que é diferente, né, ou seja, o que é que todo mundo precisa, né.** (E3)*

***Você na hora que melhora um setor, uma área no ecossistema, não necessariamente você melhora pra todo mundo,** então você tem que encontrar uma maneira de, “O que é que a gente tá querendo?”, “Eu tô querendo... preciso de mais pesquisadores na área de TI”, por exemplo, é uma área, é uma linha relevante, né, mas quando eu falo isso, as vezes o pessoal das Universidade locais, eles, “Não, mas a gente tem pesquisador!”, então tu tem que mostrar que não tem, os pesquisadores que tem, mal dão pra suprir o corpo docente das Universidades, então se eu não tiver doutor nas empresas, pesquisadores, como é que eu vou conseguir inovar de verdade, né, mas isso aí é uma negociação. (E3)*

Então, todo mundo precisa de mais inovação, num é, todo mundo precisa de mais mercado, né, todo mundo precisa de mais pessoas, isso aqui normalmente é, é, é necessário, né, as pessoas precisam de mais formação ou melhor formação, né, então ações nesse sentido, aqui, elas, elas são transversais, né, aí obviamente você tem empresas de, de, de hardware, que aí de repente a gente também tem que dar apoio, quando era ASSESPRO, mas na Câmara a gente discute, questão de legislação fiscal, as vezes tem uma lei de ICMS que vem pra baldear o coreto aqui da galera, mas, assim, não é, não há uma, uma, não existe, é, você dizer o seguinte “Vamo juntar todo mundo pra fazer...”, não, você tem representantes, né, presidentes aqui, presidentes aqui, presidentes aqui, com quem você articula, né, que tem cadeira, então a gente dialoga sempre, tá, mas nunca tem tudo. (E3)

4.4 TEMA 3 – FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E DOS INDIVÍDUOS COMO MEIOS DE CONTROLE

Esse tema trata das práticas recorrentes que parametrizam, protocolam e, por consequência, se institucionalizam como facilitadoras da cooperação em rede. Num primeiro ponto, os entrevistados idealizam como seria a organização do espaço da Câmara Setorial, isto é, os aspectos em relação aos componentes ligados em rede, ou, ainda, as características de espaço que poderiam estar contidas ou que influenciam a atuação da CSTIC. Em outro ponto, os entrevistados evidenciaram como a conscientização leva à compreensão do setor de TIC, quer dizer, apesar das características do ideário ligado ao espaço da CSTIC, o que eles poderiam fazer por si mesmos ou que influenciam no trabalho em rede.

Os dois subtemas retratam como os atores compreendem a estrutura de cooperação de TIC ou como concebem a estrutura de cooperação para então oficializar através da construção da CSTIC. Os dois subtemas são: (1) o processo de estruturação da CSTIC e o (2) processo de conscientização individual.

4.4.1 Subtema Processo de Estruturação da CSTIC

É a orientação que eles têm, segundo sua compreensão do setor de TIC, que seria ideal como local ou estrutura de colaboração. É o “‘q’ de utopia”, que será explorado adiante na fala de E3.

O processo de estruturação da CSTIC começa com a concepção do espaço contemporâneo do setor de TIC. Os entrevistados de certa forma mapeiam as unidades organizacionais do setor a fim de se situarem no trabalho em conjunto. Após esse

mapeamento, o que há é uma construção, a partir do conhecimento de cada um, de um ideário que estruturaria e tornaria a cooperação no setor de TIC mais favorável ao desenvolvimento do setor como um todo.

Para clarificar esse subtema está presente no discurso de E6 o núcleo de sentido que descreve alguns pontos essenciais no trabalho de cooperação: “Vai muito do quanto aquele setor tá ou não organizado, e aí são as reuniões setoriais, das entidades de classe, o alinhamento entre a gestão da Câmara e a gestão dessas entidades”. A figura do presidente faz parte direta do alinhamento entre a gestão da Câmara e a gestão das entidades próximas, contudo depende de certa isomorfia, dos protocolos existentes nas entidades componentes da rede, que configuram o todo num espaço organizado ou não. É nesse processo evolutivo da estrutura, assim como na forma de atuação da sensibilização, que “existe uma sinergia”.

*Então, eu acho que esse seria... é o grande fomentador da manutenção de uma iniciativa como essa. Fora isso, é, vai muito do quanto aquele setor tá ou não organizado, e aí são as reuniões setoriais, das entidades de classe, o alinhamento entre a gestão da Câmara e a gestão dessas entidades, isso ocorre muito, o Fulano aqui era o presidente da Associação, então **existe uma sinergia** muito grande entre essas pessoas e elas conversam. (E6)*

Outro ponto que facilita o entendimento do tema está na fala de E3: “o setor de TI, ele tem vários, tem vários níveis de organização”, em que cada um desses níveis e componentes compõem a existência em rede do setor. A concepção dessa estrutura ainda é melhor compreendida na fala de E6, em que “a gente acha que é um ambiente diferenciado exatamente por reunir todos esses atores... ser um local que estaria habilitado a levar proposições de melhorias”, o que evidencia a importância da construção de um ambiente em que se possa convergir todo o trabalho de cada um desses níveis.

*O Setor, pra adiantar aí a pauta, o **setor de TI, ele tem vários, tem vários níveis de organização** nos termos de, dos empresários, dos empreendedores, ou do setor de uma forma mais ampla, né. Existe uma estrutura que é o sindicato patronal, né, um nome meio careta, mas, é como é chamado, né, o sindicato ele tem obrigações muito claras pelos estudantes trabalhistas, né, ou seja, você tem um sindicato laboral que é o SINDPD, que é o sindicato dos profissionais de TI, os profissionais de TI são do SINDIPD e, as empresas de TI, são SEITAC, que é o sindicato de das empresas de tecnologia, automação comercial, etc., etc. Um dos objetivos aqui são, é definir convenções coletivas, são questões trabalhistas, né, todo ano tem convenção, qual vai*

ser o reajuste, qual vai ser o piso salarial do profissional de TI, são obrigações, vamos dizer assim, mais convencionais, né. (E3)

Eu não sei se primeiro ou se segundo presidente da Câmara Setorial foi um dos sócios de uma Empresa próxima nossa, eu não lembro agora, então a gente já tem proximidade com a Câmara há muito tempo. Eu mesmo que tenho empresa já participei da gestão anterior, é, e a gente acha que é um ambiente diferenciado exatamente por reunir todos esses atores, academia, governo, instituições e, em tese, ser um local que estaria habilitado a levar proposições de melhorias para instituições, é, como os governos estaduais e municipais que gostariam de ouvir isso da sociedade pra implementar melhoras no setor. (E6)

Diante da concepção desse espaço, infere-se, a partir das falas de E6 e E7, que as entidades governamentais têm papel importante na construção do mesmo. E7 se utilizando da metáfora do “solo” para indicar o cenário ao qual está submetido, adjetiva e responsabiliza a equipe governamental por montar uma “ambiência” inapta para os negócios de TIC. Convergentemente, E6 aponta que deveria “haver espaço do ponto de vista do, dos governos pra que as demandas que a Câmara Setorial coloca sejam implementadas”. Coadunando com a metáfora biológica, não há como “germinar” no espaço mantido pelas entidades governamentais. Portanto, nesses dois casos, o papel das entidades governamentais seria o de contribuir, enriquecendo o pavimento para o crescimento das empresas. Como exemplo, E6 cita a condição de “criar um polo de tecnologia”; e relembra que “a Prefeitura de Fortaleza, ela fez um estudo e implementou algumas medidas”, “essa foi alguma das demandas que foram levadas e foram parcialmente atendidas”. Em outro exemplo, E2 analisa que as compras governamentais são realizadas de forma distante do que a Câmara defende ou de maneira desarticulada dos propósitos para os quais foi construída.

Realmente, haver espaço do ponto de vista do, dos governos pra que as demandas que a Câmara Setorial coloca sejam implementadas, eu acho que isso é a grande evolução que se tem. (E6)

O, o, o problema dos Institutos, no caso do País, nesse caso aqui, é ambiência, é o solo que não é fértil, nós tamos num solo bastante infértil, onde o Estado atrapalha em vez de ajudar. O Estado é burocrático, cria-se burocracia, há desvios de condutas e isso tem consequências muito tristes. (E7)

Exemplo, é... o Estado compra TI mais serviços de conservação e zeladoria... por exemplo, vai, vai comprar, vai querer o programador, mas, em vez de contratar de uma empresa de desenvolvimento, não, contrata por licitação, o que é mais barato e geralmente quem ganha essa licitação é quem faz, quem vende exatamente serviço de limpeza. Então, é uma coisa que não, não tá coerente com a Câmara. Então, a Câmara diz, “Não, não pode, se é isso que nós fomentamos, é isso que nós apoiamos”, até os empresários lá na Câmara. (E2)

Por fim, de acordo com E3, para facilitar o canal de comunicação junto às entidades governamentais, em determinado Estado “houve a indução muito mais de alguém com o governo pra fazer aquilo acontecer”; logo, é possível perceber o quanto é importante a figura do presidente ou a figura de uma pessoa ou entidade que seja um elo-chave para a construção e manutenção da articulação.

*Nós tivemos alguns problemas, que é o seguinte, você tem alguns cenários interessantes no País, você tem áreas em que setor não tá bem articulado, mas o governo resolve induzir TI, tá. Um caso muito concreto em minha visão é Pernambuco, que quando nasceu o Porto Digital, não havia grande articulação, mas houve alguém, um Professor, da Universidade Federal de Pernambuco, é, que chamaram atenção daquele governo, e hoje, obviamente, a história de trás pra frente, o setor se organizou, mas **houve indução muito mais de alguém com o governo pra fazer aquilo acontecer.** (E3)*

De acordo com as entrevistas, as regras, o estatuto, as “cartas”, compõem essa estrutura colaborativa. Introduce-se essa questão com o exemplo de E5 sobre os parques tecnológicos, onde “que num seja um negócio complicado demais, né, mas também que não seja um negócio fajuto, que qualquer pessoa entre, tá entendendo, ou seja, gente mal intencionada”. E7 resume dessa forma: “você não pode entrar no jogo sem saber quais são as regras”. O que se tem é uma questão protocolar, onde os núcleos de sentido convergem para a parametrização do cotidiano que visam conduzir os sujeitos diante da necessidade de cooperar. Por sua vez, a questão protocolar recorre às regras do jogo, onde, por exemplo, sobre uma Câmara de setores, “elas, sim, são reguladas, através de seu estatuto de fundação”, ou, sobre os parques tecnológicos, “para entrar, o que é necessário, isso, isso, isso, isso, tá entendendo, colocar as regras”.

*Tinha, eu não, eu não entrava muito nessa seara, tá entendendo, mas se tiver um parque tecnológico que a gente possa realmente agregar, e **que num seja um negócio complicado demais, né, mas também que não seja um negócio fajuto, que qualquer um entre, tá entendendo, ou seja, gente mal intencionada, mas que seja realmente um negócio que você consiga fazer, é fantástico! Por conta disso, desse associativismo que você vai ter, tá entendendo, então eu acho isso aí fantástico.** (E5)*

***Você não pode entrar no jogo sem saber quais são as regras. Então, você fica que nem aquele jogo lá das cartas com a rainha louca, né, você chuta a bola pra rainha, ela diz, “Encoste a cabeça!”, você chuta pra fora, “Encoste a cabeça!”, quer dizer, se você entra no jogo sem saber a regra do jogo, você perde a cabeça.** (E7)*

*Olha, um Instituto, uma associação como o TITAN, um Instituto como o ITIC, certo, **uma Câmara de setores, elas, sim, são reguladas, através de seu estatuto de fundação, o que pode e o que não pode tá tudo escrito no estatuto. Então, é necessária esta regulamentação para que nós saibamos quais são as regras do jogo.** (E7)*

*Agora, pra entrar, **o que é necessário, isso, isso, isso, isso, tá entendendo, colocar as regras.** (sobre os parques tecnológicos) (E5)*

A organização do ambiente de cooperação no setor de TIC também acontece dependendo das competências de cada componente. Assim como na formação nos grupos de trabalho, os termos recorrentes são “conhecimento”, “propriedades”, o que evidencia que a organização da cooperação advém de certas prerrogativas de cada ator. Diante das demandas de produtos e serviços a que as empresas estão submetidas, a conformação do trabalho em grupo é uma constante praticada por quem deseja atender aquelas, como aponta E4: “atualmente, a, o conhecimento, ninguém detém um conhecimento total” e “cada um mostra a competência em uma determinada, determinada parte do projeto”. Como ilustração, toma-se E2: “nós criamos cursos, por isso que nós participamos de Câmaras Setoriais, de Fóruns Setoriais, de Arranjos produtivos”. Por fim, a questão que fecha com a lógica de análise, está quando se diz que “o conhecimento é muito partilhado” (E4), o que significa dizer que todos os participantes, quando compartilham seus conhecimentos e resultados confirmam mais ainda seus elos, firmam cada vez mais os “nós”. Assim, a fala de entusiasmo “o legal é o compartilhamento”, indica que esse tipo de trabalho os fortalece ainda mais e retroalimenta o sentimento de união.

Porque, atualmente, a, o conhecimento, ninguém detém um conhecimento total, o conhecimento é muito compartilhado. Até mesmo dentro dum determinado desenvolvimento de software, você tem a parte do, do conhecedor do, do, do, de uma determinada linguagem, o conhecedor de uma área de design para fazer uma apresentação, então tem que ter vários profissionais, é, de uma maneira, é, trabalhando em conjunto para poder se chegar a um produto final, né, com um produto final e de qualidade. (E4)

*Sim, sim, isso aí, isso aí, cada um desses projetos, né, é, quando a gente convida uns parceiros pra trabalhar com, com, na, naquele projeto, a gente define, ou seja, não é que define, mas com a conversa **cada um mostra a competência em uma determinada, determinada parte do projeto**, né... (E4)*

*Então, isso aí é feito dessa maneira, por exemplo, eu tenho uma parceria com a Universidade e lá na Universidade, ele tem professores que são bons na área de comunicação, então eles vão desenvolver a parte de comunicação e a gente desenvolve a parte de hardware, por exemplo, a parte de software, tá, e no final, e no final, é, e além disso, claro, tem o gerente de projeto, o gerente de projeto vai acompanhando o desenvolvimento de cada uma dessas partes, e no final **tem, então, as propriedades de cada um dos parceiros**, né, quando chegar num produto, então cada um tem a sua parte. (E4)*

*Se, de repente, você tá numa reunião lá, “Rapaz, vamo fazer isso, porque beneficia a minha, sua e a outra empresa”, aí você diz, “Porra, tem alguma coisa errada aqui!”, mas a partir do momento que você vê isso, “Por que, isso?”, “Por que aquilo?”, “Por que não assim?”, “Ah, por isso, por isso”, aí você começa a escutar e vê, a gente compartilha, cara, **legal é o compartilhamento**. (E5)*

Os 3 subsistemas anteriormente citados (Sistema ASSESPRO-SEITAC; Sistema da entidade TITAN; Sistema CSTIC) convergem “pra que não haja competição”, ou seja, eles foram concebidos no intuito de diminuir a distância entre os diversos atores que querem agir em conjunto. A construção de uma estrutura de subsistema que amenize a competição é um facilitador para a evolução do trabalho cooperativo. Nesse contexto, existe também a atividade deliberada por partes das empresas individuais de delegar para esses sistemas a responsabilidade da tomada de decisões. A participação de cada um é garantida através dos subsistemas, donde se pode inferir a descoberta de uma espécie de empoderamento coletivo. Por sua vez, a estrutura em subsistemas é capaz de manter toda a força dos elos e dos

resultados desse trabalho em cooperação, através da orientação que se tem ao trabalho cooperativo. Essa orientação está quando, por exemplo, E2 fala sobre a FECOMÉRCIO: “Ela apoia toda a questão sindical e dos empresários”; donde se pode inferir que existe um comprometimento em sintonia, concomitante, tanto nos subsistemas, quanto nos atores em sua individualidade.

*Aquí no Ceará, esses dois instrumentos eles trabalham juntos, a gente chama que é o Sistema ASSESPRO-SEITAC, por uma razão simples, a gente não tem 1 milhão de empresas, né, então quando um cara paga um valor de associação mensal é que automaticamente está associado aos dois, **pra que não haja competição**, “Ah, tá associado a SEITAC e não tá a Assespro!”, então ele tem tudo junto. (E3)*

*O setor de TI do Ceará, é um setor que eu considero bem organizado, bem alinhado nessa visão mais corporativa e não individual, então as demandas são muito bem discutidas dentro das entidades de classe e o trabalho sempre é feito através dessa representatividade. As **empresas individualmente, elas delegam essa missão para a sua entidade classe... é, e participam das discussões da entidade de classe pra construir um consenso do setor.** (E6)*

***Ela apoia toda a questão sindical e dos empresários** (Sobre a Fecomércio). Então, todas as solicitações dos empresários, nosso Presidente já nos orientou. Por exemplo, ele é extremamente favorável ao, o que, à criação de um Parque Tecnológico. Mas, de um Parque Tecnológico que formente o crescimento de uma determinada região, ou seja, uma região que pode estar, por exemplo, pode ser aproveitado isso aí... (E2)*

Pelo detalhamento das falas, essa orientação do trabalho, a partir das propriedades de cada componente dentro dos sistemas de cooperação do setor, pode acontecer de dentro para fora e vice-versa, podendo ser interpretado como uma espécie de movimento, deliberado contingencialmente. É importante ater-se à fala de E1, quando “a Câmara decidiu que essa ação será feita dentro da UECE, não é uma ação da Câmara, mas é uma ação que surgiu a partir da Câmara” e, por consequência, “eu tô tentando fazer uma aproximação da, da Universidade com as Empresas”. Um outro caso está na fala de E2 onde se percebe a delegação da responsabilidade da tomada de decisão, nesse caso, a decisão de definir o papel daquela perante todos os outros. Mais uma vez é o ambiente CSTIC que proporciona construir e manter a ambiência/estrutura ampla da cooperação em rede. Além disso, diante das

entrevistas, também é possível inferir que o mercado, com sua imprevisibilidade, também orienta a estruturação da cooperação. A indicação de que o cenário é modificado a partir do crescimento do setor, isto é, a partir da contagem do crescimento das empresas, da existência de profissionais no setor, evidencia que o sistema e os subsistemas também se adequam a esse tipo de contingência. Pode-se invocar aqui a adaptabilidade do sistema de acordo com a imprevisibilidade da rotina de mercado. Em outra instância, de acordo com E2, o mercado também atua como um cenário-mestre, onde as demandas (ou os problemas de mercado) que surgem dele, por exemplo a má formação de profissionais, convergem como demanda para a construção do espaço de cooperação para a solução da mesma, que seria, nesse exemplo, um conjunto de ações visando à diminuição da distância Universidade-Empresa. Portanto, o “mercado” é um dos pilares para o extenso processo de articulação.

Por exemplo, agora atualmente como coordenadora do curso, eu tô tentando fazer uma aproximação da, da Universidade com as Empresas, tá, existe esse gap muito grande, né, as empresas reclamam de a, a mão-de-obra qualificada, a deficiência em relação à relação da mão-de-obra qualificada e a... porque os alunos continuam também por outro lado reclamam que é distante, que acham que o que estão estudando não tem nada a ver com a empresa, com o mercado, então tô tentando fazer essa aproximação e a participação na Câmara me facilita, porque, é, empresas que eu tô visitando, que eu tô conversando, já os representantes, já estão na Câmara ou já estiveram, tá, então, ela tem esse, mas assim, como eu tô falando, não é uma ação da Câmara, a Câmara decidiu que essa ação será feita dentro dessa Universidade, não é uma ação da Câmara, mas é uma ação que surgiu a partir da Câmara, entre, é, entre entes que fazem parte da Câmara. (E1)

Aí, o interesse dela é, é contribuir. Contribuir de que forma, no caso, com o braço, que é essa Instituição, ele colocou nessa Câmara Setorial, com formação profissional. Então, é exatamente estar lá, verificar todo o cenário, ou seja, o que quer que as empresas estão crescendo, para que lado o cenário está sendo direcionado, ou seja, como as empresas estão crescendo, que tipo de profissionais essas empresas, pois lá também tem muito, muito grande por qualificação profissional. (E2)

No ideário dos entrevistados, há algumas necessidades que baseiam a atuação do governo ou mesmo dos outros componentes quando da construção dessa ambiência; isto é, para o governo atuar corretamente ou para que o ideal de estrutura seja construída de uma

forma correta, há algumas propriedades que devem ser cumpridas. Portanto, há ainda orientações que embasam o ideal da estruturação da cooperação no setor.

A primeira orientação para a atuação dos componentes, é que a presença do governo e seus incentivos seja uma prática consciente voltada à ética e ao cumprimento da missão maior, que é a de desenvolver o setor como um todo: “tem que ser pra todo mundo”.

*Aí é o, é o que, que eu te disse, que, que você falou agora com essa última pergunta, a penúltima, né, que você fez, no caso dos parques tecnológicos, eu acho que o **governo tem que fazer isso, se o governo incentivar**, agora, pra todo mundo, não só pra empresa a, x, ou b, não, tá entendendo, **tem que ser pra todo mundo**. (fala sobre pontos de melhoria da Câmara Setorial) (E5)*

Já em relação às políticas, o entrevistado E3 sugere que essas devem ser “simples” e “claras”. Esses dois núcleos de sentido combinam-se e orientam a atuação dos componentes que irão construir a estrutural ideal para a cooperação. Dessa forma, com políticas que os componentes podem se vincular mais facilmente, a manutenção das práticas colaborativas se dará da melhor forma possível, inclusive a estruturação de um local de cooperação apropriado.

*Enfim, a gente aqui, o que a gente discute, nós, o setor, né, que quanto mais iniciativas, melhor, mas eu acho que **tem que ter iniciativas simples**, né, ou seja, se eu instalar aqui, eu tenho uma, uma, um incentivo, se eu instalar aqui, eu tenho outro incentivo, e a gente articula, que deveria ter um incentivo para Fortaleza, ou seja, uma área pobre, porque você tem empresa, que tem 41 anos, tem um prédio, tem 500 pessoas trabalhando no prédio, ela não vai se movimentar pra lugar nenhum, por outro lado, tem 41 anos que emprega aqui no Ceará, então dou aqui o exemplo deles pra dar uma ideia. Eu, não sou uma empresa antiga, o meu pessoal trabalha muito mais em clientes... aqui em Fortaleza eu tenho 170 pessoas, se eu for montar uma estrutura, que eu vou ter que levar todo mundo pra uma área pobre, é complicado, tá entendendo. (E3)*

*Toda vez que a gente discute, nós, o setor, propusemos, propomos, é que haja um incentivo para o setor de TI e haja incentivos maiores nos lugares “parque”, tá, então, assim, essa é uma das coisas que a gente coloca na Câmara como sugestão, nesse documento para o governador, é que exista uma, **uma política mais clara**, isso aqui é confuso, tá... (E3)*

Ainda sobre as políticas, E3 evidencia que além da lei ser complexa, existe uma possível questão relacionada à barganha, que é a de “você tem que dar uma contrapartida” para que as pessoas possam se instalar no local que a política pública preparou para eles. As contrapartidas são algumas medidas que dariam “estofamento” à política pública, atraindo ainda mais os interessados. E6 cita que “tem um conjunto de medidas, é, que são necessárias pra esses polos virarem realidade”, ou, até, “teria que ter um guarda-chuva pra pensar essas coisas” (E3), ou, ainda, “você tem um incentivo tal que seja, um programa” (E3), constituindo no que seria o ideal da “decisão política de bancar a criação do polo e a sua manutenção” (E6). Em um outro ponto, diante dos problemas da “morosidade” e da possibilidade do “esquece, apaga e começa de novo”, a conduta deveria ser a de “decidir definitivamente o que deve ser feito” e de fazer permanecer as proposições e as decisões. Em resumo, uma política adequada para a estruturação da cooperação do setor, que tenha adesão, seria a que se constituísse num “mecanismo de atração de empresa”, em que a metáfora do “guarda-chuva” (E3) é utilizada para ilustrar o atendimento do maior número de interesses possíveis, um programa, e o que decidiria os resultados desse programa é a de construí-lo mais próximo da realidade que o setor enfrenta, bem como um programa que fosse conciso, preciso, de rápida e contínua aplicação.

*Que que aconteceu, isso vem sendo falado há muito tempo, então vamo lá, o Instituto TITAN, que é esse dos empresários, ele vinha há bastante tempo querendo construir um parque tecnológico no Eusébio, isso aqui é uma ação. Meta da antiga Prefeitura, houve um, que foi esse trabalho que se construiu, que era a lei do pólo tecnológico de Fortaleza, que que era a ideia do pólo tecnológico, você criaria, o polo seria a cidade, você teria as áreas-parque, que seriam áreas incentivadas, exemplo, o Centro, tem lá no Centro, tem uma área perto da Francisco Sá, e as Universidades, e as Faculdades que se submetessem ao projeto. Então, por exemplo, aqui Fa7, é, Fanor, isso aqui tem desde quando, 2006, 2008, nunca ninguém ouviu falar disso, esse são um dos problemas, ou seja, **a lei é complexa**, não basta você se instalar na região, se instala, **você tem que dar uma contrapartida**, um, um, bolsistas, que não são qualquer bolsistas, estagiário, tem sido um programa da Prefeitura, com a lei é complicado, **quando você tem uma lei complicada, é difícil de explicar, é difícil de aderir, e teve outros problemas, infelizmente, o Centro, a Francisco Sá, não são, é complicado conseguir imóvel, é complicado a segurança, é complicada uma série de questões**, então não houve uma grande adesão... (E3)*

...essa lei agora evoluiu pra uma lei chamada “ParTecFor”, foi lançada na FIEC, esse ano, basicamente uma evolução, ela simplifica as contrapartidas, tá, ela

*simplifica as contrapartidas, esse foi o lançamento que o Robson fez esse ano, além disso, você tem, na Praia do Futuro, na Praia do Futuro, aqui (desenhando), Fortaleza tem um negócio sensacional, que é aqui que chegam os cabos de fibra ótica que conectam a gente pro Brasil todo, além disso, se instalou aqui uma Empresa angolana, que vai puxar um cabo pra conectar a gente diretamente com a África, aqui, esse terreno aqui, ele é um terreno da Prefeitura, então foi dado um terreno pra cá, com, **com uma contrapartida de ser construído um parque tecnológico ali pra albergar**, é, empresas que queiram ir pra lá. Então, essa aqui é uma outra iniciativa de parque... parque da Praia do Futuro, tá sendo falado... (E3)*

*É, eu, o ponto fraco é a demora. Ou seja, como eu te disse, desde 2008, 2009 que a gente vem, essas mesmas discussões, ou seja, é, política de financiamento, né, é subsídio às empresas de tecnologia, aproximação da Universidade-Empresa, é, o Estado tomar decisões, né, nesse sentido, ou seja, **decidir definitivamente o que deve ser feito**. Ele fez, o Estado fez muita coisa esse ano. Temos o cinturão digital... muita coisa foi feita. Mas, é muito lento. Muitas discussões que tão em 2009 continuam hoje e quase nós não, nós não avançamos, ou seja, é a **morosidade** com que as coisas vão acontecendo. (E2)*

*Então, como é que a gente ia otimizar esse recurso... Aí fizemos, traçamos todo esse projeto. Aí, mais uma vez, a coisa mudou de governo, mudou tudo, e parece que foi feito... Aí, cai naquela questão que eu te falei, da **morosidade**. Ah, **esquece, apaga e começa de novo**. (E2)*

*Teve uma época que saiu muito forte, foi no governo da antiga Prefeitura ainda, e aí saiu muito forte, foi o resultado desse corpo-a-corpo, nós fomos lá com o nosso colega, que aí “Ó, vamo fazer o projeto, vamo trabalhar dessa forma.”, só que aí, infelizmente, como o nosso colega saiu e outras pessoas assumiram, tomou outro formato, que também nem teve sucesso, acabou, que a coisa caiu de, aí foi aquela coisa, né, no momento funcionou e depois, aí **as pessoas saem e modifica**. O projeto foi show de bola, mas aí o que é que acontece, o governo decidiu lançar por si só, agora a construção não foi só do governo, foi uma construção coletiva, e entes que participaram nem foram citados, aí teve isso aí também. (E2)*

Hoje é um conjunto de iniciativas com legislações próprias e diferentes, né, é, a Prefeitura lançou agora, por exemplo, ontem, um negócio que é o “ParTecFor”, o ParTecFor não é pra TI, é pra tudo, a ideia do ParTecFor é o seguinte, como, você tem mais incentivo se você se instalar numa área com IDH pior, se você se instalar num IDH aqui, péssimo, você tem um incentivo maior, qual é a lógica, que o pessoal não queira se instalar só no, no, no Cocó, tá. Como é que isso aqui se articula com

isso aqui, então, assim, teria que ter um guarda-chuva pra pensar essas coisas, no fundo tem várias ações aqui, é meio complicado, tá. (E3)

*Numa gestão da Câmara Setorial passada, nós fizemos uma missão junto aos polos de tecnologias existentes em São Paulo, interior de São Paulo, produzimos o relatório com uma série de sugestões e foram, essas sugestões foram entregues na época à Prefeitura, que é quem estava com esse projeto em andamento. A característica muito clara que nós vimos em todos, é que tem que ter uma **decisão política de bancar a criação do polo e a sua manutenção** durante o período, é, segundo algumas metodologias lá de pelo menos sete anos, que é quando os polos começam a ter auto-suficiência, normalmente isso vem junto com a parte de gestão, que é pública, junto com **mecanismo de atração de empresa**, de universidades, incentivos tributários, **tem um conjunto de medidas, é, que são necessárias pra esses polos virarem realidade.** (E6)*

Apesar dos polos e parques tecnológicos terem aparecido como exemplos acessórios a alguns núcleos de sentido, emergiu da categorização das entrevistas o exemplo ideal de uma estrutura voltada à cooperação. As falas convergem para a existência dos parques tecnológicos. Há no parque tecnológico, segundo E3 e E4, um “respirar desse tema”. A metáfora “respirar” se apresenta como um ponto em que culmina toda a questão da cooperação e que se explica por um termo-chave presente na própria fala, “utopia”, que significa que todos iriam estar compartilhando os mesmos interesses continuamente. É através da exposição de E7, que o polo tecnológico também seria importante para a cooperação, porque seria o conjunto das “condições de políticas públicas que ajudem ou induzam a criação de um determinado setor”. Logo, as duas falas sugerem que não somente o local físico, mas as políticas públicas referentes às diversas demandas do setor seriam cruciais para o desenvolvimento da cooperação. Conforme aponta a fala de E7, o polo seria um necessidade para a construção do parque, “se nós tivéssemos um polo, ele já seria uma primeira ferramenta para nós criarmos um parque, ou seja, nós teríamos impostos diferenciados, institutos acoplados a essas empresas”.

*Rapaz, o seguinte, a ideia de um parque, ela é um, um, tem um certo “q” de utopia, né. Qual a ideia, né, se você tiver várias empresas num mesmo setor, né, trabalhando numa mesma área, idealmente até compartilhando alguma área em comum, né, e com incentivos fiscais, a ideia é que você tenha um, um, uma articulação, né, ou seja, quando tem uma, **há um respirar desse tema**, né, então as pessoas se falam, discutem ideias, promovem inovação, e tal, então essa seria a ideia, né. (E3)*

Essa sinergia seria exatamente essa facilidade de conversa entre as pessoas, por que, é, você tem uma empresa aqui, por exemplo, e, e tem outra empresa que tá lá no Eusébio, daqui que a gente vá chegar e conversar e ficar trocando ideias é mais complicado, porque se você tá ali dentro daquele ambiente que você só respira aquela parte da, de tecnologia, então é o que eu digo, sinergia é exatamente essa facilidade de, de entendimento, essa facilidade de, de trocar conhecimentos. (E4)

Bom, o que pode melhor realmente é dizendo uma coisa que acontece já em vários Estados que tem, né, porque, é, você apontar uma área, um ambiente que tem uma sinergia com todos, né, então um parque tecnológico, talvez, fosse muito bom para a, a, a, o desenvolvimento do, projetos de pesquisa, é, juntamente com as Universidades, que a Universidade tem a parte toda de conhecimento e a empresa tem a parte de inovação, então com o conhecimento que tem na, na, nas Universidades, passando isso para as empresas, porque você sabe, tem, as Universidades têm pesquisas, teses aí, de Doutorado, é, que são desenvolvidas, que são aprovadas, escritas, né, e tão lá e só lá na, nas prateleiras, não são levadas para ou tornar aquilo um produto que dê, que seja vendável, né, que dê realmente recursos, então isso aí é que falta nessa parte, né, de, de, de fazer com que aquela pesquisa se torne um produto. (E4)

E, o parque, não, o parque é onde as empresas se juntam, se agrupam fisicamente, também com o mesmo objetivo de uma Câmara Setorial, dividir custos, minimizar despesas, uma parte física propriamente dita. (E7)

As características de um polo são condições de políticas públicas que ajudem ou induzam a criação de um determinado setor. No caso do setor, por exemplo, de TI, se nós tivéssemos um polo, ele já seria uma primeira ferramenta para nós criarmos um parque, ou seja, nós teríamos impostos diferenciados, institutos acoplados a essas empresas, como nós temos o CESAR. O CESAR é um polo em Recife, é um polo tecnológico, pra onde carreiram cientistas, pra onde vão professores, pra onde vão doutores. Então, o polo induz essa aglutinação de competências voltadas para um determinado fim. (E7)

O ganho principal com o parque tecnológico é a diminuição da distância física entre os componentes da rede. Essa diminuição da distância física está presente na fala de dois entrevistados, onde, por exemplo, no caso dos estudantes, as ideias que surgem dos seus trabalhos “já fazem lá uma aplicação direta na, nas empresas” (E4); e, “porque você tá perto

das ideias” (E5) facilita a solução das demandas. Ainda, o termo “lúdico” presente na fala de E3 significa que o parque seria um meio recreativo de trabalho, convergindo mais especificamente para a necessidade ainda maior de liberdade de ação e de propagação de ideias. Como exemplo, E4 cita o caso de uma empresa que surgiu a partir de uma ideia incubada em uma instituição governamental.

*Cria uma sinergia maior, isso aí é um dos pontos fortes. Outro, ficaria um parque junto num campus universitário, aí, olhai quanta coisa boa poderia acontecer... os **estudantes já trabalhando diretamente com as empresas**, ele trabalha, ele com o conhecimento, que o jovem pra adquirindo na, nas Universidades, já fazem lá uma aplicação direta, na, nas empresas, aquele, **aquela ideia que ele tá tendo lá pra ser trazido e tornado um produto**, claro, pela, pela, pelas empresas, né, aí tem um exemplo aqui em Fortaleza que é muito interessante, não sei se você sabe, mas esses fotossensores, aqui da, da, da cidade, isso nasceu de uma empresa incubada dentro da Universidade Federal do Ceará, foi um, um, uma empresa incubada, lá dentro, e chegou uma empresa, gostou daquela ideia, comprou aquela, aquela ideia e desenvolveu. (E4)*

*A minha empresa, a minha empresa presta serviços, ela não desenvolve tantas coisas... mas se você tá lá dentro de um, de um parque tecnológico desse, é legal, por que, **porque você tá perto das ideias**, aí tem um colega aqui conversando com não sei quem que faz parte de uma outra empresa, **surge uma ideia**, “Caramba!”, aí eu sou integrador, não desenvolvo tanto, mas eu sou integrador, aí o, aí o, “Rapaz, o cara lá tá fazendo isso...”, “Pô, se a gente junta isso aqui, com isso aqui, cara, a gente consegue solucionar esse, esse e aquele problema do cliente x.”, entendeu, então o parque tecnológico, acho legal por isso. (E5)*

Outro ganho interessante de ser analisado é o que E1 expõe que seja “a sensação de, de pertencimento, talvez, a um grupo que esteja falando sobre as mesmas coisas”. A fala significa não somente dizer que há um objetivo em comum, mas que o entrevistado se sente acolhido e protegido pelo conjunto dos atores vez que eles estão percorrendo o mesmo caminho.

Sim, sim, eu acho, eu acho que é, é fundamental assim, que é uma, porque muitos dos problemas que a gente tem é de articulação, né, não só em TI, mas em muitos setores, né, as vezes muita gente tá fazendo muitas coisas e ninguém sabe, em TI isso acontece, então, eu acho que a importância da Câmara é isso, é de tá, é, fazendo essa articulação entre esses diversos, essas diversas entidades que fazem parte do mesmo

setor, né, então dá uma... chovê, a sensação de, de pertencimento, talvez, a um grupo que esteja falando sobre as mesmas coisas, tá, é pelo menos um pouco mais de ideia de articulação. Não vou dizer que a Câmara, ela consegue articular o setor, eu acho que isso é muito mais complexo do que a Câmara em si, mas é um passo. (E1)

4.4.2 Subtema - Processo de Conscientização Individual

No processo de Conscientização Individual, há uma entrevista que culmina como ponto central de definição. E3 afirma que quando você se liga a outros ou age cooperativamente, “é porque você acredita que ali tem algum sentido”. É nesse processo em que convergem diversos núcleos de sentido e esses sinalizam atividades, advindas dos componentes em rede, que facilitam a eles mesmos se adequarem e a construir o ambiente de colaboração. Em outras palavras, há na colaboração todo um processo em que leva em consideração a capacidade interpretativa do indivíduo. É a atuação do indivíduo por ele mesmo.

Cara, você tem que... é adesão, cara, o maior, o, o, o, a grande questão é a geração de valor, cara, mas o que é que liga você numa empresa, o que é que liga no seu, no seu mestrado, no seu doutorado, o que você queira fazer, é porque você acredita que ali tem algum sentido, não é porque tão lhe mandando fazer. (E3)

Debruçando-se nas entrevistas, E2 torna público o que é de conhecimento dos participantes em geral, que “toda decisão parte do governo... mas isso não impede fazer algo”. Essa crença desvela a cultura institucional do “um por todos” que se desenvolve na Câmara Setorial. Isso leva a crer que os indivíduos participantes estão cientes que devem tomar a dianteira logo que uma proposição sofra intempéries ou quaisquer bloqueios na admissão por parte das entidades governamentais. É necessário recorrer aos maiores problemas que a entidade governamental enfrenta na admissão das proposições da CSTIC, onde a morosidade e o esquecimento tomam conta do cenário, a partir desse, a ordem comum a todos é a de “a gente tem que fazer algumas coisas mais aceleradas” (E3). Ou seja, quando os problemas por parte do poder público permanecem, mesmo diante do ideário e dos esforços de organização já citados, os sujeitos tomam parte dos problemas e realizam suas atividades que podem ou não superar as expectativas. Pode-se denominar esse fenômeno como uma força interior, sendo algo que urge no trabalho em cooperação, pois evita que as pessoas, por exemplo, se desestimulem (E6) e sigam frustradas (E2) por ações que são repetidas ao longo do tempo e

que não trazem os resultados esperados. É essa a principal condição que reverbera como atitude característica nos componentes da Câmara.

*Tem que ser no governo, não adianta, **toda decisão parte do governo**, não dá, não tem como eu chegar, por exemplo, não tem como o empresário, né, ou a própria FECOMÉRCIO chegar e, quer dizer, “Nós vamos agora tomar a decisão de realizar e construir isso aqui.”, que num tem, porque isso aí é um política de Estado, num dá, num tem como nenhuma instituição que tá sendo... aí nós temos, **mas isso não impede de fazer algo**, tá ok. (E2)*

*...principalmente a gente quer entregar isso aí pra todas as pessoas da Câmara e das entidades que participaram pra que também não fique aquela coisa de, de, “eu só faço se o governo fizer”, num é isso, se preocupar com a formação de mão-de-obra, é uma preocupação que todo mundo deve ter, né, se preocupar em qualificação, a gente cobra do governo, mas se o governo não fizer, **vamos fazer a nossa parte**, tá. (E3)*

*O que a gente tem discutido nos seminários é que não é que não esteja acontecendo nada, mas são coisas **muito pontuais e muito lentas**, então a gente tem que fazer **algumas coisas mais aceleradas**, né, mas eu acho que isso é um eterno trabalho. (E3)*

*Bom, como eu falei essas demandas que o setor coloca pro governo, elas, a maioria delas não tem ido pra frente, **então aí são repetidas ao longo do tempo**. (E6)*

*Natural, as vezes, algumas pessoas se **desestimulem**. Mas, normalmente, essas pessoas, quando existem alguns momentos em que precisa ter uma discussão mais ampla, elas não vão tá mais no dia-a-dia, elas se desgastam de estar naquela tentativa do dia-a-dia... (E6)*

*E aí, isso aí, já é, já foi uma discussão que nós levamos para a FUNCAP e aí ele levou, “É, infelizmente, não pode. Tem que ver, né?! Temos que ver aí”, fica aí nas amarras legais, muitas vezes. E nós sabemos que tem um prazo. **Mas, que gera a frustração, gera**. Porque quando você pega uma empresa, você pega um mercado de tecnologia, que é um mercado dinâmico, onde você tem uma mudança de cenário em seis meses. Ou seja, hoje, aqui você lançou uma startup, daqui a seis meses, você tá com o facebook e você tá ao vivo, online. Então, dependendo, né, do que... depende da sua ideia. É um setor muito dinâmico, muito rápido. Então, precisa de soluções rápidas. Precisa de dinâmica. Porque, senão, vem outro e passa. (E2)*

O dever de realizar por si mesmo, diante dos problemas governamentais, repercute nas atitudes, conforme analisado, e sobre isso E3 evoca o sentido de insistência, onde “mas se você não falar sobre isso, ela não vai ser resolvida”. Isto é, a fala de E3 supõe o dever de tomar a frente, como fruto de uma conscientização individual, para solucionar o problema da morosidade da implementações de políticas por parte do poder público.

*É sempre uma pancada, muda o governo, aí você as vezes vai discutir coisas, pautas antigas, né, muito ruim você discutir pauta antiga, né, uma pauta que tem 10 anos, por exemplo, mal resolvida, **mas se você não falar sobre isso, ela não vai ser resolvida nunca.** (E3)*

Alguns entrevistados se conscientizam da ideia de participar da Câmara da seguinte forma: “A Câmara não é nada se não forem os membros que a compõe...” (E7). Portanto, é preciso que eles se deem bem, que convirjam ações para a manutenção dos elos. Para compor a Câmara também é necessário que os sujeitos se conscientizem que a adesão ali depende da característica de ser voluntário, isto é, depende-se da necessidade de ter para si que não se ganha ou se ganha muito pouco diretamente no trabalho cooperativo. Logo, infere-se que há ganhos indiretos, ou seja, ganhos totais relativamente garantidos para os participantes. Por isso, nesse processo cabe se conscientizar de uma possível solidariedade, um “esforço de adesão” (E3) que leva à voluntariedade, ou seja, é necessário que os indivíduos tenham para si que é necessário ceder e contribuir sem “grandes” expectativas nesse trabalho: “a principal estratégia da UECE é que ela esteja representada e ela esteja participando das discussões” (E1), logo “a UECE tem essa responsabilidade em relação ao mercado de TI”.

*Então, qual é a ideia, se chegar um cara lá na Câmara lá, houve alguma mudança ou seja lá o que for, e que tenha uma proposta que num, que num, num bata com que as pessoas estão participando, vai esvaziar naturalmente, num vai ter controle que as obrigue de ir pra reunião, **tudo é voluntário**, a participação na reunião é voluntária, a participação da diretoria é voluntária, **tanto que há Câmaras que não prosperam, tem Câmara que não conseguiu se reunir...**(E3)*

*Olha, o TITAN, o TITAN não existe por si só, o TITAN só existe pela participação individual de cada uma das empresas que compõe o TITAN, como também a Câmara Setorial. **A Câmara Setorial não é nada se não forem os membros que a compõe.** Como também a empresa não é nada, se não forem os vários colaboradores que existem, acreditam nessa ideia. (E7)*

*...assim, quando a gente vê o resultado, você vê uma daquelas salas cheia de gente, participando e tal, parece simples, né, mas na verdade tudo aquilo dali é voluntário, então tudo é **esforço de adesão**, né. (E3)*

*Não existem estratégias dessa Universidade... como eu te falei, quando eu entrei já tinha representação e eu substituí quem tava representando, mas não tem assim, é, estratégias. Principal estratégia é que esteja representada num setor do qual ela faz parte, né, porque assim, é, muitas vezes você faz parte do setor, mas você não tem representação num órgão desse, por exemplo, então **a principal estratégia é que ela esteja representada e ela esteja participando das, das discussões, que ela esteja participando das ações**, né... (E1)*

*Na parte educacional, na parte de pesquisa, na parte de inovação. Na Universidade, na graduação esses alunos são alunos que tão sendo preparados pra irem pro se, pro mercado, tá, ou pro mercado, ou pra empresas já criadas, ou vão criar empresas, ou pra, pros laboratórios de pesquisa, né, ou pra seguir a carreira acadêmica... Então, aaa, **a Universidade tem essa responsabilidade em relação ao mercado de TI**, né, os alunos que tão sendo formados aqui. (E1)*

Essa voluntariedade através do esforço de adesão, também se baseia na concepção por parte dos integrantes de ter a “certeza de que o setor de TI do Ceará pode ser muito mais do que ele é e ele pode ser muito mais relevante para a economia do Ceará do que ele é” (E3); “o que mantém todo mundo é a fé” (E3). Quando se entende que há uma certa liberdade de escolha de participação por parte dos integrantes, mesmo a economia não é capaz sozinha de justificar suas presenças, por isso a questão metafísica da espiritualidade é evocada. É através da “fé” que a união acontece, isto é, é a confiança e a esperança de que esse encontro entre empresas e o poder público seja verdadeiro, algo que trará resultados para todos.

*Não, eu acho que **o que mantém todo mundo é a fé**, é, em que você realmente, que a gente pode ser muito mais aquilo que a gente é, tá, é você acreditar que realmente que o setor de TI no Estado do Ceará, é um setor, é, é, que se receber a, a visibilidade e a, a, a, a estrutura que a gente pensa pra ele, ele pode dá um salto muito grande, empregar mais, transformar mais, então digamos que o que mobiliza todo mundo é um pouco de fé, né, é você continuar acreditando. (E3)*

Então, o que move todo mundo é, é, essa vontade, essa, mais do que vontade, ter a convicção, essa certeza de que o setor de T.I. do Ceará pode ser muito mais do que ele é e ele pode ser muito mais relevante para a economia do Ceará do que o que ele é. Isso é o que move todo mundo. (E3)

Por sua vez, a participação efetiva através da voluntariedade faria com que construísse uma “vontade política” que coadunasse com a missão e as proposições da Câmara. A construção ocorreria, segundo E7, porque “o governo faz aquilo que é demandado pela população”, logo, se a população estiver presente nas Câmaras constituídas para levar as proposições ao governo iria gerar grandes ganhos para o trabalho em grupo e para o setor.

*Então, Fortaleza, já foi, quando eu era presidente... levantei essa bandeira da criação de parque e um polo no Estado do Ceará, mas isso depende de vontade política, principalmente. E a vontade política também depende das Câmaras Setoriais, os Institutos que devem se unir e levar para os governantes as ideias, ou seja, nós temos a cultura de esperar que o governo do Estado faça tudo, o governo não faz nada, o governo faz aquilo que é demandado pela população, se a população não demanda, o governo faz aquilo que dá na cabeça. Por quê, **porque não existe uma participação efetiva da sociedade.** (E7)*

Um outro esforço de adesão estaria diante do problema comentado por E5, “muitas vezes as pessoas num têm, num têm interesse de conhecer também”. Essa conscientização individual de ter que conhecer, do querer conhecer, se coaduna com o comentário de E1, onde “vai muito da responsabilidade mesmo de cada um”, e se configura como uma espécie de prática solidária que influencia o trabalho voluntário.

*Eu acho que se tivesse mais comunicação, talvez tivesse mais gente engajada. Até pensando nisso agora, né. Agora, as pessoas precisam conhecer, mas **muitas vezes as pessoas num tem, num tem interesse de conhecer também**, mas eu acho isso, o, o objetivo em comum. As vezes, as pessoas desconhecem. (E5)*

*Bom, uma das coisas seria em relação à Câmara mesmo é a questão da participação efetiva das pessoas, mas isso aí, eu acho que a presidência atual tá fazendo o papel. Mas, outra coisa... É porque vai muito da **responsabilidade mesmo de cada um**. Isso daí você não tem como... (E1)*

No discurso de E2, há um núcleo de sentido que destaca o embasamento de diversos outros subtemas encontrados na análise. “Tem que ter essa comunicação” é também uma orientação voltada às necessidades e à constituição da formação dos componentes das reuniões, dos grupos de trabalho, por exemplo, isto é, existe uma valoração do trabalho dinâmico e, a partir daí, se planejam as atividades de forma a ter resultado, a ser produtivo e ter rendimentos em conjunto.

*Então, tem que ter essa dinâmica e tem que ter esse espaço de, de parar e conversar, porque antes de 2009 mesmo, **tem que ter essa comunicação**, é importantíssimo, porque antes disso, ninguém se falava, cada um fazia... então, quando eu ia saber que ia ter um projeto “x”, que eu poderia estar contribuindo, aí já tinha passado o projeto. (E2)*

Nesse mesmo processo, cada componente é livre e “pode fazer o que quiser” (E3). De certa forma, o discurso no contexto totalizante das entrevistas apela para uma condição/característica de limitação das práticas de cada um dos componentes. Embora o trabalho em conjunto esteja voltado à liberdade, é de se inferir que nessa liberdade há uma limitação essencial para aquele.

*...eu acho que tem que ter uma sintonia, de estar ligado, o que é que tão fazendo, tá ligado, né. Mesma coisa, o que é que o governo tá fazendo, se o governo tá interessado de ter o parque tecnológico, tá ligado com o que ele tá querendo fazer, mas eu não posso dizer “a SECITECE num pode fazer um parque”, pode, **pode fazer o que quiser**, né, se a ASSESPRO não quer ter parque, por exemplo... tem o direito de não querer, né...(E3)*

Uma possível limitação para a liberdade pode ser inferida através de duas falas, em que uma atividade meramente gerencial leva à autocrítica, “o que que eu posso fazer em 2016 pra dar uma acelerada?” e “Ah, então, como eu posso contribuir pra melhorar essa situação?”. A partir daí, é possível reorientar ideias consolidadas de cada um dos interessados e reorganizar o trabalho cooperativo na Câmara. Resumidamente, a autocrítica tomada como elemento limitante à liberdade, tem o potencial de incrementar o trabalho cooperativo. Recobrando a questão da morosidade e das ações pontuais criticadas pelos entrevistados anteriormente, é razoável que se pratique a autocrítica para que seja possível orientar e reorientar ações para um trabalho cooperativo mais adequado.

*Não se fez um planejamento estratégico. O planejamento estratégico é diferente do seminário. O planejamento estratégico é um negócio, você já deve ter estudado isso aí, né, a longo prazo, tem que fazer um grupo, a gente num quer isso, num é que não quer, não dá tempo, TI é muito rápido e a gente trabalhou o seguinte, “**O que que eu posso fazer em 2016 pra dar uma acelerada?**”. Por que, porque os contratos são curtos hoje em dia, cara, você tem que pensar o seguinte, se eu vou precisar de ação governo, ano que vem já tem eleição pra prefeito, já dá uma parada, daqui a 2 anos tem pra presidente e governador, é outra parada, então tem que tá todo tempo aí, entendendo essa dinâmica, né. (E3)*

*Como, a Universidade como participante dessa Câmara, ela, é, traz cada vez mais pra si a responsabilidade de tá formando essa mão-de-obra qualificada. Eu tô na Câmara, a gente tá discutindo, eu tô no seminário, a gente tá discutindo, e eu tô identificando problemas, problemas tão sendo identificados, então o meu papel, como representante, vai dizer o que, “**Ah, então, como eu posso contribuir pra, é, melhorar essa situação,** né, pra resolver esses problemas, né, qual a qualidade do meu aluno que tá sendo formado, né, por que que tem alunos que tão saindo que não tão num nível de qualidade que era o esperado pra estar, certo, como é que eu posso pra melhorar isso, o que é que eu posso fazer? Será que se eu melhorar, por exemplo, a aproximação do curso de computação com as empresas, eu vou tá ajudando nesse gap?” (E1)*

Outra possível limitação à liberdade, está, por exemplo, “na hora que eu sei que a Universidade não vai tá representada, a gente pode tá perdendo espaço” (E1) e “você perder a opinião, perder a força dessa classe é, é muito substancial” (E2), denotando que as relações de forças se objetivam através de uma luta de espaços potencializada ou minimizada pela presença ou ausência. A comparação entre a responsabilidade, a função desempenhada por um componente da equipe e a falta de participação em equipe no espaço da Câmara leva a uma preocupação que também orienta e reorienta a participação em rede. Essa comparação, também, está presente a partir da possibilidade dos sujeitos se autocriticarem.

*É, isso aí depende muito de cada um, né, isso depende muito de cada um, é, a minha, a minha especificamente é pela minha responsabilidade de tá representando a Universidade, **na hora que eu sei que a Universidade não vai tá representada, a gente pode tá perdendo espaço,** a gente pode tá perdendo discussões importantes, né, é, a minha motivação é essa, e de como, a, a, a principal é essa de não deixar a Universidade sem representação e também de como a Universidade pode tá, é,*

contribuindo para o setor. Isso é fundamental, porque ela tem um papel importantíssimo, por causa do curso que a gente tem dentro da, da Universidade.
(E1)

*...a, a Fecomércio é, é um órgão representativo, é a representação de todo o comércio e serviços e turismo do Estado do Ceará, que representa exatamente 70% do PIB. Então, você tem uma entidade de classe, que representa uma classe, onde pesa 70% do PIB do Estado, **você perder a opinião, perder a força dessa classe é, é muito substancial**, essa perda. (E2)*

Os depoimentos de E3, E6 e E7 generalizam o desejo dos componentes da Câmara como sendo que todos possam crescer e se fortalecer. Conscientemente, os participantes reproduzem para si mesmos o desejo que todos possam crescer juntos. Por exemplo, o entrevistado E3 reproduz sua condição de líder dessa forma: “existe o trabalho no setor de TI e o trabalho pelo setor de TI”, e esse trabalho pelo setor de TI é o trabalho em que “tudo é feito olhando o setor como um todo” e não olhando somente para um participante (E6); “concorrentes não são inimigos”, diz E7. É devido ao discurso de E7, “concorrentes não são inimigos”, que as pessoas aderem e se conscientizam ainda mais para participar, “vale a pena insistir nesse trabalho corporativo, associativo”, diz E6, sugerindo a ideia de que pode haver competição e cooperação simultâneas, ou que a cooperação é que deve orientar a competição, e não o contrário.

*Bom, são empresas Cearenses, as pessoas moram aqui, é, algumas têm ação nacional, mas as pessoas continuam fixadas aqui no Ceará, então **tem o desejo delas de que o setor de TI como um todo cresça, se fortaleça**, então acho que esse é um ponto. (E6)*

Segundo, essa, a forma, como tudo é feito de forma realmente olhando o setor como um todo, as associações não são usadas pra privilegiar o presidente de plantão, mas, essa discussão, que sempre olha o setor como um todo, como até hoje tem acontecido, tem sido muito boa e aí as pessoas tem visto que, vamos dizer, vale a pena insistir nesse trabalho corporativo, associativo, eu acho que é isso. (E6)

***Concorrentes não são inimigos.** Concorrentes, no setor de TI, são empresários que trabalham no mesmo nicho de mercado. Uma empresa no setor, ela não é inimiga da outra empresa, elas concorrem como é a livre iniciativa de mercado, então não existe essa briga, não existe essa dificuldade de comunicação. Umas são mais agressivas,*

outras são menos agressivas, algumas jogam fora das regras, outras não jogam, mas isso sempre existiu, sempre vai existir, e não impede que as boas se sobressaiam, cresçam e evoluam. (E7)

*Embora eu já tenha empreendido em outros momentos, mas empresas que depois eu passei pra frente. Aí nessa empresa eu já estou há 10 anos e o trabalho associativo, digamos assim, porque **existe o trabalho no setor de TI e o trabalho pelo setor de TI**, são coisas diferentes. Eu trabalho no setor, eu trabalho, faço TI desde 85, fui programador, gestor e etc. Pelo setor de TI é um trabalho mais recente. (E3)*

Relativo à atribuição de importância aos componentes em rede, as entrevistas recorrem, assim como encontrado no tema 2, à importância dos conhecimentos e da competência de cada um para a construção do trabalho cooperativo. Observa o entrevistado E3 que nas reuniões, “ali tá a nata”, simbolizando que os que estão presentes em torno de um objetivo em comum são plenamente capazes de fazer o setor crescer. Sendo assim, através da personalização da condição de líder, E3 é capaz de reproduzir pra si mesmo, num processo de conscientização individual, que “ele tem que entender que esse setor pode transformar o Estado do Ceará”. Além disso, desempenhar o papel de líder significar colocar para si mesmo uma missão, por exemplo, de “levar a discussão da TI para além da Câmara, foi uma coisa que eu botei na minha cabeça” (E3).

***Ali tá a nata**, se você for olhar, não tem ninguém da estrutura relevante do Estado que não esteja ali. (E3)*

*O papel do Presidente da Câmara é... ele, ele tá, é, tem que entender duas coisas, pontos fortes, “Qual é o objetivo do setor dele”, ou seja, “O que que é TI?”. A TI envolve Hardware, Software, pessoas, tecnologias e tal, e **ele tem que entender que esse setor pode transformar o Estado do Ceará**, que a lógica é o seguinte, você tá numa Câmara dentro da Agência de Desenvolvimento, debaixo da Secretaria de Desenvolvimento, o objetivo aqui é que haja desenvolvimento, ou seja, que cresça socialmente e economicamente, então esse é o trabalho. (E3)*

*Eu quando entre, eu disse assim, “Cara, eu acho que o papel da Câmara era isso aqui”, ou seja, **era levar a discussão da TI pra além da Câmara, foi uma coisa que eu botei na minha cabeça.** (E3)*

Ainda, no tocante ao processo de conscientização individual, duas outras ideias emergiram na narrativa: as empresas como modelo de sucesso e as questões morais dos indivíduos.

Assim como exposto no subtema sobre sensibilização, os entrevistados projetam nos seus depoimentos o quanto uma empresa de sucesso é capaz de lhes conscientizar que ali é o melhor caminho a seguir. São “modelos” para a manutenção das suas esperanças, da fé.

A trajetória do entrevistado E6 demonstra “que você pode ter uma empresa daqui do Ceará com mão-de-obra formada aqui e conseguir ter destaque, não só regional, como nacional e internacional”, isso as faz serem ouvidas, serem relevantes quando manifestam e discutem pautas e ideias dentro da CSTIC; também faz “atrair talentos de fora, estimula as pessoas a ingressarem nessas empresas” (E6) e “as empresas locais não precisam ficar recorrendo a fornecedores de outros locais, porque sabem que vão encontrar empresas capacitadas também localmente” (E6). Esse discurso orienta e reorienta as participações dos outros integrantes, conscientizando-os individualmente que devem aderir ao coletivo.

Bom, essa empresa em particular, ela é uma empresa, como eu te falei, nascida aqui no Ceará, que nesses 26 anos conseguiu ter uma, uma grande expansão nacional e teve muitos reconhecimentos ao longo dessa trajetória. A gente tem prêmios mundiais de reconhecimento da, da qualidade dos projetos que implementou ao longo dos anos concedidos por empresas como a Microsoft, IBM, isso foi algo inovador dentro do contexto das empresas cearenses. A gente ter esse reconhecimento, reconhecimento nacionais, América Latina, a gente praticamente, todo ano tá, tem, então isso demonstra que você pode ter uma empresa daqui do Ceará com mão-de-obra formada aqui e conseguir ter destaque, não só regional, como nacional e internacional, acho que isso é um ponto importante e uma contribuição da Lanlink nesse, na ambiência das empresas aqui do Ceará. (E6)

Eu acho que, como falei, a Câmara, ela é um órgão que reúne as demandas de vários setores, já essa empresa pela relevância que ela tem no setor de TI, é, de TI, é uma voz que é importante ser ouvida dentro da Câmara Setorial. (E6)

Pro setor, isso aí, eu acho que fortalece, é, o setor de TI no Ceará, porque, identificado como o setor que tem empresas competentes, essa empresa aqui não é o único caso, tem outras empresas premiadas, reconhecidas, então isso atrai talentos de fora, estimula as pessoas a ingressarem nessas empresas, as pessoas formadas aqui também. Então, eu acho que quando você demonstra que você tem competência e qualidade do ponto de vista setorial é muito importante e, do ponto de vista do

mercado, as empresas locais não precisam ficar recorrendo a fornecedores de outros locais, porque sabem que vão encontrar empresas capacitadas também localmente, isso também é muito importante. (E6)

Outro ponto relevante que cabe destacar é a convergência para o que se chamou de uma questão de moral do grupo. O grupo se baseia no que eles veem ser praticado pelos outros no grupo, de forma que eles tomam uma decisão consciente de participar ou não de acordo com o juízo de valor que fazem. Em outras palavras, há uma consciência de que os papéis dos componentes do setor de TI são desempenhados através da “boa vontade” (E4), que recorre à solidariedade, da “credibilidade” (E4) e da “honestidade” (E5), que significa também que “são pessoas íntegras... claras” (E5) o que por sua vez leva à “confiança” (E4). Por exemplo, E5 diz que, quando das reuniões de um dos sistemas da rede de TIC, as discussões contém defesas do tipo: “Lembre-se das empresas pequenas”, o que justifica a existência da honestidade e boa vontade dos participantes. É através da coexistência que eles podem qualificar a si mesmos perante os outros e vice-versa. Conseqüentemente, esse processo de conscientização baseado na moralidade dos participantes incentiva seus trabalhos colaborativos.

*É construído, é construído na **boa vontade** de todos e a **credibilidade** que os parceiros têm na Instituição. Então, se eu tenho um, um, um, um parceiro e ele tem credibilidade, que nós como gestores do, do, do, do projeto e é que a coisa vai andar como o, o, o programado, então isso aí fica muito fácil, agora se você trabalha com parceiro que não tão, é, bem afinados, alguns que tão bem alinhados, isso aí não funciona. Então, uma coisa que tem que ter primeiro é a credibilidade na Instituição ou nos gestores da, da Instituição e no gestor do projeto pra poder funcionar direito. (E4)*

*Tem, tem sim o, o, o, é, nesse projeto mermo que eu citei aqui, no, no Iracema, nós convidamos um parceiro lá da, da UNIFOR, uma empresa incubada pra participar do projeto, é, é da área, né, então ele veio e, e se propôs a, a desenvolver uma coisa em junto conosco, né, e depois no ano seguinte, apareceu um edital também que ele chegou pra nós e nos convidou pra participar, agora, isso por que, porque nós tínhamos já, é, é, é o conhecimento, nós tínhamos já participado desse projeto anterior e ele no, e devido a, a relação conhecimento e amizade e a credibilidade que tem na Instituição e nas pessoas, né, então isso acontece, é, é, pra acontecer isso, repito, tem que ter **confiança**, tem que ter credibilidade no que se vai fazer, né, porque do contrário a coisa não funciona. (E4)*

*Rapaz, pra mim, é, é, é, eu volto a repetir denovo... Eu acho que pela **honestidade do grupo** que tá lá hoje, né, eu não tô falando nem por mim não, tô falando por todo o grupo, tá entendendo... As pessoas que tão lá hoje, eu acho, na minha opinião, **são pessoas íntegras**, é isso o que eu acho legal, são pessoas **claras**, tá entendendo, **que lutam pelo setor**, certo, como um todo, é isso o que eu tenho a dizer... (E5)*

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com a revisão de literatura, as diversas problematizações da cidade contêm um conjunto de técnicas e dispositivos, chamado de tecnologia de poder, que atua conduzindo as condutas dos indivíduos. Essa tipologia significa uma arte, uma mentalidade de governo, uma governamentalidade. A analítica pôde colocar em perspectiva as mudanças históricas que permearam o tema de poder nas relações humanas e, conforme as aulas e o aperfeiçoamento de seu estudo, discorreu sobre o poder a partir das problematizações acerca da cidade, como também os problemas do pastorado, etc. Cabe relembrar que a composição das dinâmicas dentro dessas problematizações juntamente com o contexto histórico de cada instituição (o Estado e a Igreja, por exemplo) inaugurou uma história sobre as relações de poder, que necessariamente formavam um conjunto de disciplinas e outro conjunto de técnicas de segurança, sendo possível uma análise da intersecção desses conjuntos. Assim, os seres humanos podem ser governados pela disciplina, por meio da “protocolização da vida”, da punição, bem como através das suas espontaneidades, da vigilância de uma polícia e de ações que asseguram essas espontaneidades. Em resumo, na história dessa arte de governar, contemporaneamente esse governo não tem mais o objetivo de “conquistar territórios”, assim como nas monarquias, mas o governo tem como objetivo o bem comum, o bem de todos, por isso as técnicas e atividades que visam conduzir as relações humanas em prol da disciplina e da liberdade e, por consequência, o predomínio de uma estrutura particular, o Estado.

Essa analítica torna possível elucidar diversos mecanismos, técnicas e atividades espontâneas da população que são responsáveis por conduzir a conduta dessa própria população ou servir para o domínio do Estado. Nesta discussão, busca-se compreender a população de empresas que agora desempenham seus papéis em rede. Na contemporaneidade, qual tem sido o papel das redes inteorganizacionais? Talvez seja essa a principal contribuição do trabalho, já que uma vez que o pavio das espontaneidades da população de empresas é aceso, um imenso leque de atividades convergem para o que se pode chamar de mecanismos, tanto disciplinares, quanto de segurança. Portanto, ao final dessa discussão, é possível compreender que há no âmago dessas problematizações e dos paradoxos o “problema da cidade” que, para esse caso, é denominado como “problema do espaço colaborativo” como forma de condução das condutas.

Através da análise das entrevistas, pôde-se identificar diversos temas que mapearam a atual condição da rede interorganizacional de TIC cearense, bem como pôde-se inferir alguns dos instrumentos e processos de atuação nesse contexto que convergem para diversos

mecanismos de governo facilitadores/influenciadores da construção e da manutenção da rede. A partir dos temas analisados se cumprirá o objetivo específico que diz respeito às influências dos mecanismos de governo nas relações entre empresas.

A figura 2 expõe de forma sintética as problematizações e os mecanismos discutidos:

Figura 2 – Problematizações e Mecanismos Discutidos



Fonte: Elaborada pelo autor.

Também de forma sintética, apresenta-se mais dois quadros que facilitam a leitura das problemáticas e dos mecanismos de governo discutidos. A tabela 1 indica as problemáticas e os mecanismos de governo juntamente com as influências na cooperação discutidas.

Quadro 5 – As influências dos mecanismos e técnicas de governo na cooperação

Problemáticas	Mecanismos e Técnicas de Governo	Influências na Cooperação	
		Disciplina	Assegura
Problema do Espaço Colaborativo	Panóptico	x	-
	Além do Panóptico	-	x
Problema da Falta de Comunicação	Mecanismo dos Parques Tecnológicos	-	x
Problema da Falta de Investimentos	Mecanismo dos Polos Tecnológicos	-	x
Problema da Desarticulação	Priorização das Ações Governamentais	x	-
	Análise do Perfil das Empresas	x	-
	Processo de Sensibilização e Convencimento	-	x
	Políticas Públicas e suas Contrapartidas	-	x
Problema da Formação dos Grupos de Trabalho	Atividades Específicas do Líder	x	x
	Complementaridade de Competências	x	x
Problema da Concorrência	Dialéticas das Ideias	x	x
	Convergência de Sistemas	-	x
	Priorização das Ideias	-	x
Problema da Conscientização Individual	Diálogos Extra-câmara	-	x
	Mecanismo de Conscientização Individual	-	x

A tabela 2 mostra os temas e subtemas que subsidiaram aquelas mesmas problemáticas e mecanismos de governo.

Quadro 6 – As influências dos mecanismos e técnicas de governo na cooperação

Problemáticas	Mecanismos e Técnicas de Governo	Correspondência da Análise das Entrevistas
Problema do Espaço Colaborativo	Panóptico	4.2.1 e 4.2.2
Problema da Falta de Comunicação	Além do Panóptico Mecanismo dos Parques Tecnológicos	4.4.1
Problema da Falta de Investimentos	Mecanismo dos Polos Tecnológicos	4.4.1
Problema da Desarticulação	Priorização das Ações Governamentais Análise do Perfil das Empresas Processo de Sensibilização e Convencimento Políticas Públicas e suas Contrapartidas Atividades Específicas do Líder	4.3.1, 4.3.2 e 4.4.1
Problema da Formação dos Grupos de Trabalho	Complementaridade de Competências	4.3.1
Problema da Concorrência	Dialéticas das Ideias Convergência de Sistemas Priorização das Ideias Diálogos Extra-câmara	4.3.1 e 4.3.2
Problema da Conscientização Individual	Mecanismo de Conscientização Individual	4.4.2

5.1 PROBLEMA DO ESPAÇO COLABORATIVO

Através dos depoimentos, se chega à constituição dos “mecanismos” que integram o controle na construção e manutenção dessa rede entre empresas. O emaranhado de atividades que formam os elos da teia se traduzem por serem uma complexa rede de causa e efeito, que retroage nos indivíduos, controlando-os sob um amplo mecanismo. Há nessa complexidade, uma multiplicidade de interpretações, causando muitas vezes dualidades; como exemplo, o

papel da CSTIC tanto pode servir para controlar os atores do setor de fora pra dentro, quanto de dentro pra fora, como também serve para a equipe de governo atuar da forma como convier.

De acordo com o primeiro tema, a CSTIC é uma Câmara Setorial ligada ao setor de TIC que facilita a construção da dinâmica e dos elos de uma rede interorganizacional. Na definição dada, o papel desempenhado pela Câmara repercute principalmente na elaboração de proposições e, por sua vez, serve como instrumento influenciando mudanças no setor. Isso leva a crer que a CSTIC, como ponto central de convergência de componentes do setor, é um intermeio, um espaço que possibilita os sujeitos a se modificarem e a modificarem concomitantemente o cenário em que estão; os participantes entendem esse espaço como o responsável pela manutenção do bem comum, pelo estado de bem estar, sendo útil tanto para os empresários entre si, quanto para a equipe governamental.

Considerando a analítica foucaultiana, uma interpretação possível é que esse espaço se assemelha às observações do Panóptico (FOUCAULT, 2008; 2013), principal símbolo de Jeremy Bentham (1748-1832). É possível compreender que existem três amplos papéis nesse espaço, que é (1) o de suprir a falta de articulação no setor de TI, (2) a forma de escutar o que o setor precisa, (3) de fazer com que eles se conheçam entre si, tendo como principal facilitador uma agência executiva do governo do Estado. Nesses dois papéis, dois eixos de interpretação surgem; o primeiro eixo, significa que o espaço da CSTIC é um panóptico na medida em que permite ao líder do grupo ou à equipe governamental estar ciente do que acontece e as demandas que permeiam o setor de TIC em Fortaleza e no Estado; o segundo eixo, está quando cada um dos componentes da CSTIC pode exercer o lugar de comando na torre de vigília e pode expor ideias e tomar decisões a partir do que sabe dos outros.

O primeiro eixo se explica, pois, o espaço da CSTIC compreende a possibilidade de dispor num local a vista todos os influentes componentes do setor de TIC e possibilita que eles, nas suas espontaneidades, subsidiem com informações o líder ou a equipe governamental que necessita tomar medidas para o bem comum. Essas informações versam sobre as necessidades e as condutas que cada componentes da rede enfrenta e realiza durante toda sua existência no setor e transforma essas informações num conhecimento capaz de ser trabalhado por quem esteja em posição de tomador de decisão. Esse segundo eixo, vai para além da descrição em Foucault; as informações contidas na Câmara fomentam e retroalimentam todo um processo de condução de condutas através do incremento à capacidade holística de atuação governamental, isto é, a partir da possibilidade de compreender o que está acontecendo com o setor de TIC, a equipe governamental pode, então, tomar a melhor decisão

inclusive na formatação de ações e políticas públicas para fazer diminuir a “voz” dos empresários ou a potencializar suas vozes, com o aumento da estrutura da rede ou não.

Por outro lado, no segundo eixo de análise, além da visão epistemológica do Panóptico e adentrando nos dispositivos de segurança, cabe discutir que o espaço da CSTIC serve também para os próprios componentes vigiarem uns aos outros e é uma característica de transparência que assegura os indivíduos a manterem-se em rede, quando entusiasmados pelas manifestação e discussão das ideias, ou a saírem, quando desestimulados pela morosidade ou esquecimento dos propósitos das reuniões, por exemplo. O segundo eixo acontece de forma ainda mais velada, pois, assim como na figura do líder ou da equipe governamental, cada um pode deliberar através do que seus pares estão decidindo.

Esses dois eixos ocorrem através do espaço colaborativo e a transparência imbuída nesse espaço contribuem para que ocorra a troca de posição de mando, ou seja, ao final das discussões e das manifestações das ideias constrói-se um ambiente propício para que ambas as partes se deem de forma livre. Há de se deixar claro duas coisas, a primeira que a equipe governamental compreende o setor, mas assegura que as implementações de suas decisões irão beneficiar, acima de tudo, a continuação da liberdade das empresas; segundo, a transparência leva à possibilidade de que todos possam participar de acordo com deferências individuais para o desenvolvimento do setor de TIC em maior ou menor grau, etc.

Tal como no panóptico, é possível desse espaço observar e se fazer observar, principalmente pela situação de sujeição em que os componentes estão em relação ao governo, que os gerencia através das políticas públicas, e vice-versa.

Portanto, o espaço colaborativo do setor de TIC revela a possibilidade de construção de um local, onde há uma facilidade do ato de vigiar e de punir e na condução das condutas dos indivíduos no contexto contemporâneo para o desenvolvimento do setor como um todo ou não, de acordo com suas atuações por parte de uma equipe de governo Municipal e Estadual.

Entende-se aqui que as punições se dão provavelmente através da priorização no atendimento de proposições de outros setores ou na postergação na implementação das demandas do setor, o que levaria constantemente às sensações bem descritas pelos entrevistados, como as frustrações pela morosidade ou esquecimento das proposições submetidas à equipe governamental, com consequências para o desenvolvimento do setor como um todo ou, em particular, na permanência desses atores nas reuniões do setor. Fica caracterizado nesse primeiro ponto a questão da multiplicidade de fenômenos a partir dos mecanismos de disciplina e de segurança.

Na contemporaneidade, portanto, a rede interorganizacional é uma organização societária de órgãos que viabilizam a economia, elemento principal de governo e de segurança da liberdade. Até mesmo para essa formatação societária ocorrer, nesse caso do setor de TIC, há que se viabilizar através de “ruas” e elementos da rua, ou seja, analogamente, políticas públicas, recursos materiais e componentes humanos para o novo desenrolar da economia e da organização econômica. As redes compõem a cidade como espaços de colaboração, espaços colaborativos. As diversas ações e seu dinamismo estão voltadas para o desenvolvimento do bem comum e asseguram a todos diretamente e indiretamente à permanência ou não nesses espaços.

Em resumo, no sentido particular, esse espaço colaborativo possui “ruas”, assim como a “cidade” no sentido universal de governamentalidade, sendo necessário diversos elementos para se fazer chegar ao “alimento” que, para a finalidade em contexto, é o desenvolvimento socioeconômico comum à sociedade; por isso, esse espaço deve possuir estrutura e elementos que viabilizem o movimento da população, isto é, das empresas e das entidades do setor, nas ruas, com suas diversas atividades espontâneas; o espaço prepara o terreno para as próximas discussões, outros problemas e paradoxos expostos neste trabalho, e esses retroagem e corroboram para a composição do que é o espaço colaborativo.

Como o espaço colaborativo é construído pelos diversos atores, as relações descritas pelas entrevistas não somente indicaram as formas de atuação já existentes, que protocolam e asseguram a atuação dos indivíduos nesse espaço, mas também indicaram ideias, uma composição ideal de atuação através de uma estrutura, organização e conscientização individual de cada indivíduo; ou seja, há um ideal que eles revisam e que corrobora continuamente para o que a rede interorganizacional vai ser. Em outras palavras, ao longo dessas discussões, os entrevistados puderam discorrer sobre uma espécie de ideário sobre trabalho cooperativo e como esse trabalho poderia ser encontrado na Câmara. Pondera-se que essas expectativas e estimativas influenciam diretamente a construção da realidade em que já vivem.

5.2 PROBLEMA DA FALTA DE COMUNICAÇÃO

É um consenso dentro desse espaço que, mesmo a CSTIC tendo muitos anos de atuação, o setor de TIC ainda se encontra numa condição em que falta interlocução e comunicação entre os próprios empresários. Os entrevistados citam um mecanismo essencial para movimentar a comunicação no setor, sendo a existência de parques tecnológicos a grande

contribuição que os empresários poderiam garantir para o desenvolvimento do setor como um todo. Uma das premissas para a construção de um parque tecnológico seria a existência de um investimento governamental, além dos investimentos particulares já existentes. Os parques (**mecanismo dos parques tecnológicos**) são considerados como um consistente mecanismo constituído pelas políticas públicas com alvo no espaço.

A metáfora do “Parque”, um espaço “lúdico”, tem como contribuição a diminuição da distância entre os empresários e outros atores. A partir das manifestações espontâneas das necessidades dos entes próximos entre si, o parque tecnológico facilitaria eventuais reuniões entre os atores e, por sua vez, as reuniões serviriam para a aplicação direta das ideias dos diversos envolvidos nas empresas. Há uma possibilidade infindável de manejo e remanejo de recursos humanos e de capital intelectual através do “respirar desse tema” (E3; E4, subtema 4.4.1) num parque tecnológico, sendo assim um instrumento capaz de influenciar a manutenção, antes de tudo, das espontaneidades dos atores e, portanto, da cooperação no setor. A missão canadense presente na fala de E3, por exemplo, poderia se dar de forma mais completa e como uma das atividades corretivas dentro desse mecanismo de parques tecnológicos, pois a falta de comunicação poderia ser solucionada em parte através de uma maior inserção dessas missões tecnológicas na realidade do setor de TIC cearense. Infere-se, portanto, a partir da analítica foucaultiana e, particularmente, da questão da escassez alimentar (FOUCAULT, 2008, p. 42-46), que os parques como solução do problema da comunicação no setor pode ser entendido como um eficiente mecanismo de segurança que facilita e equilibra a questão da falta de comunicação no setor.

5.3 PROBLEMA DA FALTA DE INVESTIMENTOS

O setor de TIC enfrenta um fenômeno notável de falta de investimentos por parte do setor público, onde cabe aos empresários arcar com muitos dos custos financeiros e econômicos relativos aos impostos, principalmente. Dessa vez, as políticas públicas com alvo na economia fomentariam o **mecanismo dos polos tecnológicos**.

Tal qual os parques, a definição de polo também converge para o “local-centro” de uma atividade colaborativa, contudo estão voltados somente para a existência de políticas públicas com alvo econômico em detrimento de políticas voltadas ao espaço que delimitam espaços colaborativos, que sejam tal qual os parques. Isto é, os polos seriam responsáveis por reunir, a partir das demandas levantadas pela CSTIC, os incentivos sobre a carga tributária, por exemplo, advindos da equipe governamental. A partir da análise das entrevistas, discute-

se que sendo os polos fundamentos para a construção de um parque tecnológico (subtema 4.4.1), são parte intrínseca do mecanismo dos parques tecnológicos; ambos se complementam, ambos se amalgamam e, por consequência, participam da construção dos laços da rede.

5.4 PROBLEMA DA DESARTICULAÇÃO

A “articulação” é uma metáfora que expressa razoavelmente os elos, esses caminhos encontrados e que revelam a rede interorganizacional. Esses elos que ligam os atores de uma Rede possuem mecanismos que os constroem e os mantêm influenciando uma série de qualificações necessárias para o atendimento da perspectiva econômica contemporânea, isto é, o princípio liberalista e a hipercompetição. Dois mecanismos estão expressos a partir dos subtemas analisados 4.3.2 e 4.4.1, ou seja, atrelados às atividades do processo de sensibilização e ao papel e formulação das políticas públicas no ideário de organização da rede, respectivamente.

As políticas públicas são ações advindas da equipe governamental no intuito de beneficiar e facilitar o desenvolvimento econômico, desde que esteja qualificada a participação da população ou de um número razoável de interessados no âmbito civil. Essas políticas públicas, segundo Staduto *et al.* (2007) e MAPA (2006), podem surgir através das Câmaras Setoriais, como exemplo das existentes no setor da Agricultura e Pecuária, e são essenciais para a existência e manutenção dos APLs (LAPLANE; CASSIOLATO; LASTRES, 2007; CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008).

A partir dos discursos analisados, entende-se que a CSTIC contribui diretamente para a elaboração das políticas públicas através das proposições que são levadas à equipe governamental. Além disso, a partir do subtema 4.4.1 tem-se uma descrição da composição e do papel das políticas públicas no arranjo e no rearranjo da rede interorganizaacional de TIC. Segundo os entrevistados, as ações governamentais têm baixa atratividade e efetivamente não cumprem com a adesão estimada. Assim, os entrevistados listam uma série de recomendações que facilitaria a elaboração das políticas públicas e que faria aumentar a adesão por parte dos empresários.

De forma a construir uma adesão maior por parte dos empresários é necessário, imbuído no **mecanismo de articulação**, todo um sistema que, a partir da analítica foucaultiana, teria as características jurídica (de legalidade) e disciplinar (de regulamentos) (FOUCAULT, 2008, p. 42); e, a partir de Laplane, Cassiolato e Lastres (2007, p. 88), teria as

características “político-normativas”. Esse sistema tem o papel de prevenir a desarticulação no setor de TIC como um todo. Por exemplo, quando E3 discorre que, diante da ideia da equipe de governo de priorizar a instalação de empresas em áreas com IDH baixo e beneficiá-las com diminuição de algum imposto, ainda assim “você tem que dar uma contrapartida”; a política pública viria como forma de atuar numa multiplicidade de casos limitando o espaço de instalação das empresas e pressionando-as para reequilibrarem o desenvolvimento do Estado. Porém, nesse caso, a política não surte o efeito e ganha pouca expressão diante do contexto ambiental das empresas de TIC; essa realidade, segundo os entrevistados, diz respeito à incapacidade das empresas de se instalarem nesses locais previstos pela equipe de governo, seja por motivo de limitação financeira, seja por falta de perspectiva; portanto, as empresas, costumeiramente, da forma que as leis são postas, não aderem às ideias da equipe de governo. Sendo assim, por exemplo, discute-se que há possibilidade para se repensar essa priorização de ações governamentais a partir de melhorias na análise do perfil das empresas ou do incremento em todo o processo de convencimento e sensibilização, assim, conforme as percepções dos entrevistados, E3 sintetiza, “...aqui em Fortaleza eu tenho centenas de pessoas, se eu for montar uma estrutura, que eu vou ter que levar todo mundo pra uma área pobre, é complicado, tá entendendo”.

Em outro exemplo, a política pública dos parques e polos tecnológicos deveria conter um aspecto mais claro e mais simples, uma espécie de uma “marca” para facilitar a compreensão e a adesão que, por sua vez, seria responsável pela possível construção de novos laços entre empresas. Discute-se que as políticas públicas são um sistema, um dispositivo contido no mecanismo de articulação que, embora com suas disfunções, orientam e pressionam as empresas, portanto influenciando o desenvolvimento econômico e a construção e a manutenção de elos entre os diversos atores do setor. O microsistema das políticas públicas, esse sistema de contrapartidas, se torna importante, porque garante, através da disciplina e de “corretivos”, as liberdades de participação dos indivíduos desde que imbuídos na atuação em rede.

A questão do governo da população, exemplificada na analítica foucaultiana pelo problema do pastorado, pela variolização e pela presença da estatística, no caso desse trabalho, é exemplificada pelos processos de sensibilização/convencimento (subtema 4.3.2) centradas na figura de um líder, como também em outras diversas técnicas presentes nesse processo. Contemporaneamente, não mais se discorre sobre a existência e influência de um “pastor” e seu “pastorado” ou de um “rei” e seus “súditos”, um povo, mas, nas diversas construções sociais contemporâneas, essa figura parece emergir metamorfoseada. No discurso

dos entrevistados, emergiu a figura de um líder que orienta, reorienta, enfim, conduz a conduta dos indivíduos na rede de TIC, donde a narrativa leva a inferir que, na ausência desta figura com as características que ela tem hoje, a própria rede estaria comprometida. Esse “pastorado” tem qualificações específicas para se manter o “rebanho”.

Primeiro ponto a ser discutido, a figura do presidente, determinado para estar presente na “Terra”, deve prestar resultados diante do olhar da Câmara, isto é, diante de todos os componentes da Câmara. O líder da CSTIC possui duas atribuições que deve desempenhar bem e que incrementam o processo de sensibilização. Uma das primeiras técnicas ou atividades específicas do líder está na atitude voltada à excelência de gestão, e, como segunda técnica, a vocação ou o perfil para o diálogo. Num segundo ponto a ser discutido sobre a figura de liderança, recorrendo à questão do pastorado e se aprofundando nessa questão, do pastor, discute-se que, quando o entrevistado E2 diz: “Aí, dividimos, delineamos todo, né, como deveria ser, como cada um iria trabalhar, e, pra otimizar até recursos...” (subtema 4.3.1) o grupo também toma a forma de pastor e ganha unicidade e relevância através da capacidade de “saber” onde estão os recursos necessários e o “caminho correto” para chegar até os recursos, por isso todos participam como “pastor” e podem conduzir a si mesmos ao desenvolvimento. As duas atividades que um líder desempenha são discutidas abaixo e tanto o presidente, quanto os componentes empoderados poderão compartilhar essas formas de ação.

É na fala de E3 (subtema 4.3.2) que se explicita esse processo, “... não é um trabalho que você chega assim, - ‘Rapaz, eu acho que a gente precisa dar um incentivo pro setor’, - ‘Beleza, vamos assinar aqui e fazer’, não é assim... você tem que convencer, você tem que construir, aí o cara lá vem contrapor...”. Pela análise das entrevistas, tem-se que essa questão, a que previne a desarticulação, se dá através de três pontos: o diálogo, a maneira de articular e a deferência individual. Relembrando, o diálogo e a maneira de articular está presente nas habilidades do presidente, como também em cada um dos componentes do grupo.

O diálogo está contido no “corpo-a-corpo” e se refere à capacidade argumentativa de quem está defendendo uma ideia na rede TIC. Dessa forma, são necessárias técnicas essenciais para manter um bom nível de diálogo e conseguir sensibilizar o público. Quanto às técnicas, os entrevistados falam: i) dos protocolos que vão desde as regras estatutárias (formais) às espontâneas/tácitas (informais); ii) da contextualização a partir dos perfis dos componentes; iii) do estudo da ideia ou o trabalho de *background* para um melhor respaldo de conteúdo; iv) do equilíbrio emocional. Assim, todas essas técnicas agem complementando-se e concorrendo para uma unidade no diálogo.

A maneira de articular é um segundo ponto importante para prevenção da desarticulação no setor. Ela se refere à capacidade de dispor os componentes do setor de acordo com as contingencialidades, com a priorização das ideias, entre outros. Apresentam-se como técnicas para a articulação: i) desenvoltura e aprendizado na arquitetura do falar; ii) identificação das competências de cada componente e participação dos mesmos a partir das suas competências; iii) atitude de mediação, que significa ser mediador de conflitos e mediador das representatividades.

Finalmente, a desarticulação é também enfrentada por meio da deferência individual, por meio da qual, durante a comunicação entre líder e receptor, este é capaz de compreender e absorver a ideia emitida por aquele desde suas inúmeras crenças e informações gerais que tem sobre os outros e o setor como um todo. Cada um desses pontos pode ser desenvolvido principalmente a partir da liderança da CSTIC, mas também a partir da liderança de cada grupo de trabalho, ou, ainda, a partir de cada sujeito que espera convencer outros sobre o que é importante para o setor. Juntos, esses três fenômenos preventivos da desarticulação promovem o mecanismo de articulação/convencimento, um típico mecanismo de segurança. Esse mecanismo protagoniza o governo das condutas daquela população contida na CSTIC sendo capaz de convencer, quando da necessidade de propor algo urgente, ou de desencorajar quando se trata de uma proposta que poucas empresas se beneficiarão.

Um evento em especial teve papel importante nesse processo de sensibilização. O Seminário +TI teve sua valorosa contribuição à sensibilização dos indivíduos pelos resultados espontâneos que ocorreram devido ao encontro de diversas entidades, instituições e empresas interessadas em TIC. Esses resultados geraram uma sensação de esperança que influenciou outras espontaneidades e, por sua vez, de forma positiva, ao trabalho colaborativo. As espontaneidades são traduzidas como a vontade de estar transformando o Seminário num “Movimento”; o que torna possível defender a ideia de que esse Seminário, e a esperança de trabalho conjunto que ele fomenta, tornam-se pontos cruciais no mecanismo de segurança da sensibilização.

Discute-se também a partir da fala de E3, “você trabalha aquilo que é comum”, que o espaço da CSTIC também se constitui como um ente político-institucional descrito por (FOUCAULT, 2008, p. 194), sendo sua atuação a de lançar uma opinião comum a partir das diversas ideias manifestadas. Dessa forma, a Câmara ou cada um de seus próprios componentes com suas inúmeras informações pode agir tecendo as ideias “... como um tecelão liga a urdidura e a trama”, através das discussões até chegar a um divisor comum. Logo, esse divisor comum convergirá para um documento propositivo, fruto do trabalho

colaborativo da Câmara. A CSTIC é um órgão “político”, pois serve à interlocução entre âmbito público e o privado, e é um órgão político na medida em que tenta fazer parte do organismo do Estado ao invés de atuar como somente subserviente e segregado ao Estado.

Sendo um órgão político, está sujeito a algumas limitações. Assim, por exemplo, a CSTIC, como órgão político que media o trabalho colaborativo, está, também, diante de um paradoxo (paradoxo da coopetição, discutido mais adiante, subcapítulo 5.6), onde, no campo das ideias internas manifestadas e discutidas, nem todas convergem para a formação das proposições, pois: “você trabalha aquilo que é comum”, diz E3. Contudo, existe a possibilidade de que as proposições levadas adiante para a equipe governamental possam contribuir para a totalidade do grupo e para a sociedade como um todo. Vale lembrar, segundo o entrevistado E4, que o importante é o “giro do dinheiro”; assim, apesar das limitações, cada um pode se prevalecer das proposições majoritárias. Em síntese, existe no contexto do mecanismo, limitações e progressos num emaranhado de espontaneidades dos atores.

Sendo as proposições majoritárias ou não, somente são possíveis através da “formatação jurídica” (subtema 4.3.1). O dispositivo que E7 cunha como formatação jurídica e outros como “documento propositivo” parece emergir como solução para um outro problema inserido neste, o problema da escassez de empoderamento. A CSTIC, portanto, não só redige um documento propositivo, mas é capaz de elaborar um instrumento capaz de dar “voz” às ânsias individuais de um grupo minoritário durante as decisões do poder público; esse instrumento, seria um meio de empoderamento social, organizacional ou comunitário, de redistribuição ou incremento de poder da maioria para a minoria (WILKINSON, 1998; BARQUERO; BARQUERO, 2007; BARRETO; PAULA, 2013).

No que tange a uma espécie de mecanismo de governo, implica dizer que o referido documento é um histórico que faz situar o passado, para os atores que estão por vir, e o presente, para os atores que trabalham nesse ritual de manifestação e discussão das ideias nas reuniões; para esses atores, o documento de proposições é um resultado que gera satisfação, entusiasmo, e, para a lente foucaultiana de análise (sobre o problema da escassez alimentar, ver FOUCAULT, p. 58-59), é um mecanismo disciplinar e mecanismo de segurança, onde ambos influenciam a manutenção da rede do setor de TIC. Em outras palavras, caso não se tivesse um dispositivo que gerasse resultados para a população em questão, seja através de técnicas que protocolizam as atividades da Câmara ou técnicas de segurança, a população, quer dizer, os atores, não conseguiriam se manter em rede.

As técnicas discutidas em conjunto contribuem para a construção do que E3 chama de “estofo”, o “peso” que faltava, como técnica de governo, para a manutenção da rede. Portanto, a CSTIC depende de um conjunto de dispositivos contemporâneos de governo da população para solucionar problemas de incoerência de ações, por falta da comunicação entre poder público e poder privado. Essa incoerência de ações é também descrito pelos entrevistados a partir do seu ideário de estruturação do setor de TIC (subtema 4.4.1), quer dizer, as problematizações ora abordadas também ganham forma pelas noções, pela compreensão da organização que os entrevistados têm do setor de TIC. O interesse que se desprende dessa discussão é que pode haver relevância em tentar se compreender quais são esses “descuidos” na compreensão da organização do setor, que levam a limitações no tratamento das ideias manifestadas por parte da equipe governamental ou do próprio grupo da Câmara em si, de forma a se descrever quais as formas de potencializar ainda mais a interação entre os participantes, pois os descuidos podem influenciar outras espontaneidades que repercutem na participação efetiva dos interessados.

5.5 PROBLEMA DA FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

O subtema 4.3.1 aponta a existência dos grupos de trabalho e das reuniões na Câmara Setorial de TIC. A partir dos discursos dos entrevistados, evidencia-se uma espécie de processo de constituição desses grupos de trabalho, emergindo dois mecanismos de governo que influenciam o trabalho em rede: a complementaridade de competências e a dialética de ideias.

Sobre o **mecanismo de complementaridade de competências**, pode-se problematizar e discutir que os grupos de trabalho formados possuem uma orientação voltada à ação conforme as aptidões de cada componente do grupo. Essa orientação significa que há uma condução da conduta de organização dos grupos de trabalho por parte deles próprios em consenso. Por sua vez, essa orientação se coaduna na condição de solidariedade em que, conhecendo as aptidões, os próprios componentes se adequam e se readequam conforme as necessidades dos outros. A complementação de competências retroalimenta o sentimento de estar todos contribuindo para o desenvolvimento do setor solidariamente e, então, assegura a colaboração contínua dos participantes, isto é, a solidariedade é capaz de construir um sentimento de pertencimento nos componentes dos grupos, o que os mantém colaborando. Portanto, num primeiro momento, pode-se defender que, apesar de trabalhos como o de Suh (2003) salientarem a presença da solidariedade, ou da reciprocidade em Oliver (1990), o

mecanismo de segurança da complementaridade de competências no seu amplo contexto influencia particularmente o trabalho em rede. Esse resultado, essa espontaneidade da população de agir conforme as competências, as especialidades, mostra-se convergente com o argumento de Ebers e Jarillo (1998) sobre a coespecialidade.

Há na formação dos grupos de trabalho uma técnica importante a se discutir, que é a técnica da análise das competências. É através dessa técnica que se vai formar os grupos de trabalho. A análise das competências dos indivíduos depende essencialmente do conjunto das habilidades, das atitudes, do *know how* e dos dados que dispõem esses indivíduos sobre a decisão a ser tomada; essa técnica analítica é responsável por assegurar a decisão mais correta para a formação dos grupos de trabalho. Na medida em que se põe em discussão a analítica foucaultiana, a análise das competências se mostra como veículo contemporâneo para a administração da população, para a administração da CSTIC, assim como exposto em Foucault (2008, p. 81-82) sobre a estatística na prevenção médica à variolização. Essa gestão de recrutamento e seleção realizada pelos atores na rede produz um efeito de prevenir erros que poderiam não gerar proposições razoáveis para o setor.

A questão do agir preventivamente, a questão dessa gestão contemporânea, então, se revela sob a forma de identificar o maior número de casos, de ocorrência e classificá-los de forma a obter as informações das demandas ou para compor uma espécie de conhecimento sobre o mercado hipercompetitivo, sobre os envolvidos no setor. Cada Câmara Setorial formada possui um conhecimento de mercado específico que é encaminhado para a equipe governamental.

Através da questão da formação dos grupos de trabalho, pode-se perceber que um outro dispositivo incidente na rede está no **mecanismo da dialética de ideias**, que significa o processo da manifestação e discussão das ideias nos encontros da Câmara. Conforme E6, a manifestação e discussão das ideias é um ritual e, posto aqui, como um *continuum*, uma dialética de manifestações e discussões imbuído no mecanismo de articulação e de complementaridade de competências com todas as suas técnicas ora discutidas. É essa característica advinda da protocolização que se transforma em um influente dispositivo disciplinar e de segurança nas relações entre empresas.

5.6 PROBLEMA DA CONCORRÊNCIA

O setor de TIC está assentado numa perspectiva econômica cujo cenário contemporâneo é marcado por uma competição acirrada. Essa competição se dá naturalmente

pela existência da concorrência externa por recursos naturais limitados, por exemplo, ou da concorrência interna por exposição e admissão de propostas entre os atores em rede. Assim, essa competição pode se apresentar tanto entre os empresários num contexto mais amplo, como também entre os diversos atores que compõe em particular o espaço da CSTIC, e equivale dizer que evolui para uma certa condição constante de concorrência.

Conforme Balestrin e Verschoore (2008), uma das formas encontradas para suprir as necessidades de recursos naturais está na atitude de cooperar. De acordo com Tsai (2002), ambas as condições descritas, a de competição e cooperação, coexistem em uma empresa com múltiplas unidades (multi-unidades), por exemplo, onde as unidades cooperam e aprendem umas com as outras e, ao mesmo tempo, estão envolvidas na competição por ambas serem avaliadas através de seus desempenhos econômicos. Assim, razoavelmente pode-se defender que as condições de competição e de cooperação, quando diante de um espaço entre empresas, recriam um ambiente cooperativo. Em outras palavras, a cooperação é o conjunto de duas lógicas de interação, quando uma envolve o conflito entre interesses e a outra envolve o consenso de interesses em comum que, por sua vez, se reproduzem em atividades paradoxais (BENGTSSON; KOCK, 2000). Num terceiro momento, ainda é possível discorrer que, conforme Raza-Ullah, Bengtsson e Kock (2014), há duas formas do paradoxo acontecer, sendo a primeira quando as empresas se consideram competidoras e a partir de algum momento se veem num cenário que é necessário competir e, segunda, quando as empresas estão colaborando umas com as outras, porém num cenário mais maduro se separam para evoluírem sozinhas e, por consequência, passam a competir.

No setor de TIC, as empresas competem entre si, mas as entrevistas mostram atividades complementares de colaboração entre as empresas como forma de atendimento de um maior número de clientes e de desenvolvimento do setor como um todo, sinalizando, por exemplo, que o setor não chegou ainda num estado maduro o bastante para provocar uma competição mais acirrada. A partir do paradoxo do pastor em Foucault (2008, p. 172), discute-se que o novo contexto formado pode ser interpretado de certa forma diferente do que já foi abordado, isto é, sob a forma do paradoxo da colaboração, significando que a colaboração, o discurso que condiciona todos à participarem, não é completo em sua totalidade por conter uma limitação própria da atuação da Câmara. Ou seja, a Câmara é impossibilitada por uma determinada priorização das ideias ou por possíveis “descuidos” com as ideias dos participantes, de atender a todos em suas necessidades particulares. A CSTIC ou a figura do líder percebe-se contida num cenário em que é necessário, em algum momento, “sacrificar” alguns atores para que, ao final de uma série de encontros, se consiga chegar em

proposições consolidadas que possam desenvolver o setor da melhor forma possível. Boa parte do que será realizado na CSTIC, principalmente nesses anos que ainda amadurecem as propostas para a equipe governamental, é todo um conjunto de atividades, portanto, mecanismo, muitas vezes desconhecidas por quem está praticando, que visa assegurar a coexistência entre a hipercompetição mercadológica e a cooperação para acelerar o crescimento do setor.

A respeito desse problema, é possível identificar através das falas do subtema 4.3.1 (subtema: formas de organização do espaço e dos indivíduos como meios de controle) algumas técnicas que são postas em ação pelos atores de TIC. Uma dessas técnicas é a técnica da convergência de sistemas, onde quatro sistemas (Sistema ASSESPRO, Sistema SEITAC, Sistema TITAN e Sistema CSTIC) convergem esforços para minimizar a competição. Por exemplo, os sistemas ASSESPRO e SEITAC trocam cadastros de inscritos para que não só facilite as empresas quanto às filiações, mas também torne mais rápido o trabalho dos dois sistemas; em outro caso, as demandas levantadas por cada um desses sistemas convergem para o espaço central da CSTIC podendo diminuir o tempo e aumentar a participação efetiva dos diversos componentes. Assim, esses quatro sistemas parecem funcionar como coordenadores da competição-colaboração.

Já nas falas do subtema 4.3.2 (subtema: papel da sensibilização), numa concorrência entre os próprios envolvidos na CSTIC, enquanto E1 defende que “a ideia da Câmara é de desenvolver o setor” e que “todos que são envolvidos, eles vão tá contribuindo”, onde o objetivo da Câmara é “convergir ações” (E2) através das interações, por outro lado, E3 aponta um fator limitante dessa contribuição quando discursa que “você trabalha aquilo que é comum”. Aqui, o discurso (a sensibilização) da colaboração, que é o de se fazer convergir todas as ideias, se limita pela impossibilidade de se levar todas as opiniões ao governo ou, também, pela irrelevância da opinião classificada em consenso como secundárias, quando se valem da técnica de priorização das ideias.

Não obstante, existe ainda um dispositivo que trabalha complementando as reuniões da Câmara, que são os encontros e o diálogo extra-Câmara. Essa gestão extra-câmara é capaz de atender alguns daqueles que foram “esquecidos” ao longo do caminho, logo uma forma de trabalhar os remanescentes; minimiza as perdas e assegura a atuação de todos na Câmara. O **mecanismo de concorrência** aqui se dá pela mesma maneira como se operacionaliza o mecanismo de articulação. É necessário os atores em comunidade conviverem com a verdade de que alguns deles terão que se deixar persuadir por alguém ou perder posição para alguém.

O que se discute é que, por exemplo, esse mecanismo de concorrência e suas técnicas podem influenciar a rede através dos resultados ganha-ganha, o que, segundo Inkpen e Tsang (2005), poderia levar a uma maior confiança por parte dos membros em rede e a manutenção da cooperação. As redes interorganizacionais fazem convergir todas essas práticas de lidar com a concorrência e com a competição através dos discursos de cooperação. Esse último se inventa e se reinventa a partir da competição e se mantém através de todo um complexo paradoxo da coopetição. Essencialmente para existir, o grupo e a equipe governamental deve permitir ou basear suas técnicas num sentido de liberdade, de livre concorrência, de livres rituais de manifestação e discussão. Nesse mesmo sentido, a partir de uma pesquisa com informações relativas às performances de empresas taiwanesas em rede num período de 1991 até 2005, Peng *et al.* (2012) defendem que a cooperação e a competição estão enraizadas de tal forma naquelas empresas que ambas condições promovem a si mesmas e justificam-se através da situação de que os ganhos de mercado advindos das empresas em rede intensificam a competição.

A CSTIC figura-se no poder da coopetição, que por sua vez são descritos através do problema e no mecanismo da concorrência, sendo capaz de controlar a união dos diversos atores que compõem o setor de TIC. Ela é capaz de trabalhar a competição pela “lei” da colaboração e pela liberdade dos atores e construir um ciclo de trabalho entre os interessados que faz salvar as empresas do declínio e, ao mesmo tempo, as torna ainda mais atadas ao sentido da cooperação sem que se haja diretamente a partir de noções punitivas, mas noções de prevenção, de “asseguramento” social. Parafraseando Foucault, acredita-se a partir dessa discussão que as redes interorganizacionais marcaram uma mutação na forma de organizar empresas como ainda não se tinha assistido em todo o período industrial.

5.7 PROBLEMA DA CONSCIENTIZAÇÃO INDIVIDUAL

Através da análise das entrevistas, destaca-se através do subtema 4.4.2 (subtema: processo de conscientização individual) algo específico aos componentes da Câmara, quanto ao que eles praticam a partir das suas percepções e interpretações do ambiente em que estão inseridos e das suas emoções e memórias profissionais. De certa forma, discute-se que, para que essa liberdade e os outros mecanismos possam agir conjuntamente na CSTIC, os próprios atores precisam se orientar e se reorientar, através da disciplina e da prevenção, a partir de si mesmos. Essa possibilidade de atuação também é característica fundamental do cenário colaborativo. Em suma, os atores circunscrevem seus *modus operandi* ou suas possibilidades

de atuação por intermédio do aprendizado individual a partir do que se acredita ser melhor para a colaboração. Sem essa autoconscientização, os demais mecanismos se tornam inoperantes.

Dentre essas técnicas que constituem um tipo de idealismo, tem-se: i) a decisão de ser proativo e tomar a dianteira; ii) a técnica de acelerar o trabalho; iii) a técnica de insistir ou de perseverar, de se mostrar firme, desde que se esteja junto ao diálogo, à permissão da opinião do outro e mesmo diante das limitações e dificuldades inclusas nesse diálogo; iv) técnica da capacidade de se voluntariar, de atuar sendo, de certa forma, permissivo e remodelando as expectativas quanto aos resultados do trabalho cooperativo, o que vai além da solidariedade; v) técnica da construção da responsabilidade individual a partir do interesse próprio de conhecer melhor o setor e o trabalho que a Câmara e os outros sistemas desempenham; vi) técnica da auto-crítica como forma de construir possibilidades de atuação quando o governo está impossibilitado de agir, que por sua vez é um fundamento para ser proativo; vii) técnica da construção de um medo de ser marginal ao ritual de manifestação e discussão de ideias da Câmara, ou seja, medo de perder espaço; e viii) oitava técnica, o altruísmo como uma atitude que perpetua a concorrência.

As técnicas falam sobre uma espécie de “vontade política” por meio da qual os entes garantem a atividade política de modelar e remodelar o setor de TIC. Por exemplo, a oitava técnica versa sobre uma particularidade ao altruísmo em que cada um dos participantes pensa no setor como um todo quando se está diante do ritual de manifestação e discussão e faz regular e manter a concorrência: “... como tudo é feito de forma realmente olhando o setor como um todo... vale a pena insistir nesse trabalho corporativo, associativo” (E6). Entende-se que os outros não o estão vendo como um invasor, como um inimigo, logo existindo uma compreensão de que naquele espaço mora a reciprocidade. Ao mesmo tempo, discute-se que as técnicas estão relacionadas com alguns aspectos emotivos, de esperança e de fé, que garantem a continuação da razão cooperativa, sendo possível considerar como um dispositivo eficaz no governo daquela população de empresas.

Dois eixos específicos também se concentram aqui, que são as organizações como modelo e o aspecto da moral do grupo e de cada um dos componentes.

Recorrendo aos mecanismos de articulação, tem-se que a atração especial que entusiasma a todos a participarem das reuniões está no sucesso financeiro que algumas empresas tiveram num ambiente fortemente concorrencial. Logo, essas empresas se tornam modelos que atraem inclusive aqueles que se desestimularam ou desistiram ao longo do caminho. Suas participações partem dessa técnica, das empresas como modelo, pois servem a

uma conscientização individual de que ali se encontra um conjunto de importantes sujeitos com os quais vale a pena trabalhar trocando informações para o atingimento de metas.

Um outro eixo que alimenta essa conscientização individual está na “questão de moral do grupo”. A partir das experiências de vida dos indivíduos, cada um toma para si elementos que os fazem construir as articulações. Somam-se à voluntariedade e à solidariedade, a boa vontade, a credibilidade e a honestidade. Em suma, por si mesmos eles são capazes de filtrar e reagir à falta de comunicação, à articulação, à concorrência com elementos morais e de caráter bem particulares que convergem em prol do trabalho cooperativo. Portanto, o **mecanismo de conscientização individual** (ou de interiorização da colaboração) é ao mesmo tempo um mecanismo disciplinar e um mecanismo de segurança que atua regulamentando e assegurando a si mesmos e aos outros no caminhar do trabalho colaborativo.

Finalmente, entende-se que as problematizações aqui discutidas estão no cerne do trabalho organizacional colaborativo. É na construção desses novos espaços contemporâneos de “fazer negócio”, de “fazer governo” e de amalgamar ambos, que são desenhadas novas formas de organizar e de gerir. Ressalta-se que é possível compreender o espaço colaborativo através de aspectos históricos, quanto à liderança, por exemplo, e suas mutações ao longo do tempo, utilizando-se de compreensões antigas para determinar os diferenciais contemporâneos. Na medida em que a discussão ganha aspectos históricos, vê-se a possibilidade das práticas organizacionais conterem diversos elementos paradoxais. Por sua vez, os elementos que constituem paradoxos são úteis para o esclarecimento dos mecanismos que mantêm as redes, pois esses elementos se manifestam num emaranhado de práticas que, por vezes conflituosas, marcam o espaço colaborativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou, através da identificação das relações entre atores do setor de TIC cearense, compreender a influência dos mecanismos de governo nas relações institucionalizadas de cooperação, no contexto de um arranjo produtivo local, numa perspectiva foucaultiana de análise.

Os dados levantados em campo, e posteriormente analisados e discutidos a partir da analítica foucaultiana, conduziram à compreensão de que os mecanismos operantes no contexto investigado são múltiplos (p.ex. mecanismos disciplinares, de segurança, de condução das condutas).

A partir das análises e das discussões das entrevistas, entende-se que as redes interorganizacionais podem ser explicadas como um conjunto de técnicas, ou como uma tecnologia de poder que contravenciona as formas tradicionais de organização como forma de prevenir a mortalidade das empresas (num sentido particular) e o baixo desenvolvimento socioeconômico (num sentido mais amplo de governo); através da liberdade, da livre concorrência mediadas pela cooperação sutilmente coordenada. Portanto, uma série de técnicas, como os protocolos de admissão de empresas na CSTIC, da constituição de proposições, de uma forma particular de liderança, as políticas públicas de incentivo financeiro, etc., se mostram persistentes no que tange a manter os indivíduos ativos coletivamente, mesmo que não haja mecanismos formais e explícitos de obrigatoriedade de participação cooperativa.

Neste sentido, o que é o poder cooperativo? É o poder de fazer convergir os diversos entes com interesses comuns (mesmo que nem todos assim o sejam) através de mecanismos que servem para disciplinar diretamente e que agem como corretivos advindos das espontaneidades de todos os indivíduos pertencentes ao setor de negócio em questão. Enfim, é o poder que diz “sim” para a liberdade, mas não uma liberdade plena de um agente econômico mas, diferentemente, uma liberdade exercida dentro de uma lógica de complementariedade entre agentes das mais diversas naturezas. Dessa forma, a rede interorganizacional é uma forma de lidar com um determinado impedimento ao desenvolvimento pela inaptidão individual de angariar recursos de maneira isolada ou por quaisquer outras razões. Além disso, a rede interorganizacional é justificada pelos descuidos de cada um dos empresários, pelo descuido do governo, pelas intempéries de mercado ou do ambiente natural e se faz presente para guiar as empresas para o novo desenvolvimento. Em resumo, está nas entrelinhas a importância de criar subsídios para a intensificação de esforços

voltados à “liberdade dos atores atuando em conjunto” pela construção e manutenção de laços fortes no trabalho cooperativo.

Um dos pontos fortes do trabalho é inaugurar para os estudos sobre relações interorganizacionais um corpus de linguagem que tenha a capacidade de descrever as etapas e os processos envolvidos na construção do trabalho cooperativo, indo além da capacidade de pontuar causas e efeitos das redes entre empresas; o trabalho ganha a faculdade de colocar em perspectiva histórica a atuação dessa tipologia organizacional e descrever que entre a história das organizações a população realmente marcou uma mutação organizacional. Duas composições são chaves para essa inauguração, a de “conduções das condutas” e da “espontaneidade da população”; é compreender o trabalho cooperativo através da “condução das condutas”; os dispositivos disciplinares e de segurança identificados através das relações espontâneas interorganizacionais, isto é, das atividades espontâneas da população de empresas, condicionam, orientam e reorientam determinadas condutas e identificam não somente um resultado ou uma característica das redes interorganizacionais, mas a melhor forma das coisas acontecerem através do detalhamento das suas descrições. A problematização sintética do estudo seria a de que as redes interorganizacionais são descritas nos mais diversos tipos de trabalho, contudo há um intervalo de atividades, atividades tácitas ou espontâneas, que sob outras epistemologias estariam não detalhadas e incompreendidas.

O estudo se destaca pela possibilidade de entregar aos estudos organizacionais uma possibilidade de contar o dinamismo e a sinergia de uma outra forma, isto é, sob a forma de problematizações. É através das problematizações que os dinamismos são identificados e convergem para uma ideia de mecanismo que alimenta e retroalimenta o trabalho colaborativo num *continuum* de sinergias. É possível tanto traçar possíveis ações fixas de políticas públicas a fim de manter as manifestações e as discussões de ideias e que sirva como observatório da e para a população, como foi o caso da construção de um *locus comunicativo*, a CSTIC; como promover novas ações condutoras, por si mesmas, de novas espontaneidades, novas adequações e readequações.

Além disso, a analítica foucaultiana é importante, pois contribui para a área de estudos organizacionais que se encontra, atualmente, em movimento crescente de interesse pela compreensão das técnicas de “disciplinização” e de “asseguramento” que conduzem as condutas para o planejamento e direção das inúmeras atividades gerenciais. As redes são uma tipologia contemporânea de gestão de interesses em que num constante paradoxo a liberdade se revela e se mantém através de repreensões bem particulares do ato de cooperar.

Uma limitação do trabalho é que as grandes revelações que resultam da operação epistemológica da analítica foucaultiana, podem se demonstrar dúbias e, como recomendação, os trabalhos frutos dessa analítica de poder devem ser discutidos exaustivamente. A partir de Foucault é possível a elaboração de diversos trabalhos. Por exemplo, uma outra gama de tecnologias de poder influenciam a construção das equipes e do “governo” internacional na contemporaneidade, podendo ser identificados diversos dispositivos disciplinares e de segurança se considerado esse contexto mais amplo.

Futuros trabalhos referentes à epistemologia utilizada podem acontecer a nível supracorporativo ou supra-empresarial (ZACARELLI *et al.*, 2008) ou com a prevalência da estrutura da equipe de governo. Ou seja, há a possibilidade de aumentar a amplitude de estudo como forma complementar a esse trabalho, onde pode-se descobrir novas ações que retroalimentam o ambiente de rede setorial. Como, por exemplo: quais são os mecanismos das supraentidades e suas técnicas?

Dessa forma, conclui-se finalmente com a certeza de que esse trabalho se soma a outros e que faz mais um apelo para que os estudos organizacionais tragam à tona, através do estudo pormenorizado, elementos importantes que possam enriquecer a história das formas e práticas organizacionais.

REFERÊNCIAS

ADECE. **Câmara Setorial de Tecnologia da Informação**. Disponível em: <<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/tecnologia-da-informacao>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ADECE. Resumo Executivo: Câmaras Setoriais do Ceará. Disponível em: <http://www.adece.ce.gov.br/phocadownload/Camaras_Setoriais/camaras-setoriais_resumo-executivo.pdf>. Acesso em: 05 jan 2016.

ALCADIPANI, R. **Michel Foucault, poder e análise das organizações**. 2002, 197 f. EAESP/FGV. Dissertação (Mestrado em Administração), São Paulo, 2002.

ALCADIPANI, R.; TONELLI, M. J. Governamentalidade e a teoria das organizações. In: Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 28., Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2004.

ANDERSON, P. Câmaras setoriais: histórico e acordos firmados - 1991/95. Texto para discussão Nº 667. Rio de Janeiro: IPEA, set. 1999.

BALESTRIN, A.; VARGAS, L. M. Evidências teóricas para a compreensão das redes interorganizacionais. In: Encontro de Estudos Organizacionais, 2., Recife. **Anais...** Recife: 2002.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. **Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

BARQUERO, M.; BARQUERO, R. Capital Social e Empoderamento no Desenvolvimento Social: Um Estudo com Jovens. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 13, n. 1, p. 47-64, jan./jun. 2007.

BARRETO; R. O.; PAULA, A. P. P. “Rio da Vida Coletivo”: empoderamento, emancipação e práxis. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 111-130, jan./fev. 2013.

BECATTINI, G. Italian Industrial Districts: Problems and Perspectives. **International Studies of Management & Organization**. v. 21, n. 1, p. 83-90, 1991.

BENGTSSON, M.; KOCK, S. Cooperate and compete simultaneously. **Industrial Marketing Management**, v. 29, p. 411-426, 2000.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. Martins Fontes: São Paulo, 2009.

BONELLI, R.; VEIGA, P. M. **A dinâmica das políticas setorial no Brasil na década de 1990**: continuidade e mudança. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 75, abr./jun. 2003.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: Lastres, H. M. M.; Cassiolato, J. E.; Maciel, M.L. (Orgs.) **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. **Arranjos produtivos locais**: uma alternativa para o desenvolvimento. vol. 2. Experiências de políticas. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. Introdução: políticas estaduais e mobilização de atores políticos em arranjos produtivos e inovativos locais. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. (Orgs.). **Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento**. v. 2. Experiências de políticas. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 11-38.

COSTA; F. Z. N.; GUERRA, J. R. F.; LEÃO, A. L. M. S. O solo epistemológico de Michel Foucault: possibilidades de pesquisa no campo da administração. **Revista de Ciências em Administração**, v. 15, n. 35, abr., 2013.

CYSNE, J.; GALINDO, A. **Apresentação do APL de Tecnologia da Informação de Fortaleza**. Programa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1227901451.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **Handbook of Qualitative Research**. 2 ed. London: Sage Publications Inc., 2000, p. 1-28.

DESLAURIERS; J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 127-153.

EBERS, M.; JARILLO, J. C. The construction, forms and consequences of industry networks. **International Studies of Management & Organization**, v. 27, n. 4, p. 3-21, 1997.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. Truth and power. In: Rabinow, P. (Org.). **The Foucault Reader**. New York: Pantheon Books, 1984.

GALINDO, A. G.; CÂMARA, S. F.; LOPES Jr., E. P. Identificação dos desafios do arranjo produtivo local de tecnologia da informação de Fortaleza/Ceará. **Organização & Sociedade**, v. 18, n. 57, p. 265-283, abr./jun., 2011.

GRANDORI, A.; SODA, G. Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms. **Organization Studies**, v. 16, n. 2, p. 183-214, 1995.

HINDESS, B. **Discourses of Power**. Oxford: Blackwell, 1996.

HUMAN, S. E.; PROVAN, K. G. An emergent theory of structure and outcomes in small-firm strategic manufacturing networks. **Academy of Management Journal**, v. 40, n. 2, p. 368-403, 1997.

IBGE. Estudos & Pesquisas – Informação Econômica – volume 11 – O seto de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil (2003-2006), Rio de Janeiro, 2009.

INKPEN, A. C.; TSANG, E. W. K. Social capital, networks, and knowledge transfer. **Academy of Management Review**, v. 30, n. 1, p. 146-165, 2005.

INSTITUTO TITAN. Disponível em: <<http://www.institutotitan.org.br/empresas/index/10>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

JONES, C.; HESTERLY, W. S.; BORGATTI, S. P. A general theory of network governance: exchange conditions and social mechanisms. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 911-945, 1997.

LAPLANE; M. F.; CASSIOLATO, J. R.; LASTRES, H. **Nota Técnica - Projeto política brasileira de ciência tecnologia e inovação: a lei de inovação e o sistema nacional de C& T & I**. Rio de Janeiro, junho, 2007. 141 p.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Arranjos produtivos e inovativos locais: contribuições para uma nova política de desenvolvimento industrial e tecnológico. **Boletim Regional**. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, Brasília, DF, n. 7, p. 20-27, mai./ago., 2008.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Arranjos produtivos locais: contribuições para uma nova política de desenvolvimento industrial e tecnológico. **Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**, n. 7, mai./ago., 2008.

LE BOURLEGAT, C. Impacto das políticas públicas na promoção de arranjos produtivos locais em Mato Grosso do Sul. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. (Orgs.). **Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento**. v. 2. Experiências de políticas. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 73-128.

LEMOS, A. H. C.; RODRIGUEZ, D. A.; MONTEIRO, V. C. Empregabilidade e sociedade disciplinar: uma análise do discurso do trabalho contemporâneo à luz de categorias foucaultianas. **Organização & Sociedade**, v. 18, n. 59, p. 587-604, out./dez., 2011.

LEMOS, C. ALBAGLI, S. E SZAPIRO, M. **Promoção de arranjos produtivos locais:** iniciativas em nível federal, RedeSist, Nota Técnica RedeSist Rio de Janeiro, 2004. Acesso em: 02 fev. 2016. Disponível em: <www.sinal.redesistie.ufrj.br>. Acesso em: 04 fev 2016.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Modelo de Formulário do Plano de Desenvolvimento do APL de Tecnologia da Informação de Fortaleza. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1247146803.pdf>. Acesso em: 04 fev 2016.

MARCON, C.; MOINET, N. **Estratégia-rede:** ensaio de estratégia. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MARTINS, L. A. M. **Governamentalidade neoliberal, risco e subjetivação.** 2012. 142 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2012.

McGOVERN, S.; MOTTIAR, Z. Co-operative competition: a Foucauldian perspective. **DCU Business School Research Paper Series**, Dublin City University Business School n. 20, Ireland, 1997.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec / Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MOTTA, F. C. P.; ALCADIPANI, R. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. **RAUSP**, São Paulo, v. 39, n. 2, abr./maio/jun. 2004

OLIVER, C. Determinants of interorganizational relationships: integration and future directions. **Academy of Management Review**, v. 15, n. 2, p. 241-265, 1990.

PATTON, Q. M. **Qualitative evaluation and research methods**. 2. ed. Newbury Park: Sage, 1990.

PENG, T. A.; PIKE, S.; YANG, J. C.; ROOS, G. Is cooperation with competitors a good idea? An example in Practice. **British Journal of Management**, v. 23, p. 532-560, 2012.

PEREIRA, R. D.; OLIVEIRA, J. L.; CARRIERI, A. P. O poder, a analítica foucaultiana e possíveis (des)caminhos: uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 10, n. 3, p. 623-652, set./dez., 2012

RAZA-ULLAH, T.; BENGTSSON, M.; KOCK, S. The cooperation paradox and tension in cooperation at multiple levels. **Industrial Marketing Management**, v. 43, n. 2, p. 189-198, 2014.

SCHMITZ, H.; NADVI, K. Clustering and industrialization: introduction. **World Development**, v. 27, n. 9, p. 1503-1514, 1999.

SOUZA, E. M. de; MACHADO, L. D.; BIANCO, M. de F. O homem e o pós-estruturalismo foucaultiano: implicações nos estudos organizacionais. **Organização & Sociedade**, v. 15, n. 47, p. 71-86, out./dez., 2008.

STADUTO, J. A. R.; ROCHA JR, W. F.; GONÇALVES JR., C. A.; ALVES, Y. B. As câmaras setoriais do agronegócio brasileiro. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45., Londrina. **Anais... Londrina**: 2007.

SUH, D. Leadership effectiveness and interorganizational solidarity formation. In: COY, P. G (Org.). **Consensus decision making, northern ireland and indigenous movements**. Ireland: Elsevier Science, 2003.

TSAI, W. Social Structure of “cooperation” within a multiunit organization: coordination, competition, and intraorganizational knowledge sharing. **Organization Science**, v. 13, n. 2, p. 179-190, mar./abr. 2002.

VECCHIA, R. V. R. D. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista Capital Científico**, v. 4, n. 1, jan./dez., 2006.

VILELA, P. M. M. A. D. Contribuições das câmaras setoriais e temáticas à formulação de políticas públicas e privadas para o agronegócio. Brasília: MAPA/CE/CGAC, 2006.

VILLADSEN, K. Tecnologia versus ação: uma falsa oposição atribuída a Foucault nos estudos organizacionais. **Organização & Sociedade**, n. 71, p. 643-660, out./dez., 2014.

WILKINSON, A. Empowerment: theory and practice. *Personnel Review*, v. 27, n. 1, p. 40-56, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZACARELLI, S. B.; TELLES, R.; SIQUEIRA, J. P. L.; BOAVENTURA, J. M. G.; DONAIRE, D. **Clusters e redes de negócios**: uma nova visão para a gestão dos negócios. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOSSÁRIO

A

ASSESPRO-CE: Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet, com inscrição no Estado do Ceará, Fundada em rede nacional em junho de 1976 , é uma Organização Sem Fins Lucrativos a fim de desenvolver o setor de TIC nacional através da convergência de empresas e suas demandas. Atualmente, atua juntamente com o sindicato patronal do setor de TIC cearense, chamado de SEITAC.

C

CSTIC: Câmara Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação, fundada em julho de 2008, através da portaria nº 029/2008 e divulgada pelo Diário Oficial do Ceará, responsável pela proposição de ações junto à entidades governamentais executivas. Congrega empresas congêneres do setor de TIC cearense, através de reuniões mensais, seminários e elaboração de relatórios com destino a cúpula governamental.

I

INSTITUTO TITAN: Fundado em setembro de 2003 pelo Sistema ASSESPRO-SEITAC, é uma Organização Sem Fins Lucrativos que tem o intuito de desenvolver as empresas componentes, bem como o setor de Tecnologia e Telecomunicações. Ele atua de forma a viabilizar o fornecimento de soluções nas áreas científica, tecnológica, educacional e de gestão. Seus componentes são cerca de 17 empresas atuantes no setor mencionado.

ITIC: Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação, fundado em dezembro de 1995, pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que, sob a égide de desenvolver economicamente o setor em questão, tem respaldo jurídico para angariar financiamentos através de editais e construir parcerias entre empresas para fornecer soluções para a sociedade. Também é o agente que executa ações da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX). O respaldo jurídico se dá, porque está sob o amparo da Lei do Terceiro Setor (Nº 9.790 de 23/03/1999) e tem como um dos deveres prestar contas diretamente aos órgãos governamentais.

S

SEITAC: Fundada em novembro de 1995, é um Sindicato Patronal do setor de TIC, é reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego desde 1996 para atuar formalmente em defesa da classe empresarial legalizada.

SISTEMA ASSESPRO-SEITAC: Sistema em que vincula na mesma inscrição o Sindicato Patronal do Setor de TIC juntamente com a Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet (filial Ceará).

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÉNDICE

APÊNDICE A - Roteiro entrevista semiestruturada

Sujeito de Pesquisa Tipo 1: Empresários

Agradecimentos

Troca de documentos protocolares da pesquisa

Dados perfil

Sexo/Idade/Escolaridade/Área de formação (se superior)/Área de atuação na Instituição/Tempo de trabalho com a Instituição/Tempo de trabalho com Políticas Públicas/APLs

1. Fulano, queria iniciar nossa conversa pedindo que você me falasse sobre a missão dessa Rede de Empresas e qual o papel que ela tem aqui no nosso Estado...
2. Agora, eu gostaria de te convidar a voltar no túnel do tempo e me falar um pouco sobre como tudo começou para o APL... como você chegou até aqui...
 - a. Me fala melhor sobre as intenções, os interesses em investir no APL...
 - b. Eu gostaria que me contasse o que lhe motivou a aderir ao arranjo...
 - c. Você pode me falar sobre o significado, sobre o que representa para você estar participando desse APL...
 - d. Para você, por que o APL cumpre esse significado, quer dizer, por que o APL leva ao incremento de renda, ao desenvolvimento socioeconômico da região?
3. Dentro dessa história que me contou, eu gostaria que você me falasse sobre os primeiros momento em que você começou a contribuir para o APL...
 - a. E o que você faz no APL até hoje (sua participação)...
 - b. Nessa sua história, quais seriam os pontos altos que o Sr.(a) teve no trabalho com essas pessoas...
 - c. E sobre os pontos baixos, quais foram esses pontos baixos?
 - d. E sobre as dificuldades... quais foram as dificuldades que o(a) Sr.(a) já enfrentou com o APL? O que se faz quando o APL enfrenta alguma dificuldade?
4. Você acredita que é importante, que tem importância aqui para o conjunto das pessoas envolvidas?
5. Sobre as estratégias de atuação das Instituições, quais são as estratégias e as ações mais importantes que vocês desempenham no APL?
 - a. Interessante. O Sr.(a) consegue lembrar e falar melhor como elas foram criadas...
 - b. E como elas foram implementadas para todos aqui do APL?
 - c. E o Sr.(a) participou da criação e da prática dessas ações?
 - d. Me conta em detalhes como foi aceitar essas ideias, essas estratégias e ações... como você recebeu essas ideias...
6. E sobre as ideias das outras empresas e das instituições no geral, durante as reuniões periódicas, durante seus encontros, durante os eventos que você participa, como você recebe as ideias dos outros envolvidos nessa cooperação?
7. Quando você não gosta de alguma sugestão ou estratégia que lhe dão nos encontro, como você fala para os outros?
 - a. Quando você expõe suas ideias, elas são aceitas?
 - b. O que você acha sobre a aceitação de suas ideias...
8. Quando há alguma tomada de decisão, como elas ocorrem?
 - a. Você participa das decisões?
 - b. Me conta melhor sobre sua participação em algumas dessas decisões... quais foram essas decisões....
 - c. O que elas trouxeram ao APL?
 - d. Na sua visão, como o coletivo recebe essas decisões?
 - e. Como você sabe que elas foram perfeitamente implementadas no APL?
 - f. Ainda sobre essas ações, como você reforça a ideia de que é importante os empresários participarem do APL e implementarem as decisões tomadas?
9. Tanto a construção, quanto a manutenção de um APL são importantes para o grupo como um todo. Então, eu queria que você me falasse de forma bem ampla como se mantem um APL e que tipos de ações são necessárias para manter o grupo unido?
10. Entre essas ações que me falou, quais são as mais importantes no seu entendimento, que sem elas o grupo não se mantém?

11. Para o APL são necessárias algumas ações mais voltadas para o controle do grupo, o controle das relações como um todo? Quais são essas ações?
 - a. Algumas dessas ações repercute e tem consequências (te inibe, te restringe, te ajuda a trabalhar melhor, te ajuda a se preocupar com os outros) você? Me fala um pouco mais...
12. Quais são os instrumentos que acompanham esse trabalho de controle?
 - a. É muito interessante isso que me falou, me fala detalhadamente como é aplicado esse instrumento...
13. Eu queria saber como você se sente na presença desses instrumentos... (ou qual a importância desses instrumentos 'exclusivamente' para ele(a))
14. Você consegue me contar como os outros atores te enxergam dentro do APL?
 - a. E como você enxerga os outros atores dentro do APL?
15. Como você se vê no APL? O que você faz para melhorar esse APL? Você acredita que suas ações contribuem para todos os outros atores do APL?
16. Como você fica sabendo das opiniões dos outros sobre você, sobre sua atuação?
17. O que você acha que poderia melhorar no APL?
 - a. Seria necessário criar alguma ação, alguma estratégias para melhorar alguma situação?
 - b. Quais seriam essas ações e essas estratégias?
18. Por fim, o que te faz perceber que aqui se tem um grande mecanismo de cooperação, que não deixa as pessoas se marginalizarem e faz alavancar o desenvolvimento dessas empresas?
19. Nós estamos chegando ao final da nossa conversa, e eu gostaria que você ficasse à vontade para acrescentar alguma coisa que não tenha dito ainda, no que se refere às relações de cooperação aqui do APL...
20. Agradecimentos.

APÊNDICE B - Roteiro entrevista semiestruturada

Sujeito de Pesquisa Tipo 2: Coordenadores/Diretores/Presidente de Instituições de Fomento e Instituições Associativas e Sindicais

Agradecimentos

Troca de documentos protocolares da pesquisa

Dados perfil

Sexo/Idade/Escolaridade/Área de formação (se superior)/Área de atuação na Instituição/Tempo de trabalho com a Instituição/Tempo de trabalho com Políticas Públicas/APLs

1. Fulano, queria iniciar nossa conversa pedindo que você me falasse sobre a missão dessa Instituição e qual o papel que ela tem aqui no nosso Estado e com o APL...
2. Agora, eu gostaria de te convidar a voltar no túnel do tempo e me falar um pouco sobre como tudo começou com o APL...
 - a. Me fala melhor ou sobre as intenções, os interesses da construção dessa Instituição para o progresso do APL...
 - b. Eu gostaria que me contasse, na sua opinião, o que mais motiva a existência dessa Instituição no APL...
3. Dentro dessa historia que me contou, eu gostaria que você me falasse sobre quais os pontos que essa Instituição mais se destaca quando está trabalhando com todos os envolvidos do APL...
 - a. Nessa sua história, quais seriam os pontos altos que o Sr.(a) teve no trabalho com essas pessoas...
 - b. E sobre os pontos baixos, quais foram esses pontos baixos no trabalho?
 - c. Esses pontos são bastante interessantes, quais foram as dificuldades que o(a) Sr.(a) já enfrentou com o APL? O que se faz quando o APL enfrenta alguma dificuldade?
 - d. Me conta um exemplo bem detalhado sobre alguma dificuldade que foi bem impactante...
4. Essa Instituição é importante para o APL? Por que ela é importante?
5. Sobre as estratégias que são elaboradas e as ações desenvolvidas, quais são as estratégias e as ações mais importantes aqui da Instituição?
 - a. Interessante. O Sr.(a) consegue lembrar sobre como elas foram criadas e se formaram aqui?
 - b. Me conta melhor sobre o que influencia a criação dessas estratégias e ações...
 - c. Você enxerga a Rede de Cooperação como um grande mecanismos que mantem todos unidos? Me explica melhor isso...
6. E como essas estratégias e ações foram implementadas para todos aqui do APL?
7. Quando há alguma tomada de decisão, como elas ocorrem?
 - a. Na sua visão, como o coletivo recebe essas decisões?
 - b. Como você sabe que elas foram perfeitamente implementadas no APL?
 - c. Ainda sobre essas ações, como você reforça a ideia de que é importante os empresários participarem do APL e implementarem as decisões tomadas?
8. Tanto a construção, quanto a manutenção de um APL são importantes para o grupo como um todo. Então, eu gostaria que você me falasse de forma bem ampla como se mantem um APL... que tipos de ações são necessárias para manter o grupo unido?
9. Entre essas ações que me falou, quais são as mais importantes no seu entendimento, que sem elas o grupo não se mantém?
10. Para o APL são necessárias algumas ações mais voltadas para o controle do grupo, o controle das relações como um todo? Quais são essas ações?
 - a. Algumas dessas ações repercutem e tem consequências para a Entidade (dificulta ou ajuda a trabalhar melhor, a se preocupar com os outros)? Me fala um pouco mais...
 - b. O grupo é capaz de se manter unido?
 - c. Sob quais situações o grupo de mantém unido?
 - d. O que se faz para o grupo se manter unido?
11. Quais são os instrumentos que acompanham esse trabalho de controle?
 - a. É muito interessante isso que me falou, me fala detalhadamente como é aplicado esse instrumento...
12. Eu queria saber como você se sente na presença desses instrumentos... (ou qual a importância desses instrumentos 'exclusivamente' para ele(a))
13. E sobre as ideias que chegam de fora, como você recebe as ideias dos outros atores?

14. Você consegue me contar como os outros atores te enxergam dentro do APL?
 - a. E como você enxerga os outros atores dentro do APL?
15. O que você acha que poderia melhorar no APL?
 - a. Seria necessário criar alguma ação, alguma estratégias para melhorar alguma situação?
 - b. Quais seriam essas ações e essas estratégias?
16. Por fim, o que te faz perceber que aqui se tem um grande mecanismo de cooperação, que não deixa as pessoas se marginalizarem e faz alavancar o desenvolvimento dessas empresas?
17. Nós estamos chegando ao final da nossa conversa, e eu gostaria que você ficasse à vontade para acrescentar alguma coisa que não tenha dito ainda, no que se refere às relações de cooperação aqui do APL...
18. Agradecimentos.

APÊNDICE C - DOCUMENTO DE CONVITE À ENTREVISTA

Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
Fundação Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza, ____ de _____ de 2014

À

At.: Sr(a) _____

Por meio da presente, vimos convidá-lo(la) a participar de uma pesquisa promovida pelo Curso de Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE) que trata sobre Mecanismos de governo em Arranjos Produtivos Locais.

A pesquisa será realizada pelo discente Cristiano Frota de Oliveira, aluno regularmente matriculado no Curso de Mestrado Acadêmico em Administração, do Centro de Estudos Sociais Aplicados e do Programa de Pós-graduação em Administração desta universidade; o qual estará sob nossa permanente orientação e supervisão. A técnica para coleta dos dados é a entrevista.

Destacamos o interesse do nosso curso no estreitamento das relações com as empresas locais pelo importante papel que desempenham para o desenvolvimento do nosso estado. Entendemos que tal aproximação é em muito proveitosa para a formação de futuros gestores para as organizações cearenses.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada, e nos colocamos ao dispor para dirimir eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Profª. Doutora Ana Cristina Batista dos Santos
Orientadora da Pesquisa
Matrícula UECE: 017001-1-1
[e-mail] [telefone]

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu, _____,
sendo conhecedor(a) do tema e metodologia utilizados pelo aluno do Curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE), consinto em participar da pesquisa conduzida pelo mesmo.

Entendo que toda e qualquer informação prestada por mim no decorrer da(s) entrevista(s) pode ser utilizada na escritura de relatórios referentes à pesquisa. Entendo também que as entrevistas podem ser gravadas. É acertado entre mim, signatário(a) deste termo, e o aluno, que todas as possibilidades de identificação enquanto entrevistado devem ser impedidas.

Fortaleza, _____ de _____ de _____.

Assinatura: _____

APÊNDICE E - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Pelo presente termo, o signatário, _____, aluno do curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em fase de pesquisa de campo, se compromete a manter as suas fontes de informação em total anonimato. Neste sentido, não fará a identificação do entrevistado na redação final dos relatórios.

Fortaleza, ____ de _____ de _____

Cristiano Frota de Oliveira
Mestrando do Curso de Mestrado em Administração
Programa de Pós-graduação em Administração
Universidade Estadual do Ceará
[e-mail] [telefone]